

Héctor Luis Saint Pierre

Este exemplar corresponde a edição final
da tese defendida pelo Dr. Héctor Luis
Saint Pierre e aprovada pela
Comissão Julgadora.
Campinas, 01 de dezembro de 1988.

João Carlos Kfourí

MAX WEBER: MÉTODOS, VALORES E DECISÃO POLÍTICA.

Dissertação de Mestrado em Lógica,
Epistemologia e Filosofia da
Ciência, apresentada ao Departa-
mento de Filosofia, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, da
Universidade Estadual de Campi-
nas, sob a orientação do Prof.
Dr. João Carlos Kfourí Quartim
de Moraes.

Campinas - 1988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

514m

084/BC

Dedico:

a Gastón e meus pais que
sofreram com minha ausência
e a Nancy por tolerar minha
presença.

Agradecimentos:

Agradeço, em primeiro lugar, ao Porf. João Carlos Quartim de Moraes por suas indicações precisas e seu inestimável apoio. Ao auxílio financeiro do CNPq e da FAPESP. A infraestrutura fornecida pelo Departamento de Filosofia da Unicamp, na pessoa de seu chefe, Prof. Dr. Elias H. Alves. Ao incentivo e entusiasmo do Prof. Dr. Michel Debrun. A leitura atenta dos profs. Denise Bottman e Auri Cunha. A datilografia e amizade de Regina Monteiro.

INDICE

A.- Apresentação	pag. 002
B.- Primeira Parte	
I Introdução:	pag. 008
II Relação com os valores	pag. 018
III 'Ciências Naturais ' e 'Ciências da Cultura'	pag. 034
IV Compreensão (Verstehen)	pag. 044
V Os Tipos Ideais	pag. 058
VI A 'Possibilidade Objetiva'	pag. 079
C.- Segunda Parte	
I Introdução:	pag. 088
II Teoria da ação	pag. 096
III Os Tipos de ação	pag. 102
IV A teoria da dominação	pag. 120
V O tipo e dominação legal com administração burocrática	pag. 128
VI O efeito da liderança carismática sobre a estrutura burocrática	pag. 136
VII Os tipos éticos	pag. 140
D.- Notas:	pag. 151
F.- Bibliografia:	pag. 164

I - APRESENTAÇÃO

Um dos problemas centrais da teoria da ação, que certamente ocupou a reflexão weberiana, está constituído pela relação problemática entre o conhecimento científico e a prática. Se por um lado a ciência, mediante o cálculo e a previsão, pode orientar tecnicamente a ação, por outro, é só através da ação que aquela obtém seu sentido, isto é, "progride". Muito embora seja a ciência que proporcione o caminho frio e adequado tendente a alcançar os "fins últimos", somente estes podem proporcionar o 'fogo' necessário para que o cientista se lance apaixonadamente a "comprovar esta conjectura e não outra qualquer"(1).

Este aparente conflito, na sua formulação dicotômica "Paixão-Razão", abala até os fundamentos o pensamento de Max Weber. Com efeito, é por meio da paixão ou da fé, que o homem se relaciona com os valores. É desse relacionamento, que ele tirará a força necessária para lutar e fazer prevalecer seus valores e rejeitar os restantes. É a paixão que um valor desperta no cientista que guiará seus interesses entre o infinito material empírico da realidade. É também por ela que o político chegará até a abandonar sua vida, na tentativa de realizar aquele valor com a sua ação. Talvez seja devido a esta profunda imbricação que o pensamento weberiano, tanto nas especulações metodológicas, como

nas reflexões sobre a ação política, passe invariavelmente pela consideração da relação com os valores: o pressuposto epistemológico transcendental do sujeito valorativo corroi sua preocupação pela objetividade da ciência. Sua proposta de uma política racional vai se alastrando pela pirâmide do processo decisório, até encontrar no seu vértice um sujeito orientado por suas próprias valorações. Sua visão histórico-universal de um processo de racionalização total rompe-se para permitir a irrupção criadora do carisma na sua função revolucionária.

A leitura de algumas obras de Max Weber nos deixou uma impressão: a razão como um pêndulo, cujo movimento oscilante era delimitado nos seus dois extremos pela irracionalidade da valoração subjetiva. Num dos extremos encontramos o sujeito cientificamente desamparado, degladiando-se com os "deuses e demônios" que habitam em sua esfera de valores e por essa situação necessariamente terá de passar todo aquele que procure o objeto de sua ciência. A partir desse ponto, o pêndulo percorrerá o rigoroso caminho da metodologia, que tende a garantir a validade e objetividade do conhecimento científico. Levando na sua inércia o rigor do método, ele continuará pelo vacilante e discutido arco da política até o outro extremo, onde encontramos, impossibilitado de recorrer à razão, o sujeito imerso na sua esfera valorativa, e por isso passará todo aquele que decida sobre os rumos da história, isto é, todo aquele que ouse fazer da política a estrela guia de sua vida.

Esta visão global da pendularidade da razão permite perceber claramente que, de um ponto de vista filosófico, a situação

do cientista na construção do objeto de conhecimento, ou seja, quando decide defender um determinado programa de investigação e não outro, é essencialmente a mesma em que se encontra o ator político quando decide agir de uma determinada maneira e não de outra qualquer. Assim, a situação do pêndulo em ambos os extremos de oscilação é aparentemente a mesma. Deve-se reconhecer, no entanto, que a relação com os valores por parte do cientista, tanto no recorte do objeto como na elaboração de sua metodologia, é de certa forma distinta, nos seus condicionamentos, da relação que o homem de ação mantém com os seus (para o cientista, o valor é um ponto referencial, para o político é o objetivo da realização de sua ação). Porém, tanto num como no outro caso, a relação do homem com os valores demarcará o curso da análise weberiana; em ambos os casos, trata-se de uma escolha fundamental, e ambos serão analisados com as mesmas categorias epistêmicas.

Tanto em seus trabalhos metodológicos como nos escritos políticos, pode-se notar a tensão permanente entre a razão e a paixão ou fé, o que dificulta ainda mais a análise da já intrincada relação entre ciência e ação no pensamento weberiano. A própria personalidade de Max Weber, vacilando permanentemente entre a análise e a atividade política, constitui mais um entrave.

Creemos que a incidência desta relação sobre a ação política torna-se claramente manifesta no conflito insolúvel que, para Max Weber, estabelece-se entre as duas éticas distintas que orientam a ação do ator político, a saber: a "ética da responsabilidade" e a "ética da convicção"(2).

Abordamos esta problemática através da análise do processo de decisão, por considerá-lo o núcleo central do fenómeno político e a arena onde as duas éticas se invocam mais nitidamente, para marcar suas diferenças e travar suas eternas lutas pelo domínio sobre a orientação da ação.

O processo de decisão é o mecanismo pelo qual se selecciona um modo de ação considerado ótimo, entre um conjunto de modos de ação alternativos, de acordo com algum critério de preferência previamente determinado. Nesta descrição podem-se distinguir dois aspectos diferentes que concorrem no processo: um momento dominado por um aspecto "técnico", pelo qual se esclarecem e apresentam-se estratégias alternativas de modos de ação possíveis, todos eles podendo ser igualmente adequados para a obtenção dos fins dados de antemão. Outro momento dominado por um aspecto seletivo, pelo qual se escolhe uma e não outra estratégia possível segundo um certo critério. No processo de decisão política este critério é determinado pela postura prática frente à 'causa' (Sache) (3) e, como tal, refratário à justificação "científica".

Assim examinado, o processo de decisão pareceria responder no primeiro aspecto à orientação da "ética da responsabilidade", enquanto que o segundo momento indicaria o predomínio da "ética da convicção", que daria sentido à ação orientando o ator político na determinação daqueles critérios relativos à 'causa'. Aqui caberia algumas questões que procuramos colocar no presente trabalho: é possível desenhar estratégias políticas num plano estritamente "científico", ou será que a escolha ou recorte de algum conjunto de estratégias possíveis já exige um posicionamento

prévio em relação à "causa"? Por outro lado, é possível apaixonar-se 'cegamente' por uma causa política no terreno estrito da fé, sem considerações racionais, ou será que essa paixão implica uma avaliação prévia da exequibilidade de dita "causa"?

As dificuldades que se nos apresentaram ao tentar abordar a intrincada relação "ciência-ação", levou-nos a decidir por analisá-la separadamente. Assim, dividimos o trabalho em duas partes. Na Primeira Parte apresentamos a concepção weberiana da ciência; expomos sua metodologia tratando de mostrar que, embora Weber tenha se esforçado por elaborar métodos rigorosamente racionais e objetivos, o pressuposto pré-científico que fundamenta o edifício de sua ciência impregna-os de valorações subjetivas. Na Segunda Parte abordamos a teoria da ação weberiana e, através dela, entramos em sua teoria da dominação. Analisamos particularmente o tipo de dominação "racional burocrática" por considerar que ele facilita o acesso ao processo decisório. Finalmente tentamos localizar nele o funcionamento do jogo categorial ético weberiano.

Sem pretender elucidar alguma questão original, ou engrossar o já avultado número de teses sobre Max Weber, ficaríamos profundamente confortados se, com nosso trabalho, conseguimos abrir um âmbito para futuras e mais profundas discussões.

B.- PRIMEIRA PARTE

Da esfera valorativa ao rigor metódico.

"No campo da ciência
só têm "pessoalidade"
quem está pura e sim-
plesmente ao serviço
da causa"

M.W.

INTRODUÇÃO

Para melhor compreender a preocupação metodológica de Max Weber, é preciso situar seu pensamento no terreno em que surge. Assim, ver-se-á o importante debate gnoseológico e metodológico que, na segunda metade do século XIX, travou-se em torno do estatuto das Ciências Sociais, e que fertilizou de maneira original a análise epistemológica na Alemanha da época. Dilthey, Windelband e Rickert, sem desmerecer a importante contribuição de Simmel, são os principais pensadores que marcaram as discussões, e é através de suas concepções que poder-se-á dimensionar a contribuição weberiana para o debate em que a epistemologia alemã vem forjando e destacando sua identidade.

O que estava em questão era todo o edifício das Ciências Sociais, tanto em seus fundamentos quanto nos seus instrumentos metodológicos. Desde a historiografia até a investigação sociológica que naqueles anos vinha se autonomizando, desde o direito até a economia, discutiam-se, primeiramente no âmbito da investigação específica e a seguir abarcando as Ciências Histórico-Sociais como um todo, seus pressupostos epistemológicos e a validade de seus resultados. Na medida em que a proposta consistia em definir a especificidade das Ciências Histórico-Sociais destacando-as em sua autonomia, foi preciso enfrentar todo tipo de reducionismo. Daí a oposição tanto ao positivismo como ao romantismo,

visto que o primeiro pretendia reduzi-las às Ciências da Natureza e o segundo à Filosofia.

Na medida em que as Ciências Histórico-Sociais se apresentavam como um tipo de conhecimento heterogêneo em relação ao das Ciências da Natureza, surgia a necessidade de definir claramente essa heterogeneidade na sua especificidade, e determinar as condições sob as quais se poderia reconhecer validade objetiva a esse conhecimento. Quanto a tais determinações podem-se caracterizar duas posições em que se agrupam os debatedores: uma representada por Dilthey, outra por Windelband e Rickert.

Dilthey (1) fala de "Ciências do Espírito", das quais fazem parte as Ciências Histórico-Sociais e a Psicologia, que se opõem às Ciências da Natureza porque seus objetos são ontologicamente diferentes, diferença esta que, por sua vez, condicionará a diversidade metodológica entre os dois tipos de conhecimento, a partir do momento em que a relação entre sujeito e objeto já não é a mesma. No caso das Ciências da Natureza, o objeto é estranho ao sujeito e seu comportamento independe do observador. Pelo contrário, o objeto das Ciências do Espírito é o próprio mundo cultural a que pertence o sujeito cognoscente, de maneira que o resultado do estudo desse mundo, enquanto produto espiritual, incorpora-se ao mundo do espírito modificando-o. Assim se relacionam tres elementos que constituiriam o fundamento da teoria gnoseológica de Dilthey: o plano imediato da experiência, o Erleben; a expressão pela qual este se objetiva historicamente; e a compreensão, a Verstehen, que recupera o significado dessa objetivação remetendo-a a sua origem, isto é, ao espírito que a gerou.

Enquanto que nas Ciências da Natureza o método principal consiste em explicar causalmente os fenômenos, subsumindo-os a leis gerais, o método característico das Ciências do Espírito consiste na Verstehen, cujo processo é semelhante à introspecção, e por meio do qual o cientista consegue remontar do historicamente objetivo até o espírito dos homens que o produziram. Para Dilthey a conexão entre as Ciências Sociais e a Historiografia está dada pela Verstehen, método comum a ambas. Como as Ciências Sociais procuram as regularidades, ao passo que a Historiografia destaca o singular e o original, as orientações generalizante e individualizante constituem processos complementares desse grupo de ciências. Portanto, para Dilthey não será o tipo de orientação que as diferenciará das Ciências Naturais (como pretenderá Windelband). Pelo contrário, a distinção definitiva entre as Ciências da Natureza e as Ciências do Espírito, no terreno metodológico, estará para ele na antítese entre explicação, enquanto remissão do fenômeno a leis causais, e compreensão, enquanto mergulho empático no espírito dos agentes históricos em busca do sentido de sua ação. É este fundamento psicologista que será objeto das mais duras críticas à sua teoria do conhecimento.

Windelband, por sua vez, proporá como critério demarcador dos dois grupos de ciências as suas diferentes finalidades cognitivas. Ele distinguirá entre as "Ciências Nomotéticas" e as "Ciências Ideográficas", aquelas orientadas para a construção de sistemas de leis gerais, estas orientadas para destacar a individualidade e singularidade de um determinado fenômeno. Deste ponto de vista, qualquer objeto, quer pertença ao mundo cultural ou ao

mundo da natureza, pode ser analisado como caso particular de uma lei geral, ou como caso irrepetível na sua individualidade. Assim cai por terra a contraposição diltheyana entre natureza e espírito.

Para Rickert, o critério proposto por Windelband mostrou-se insuficiente. Ele procurará superar esse critério e encontrar uma distinção objetiva. Não fica muito distante da teoria windelbandeana ao aceitar que a realidade é natureza, quando considerada em relação ao geral, e história quando considerada com referência ao individual. Porém, distancia-se de Windelband ao afirmar que um objeto só pode ser individualizado sobre uma "relação de valor". Assim o mundo histórico se define pela referência da realidade empírica ao mundo dos valores, como mundo da cultura, visto que os valores são sempre valores culturais. As disciplinas aplicadas ao estudo deste aspecto da realidade serão denominadas "Ciências da Cultura". O fundamento e validade das mesmas se constituem na base da "relação de valor", que representa o "significado" do objeto histórico. Com este critério de demarcação Rickert sai do terreno puramente lógico, configurando campos de investigação que se distinguem pela presença ou ausência da "relação de valor".

Em toda essa controvérsia, as condições de validade das Ciências Histórico-Sociais também ficavam garantidas desde dois pontos de vista diferentes e irredutíveis. Por um lado Dilthey assegurava o fundamento da validade das Ciências do Espírito na relação circular entre Erleben, expressão e compreensão: o homem pode compreender o mundo histórico-social porque encontra-se

imerso nele. Por outro lado, Windelband e Rickert fundamentavam a validade das Ciências da Cultura na validade dos valores seletivos do dado empírico, e esta validade era incondicional, a partir do momento em que para eles os valores são absolutos.

Max Weber não pode permanecer alheio a tal controvérsia, pois, já na sua própria tarefa de investigação concreta, ele tinha-se deparado frequentemente com as questões debatidas. Com efeito, seus trabalhos sociológicos e historiográficos mostram Weber numa tarefa de análise de situações e circunstâncias tão variadas que lhe colocavam a necessidade de definir e precisar as condições de uso de seus próprios instrumentos, para obter os resultados pretendidos. A partir das dificuldades encontradas na tarefa da investigação concreta e das exigências políticas impostas pela época, Max Weber vai construindo sua metodologia com o objetivo de definir claramente, nas suas respectivas funções, a análise empírica das Ciências Sociais e a atividade política. Essa metodologia concreta, que surge como resposta aos problemas cotidianos colocados pela investigação empírica, marcada pelo esforço de delimitar tal análise em relação à atividade política, vai se inserir, na sua formulação teórica, no centro do debate travado em torno das Ciências Histórico-Sociais. A originalidade consistirá em retirar o seu fundamento do âmbito psicológico ou transcendental, para tentar ancorá-lo no plano estritamente metodológico.

O primeiro ataque que Max Weber desfere sobre a herança romântica da escola histórica dirige-se principalmente a noções como "espírito do povo" e à transposição de conceitos biológicos

da concepção "orgânica" para os fenômenos econômicos. Ele rompe definitivamente com aquela escola, acusando-a de utilizar-se de conceitos nitidamente metafísicos que implicariam posições valorativas, os quais, por esse motivo, necessariamente impediriam o desenvolvimento de uma investigação que se pretendesse objetiva. Este confronto e a necessidade de garantir a autonomia e validade do conhecimento histórico levam Weber a se definir entre a posição diltheyana e a compartilhada (nos traços mais gerais) por Windelband e Rickert.

Com algumas críticas às teses de Dilthey, Max Weber aproxima-se da segunda posição. Para ele, não será a natureza do objeto que distinguirá as Ciências Histórico-Sociais das Ciências da Natureza. Pois é possível estudar um fenômeno natural do ponto de vista da historiografia (a história das galáxias).

Ainda mais profunda é a crítica que dirige ao procedimento compreensivo da Verstehen, que para Dilthey não era apenas um método, mas, e principalmente, constituía o fundamento da validade do conhecimento. Max Weber rejeita a noção diltheyana da compreensão por considerar que se trata de um processo empático puramente psicológico, e distingue-a da que ele chamará de compreensão explicativa (*erklärendes Verstehen*), processo lógico que tem como resultado não o conhecimento válido conforme propunha Dilthey, mas hipóteses que deveriam ser verificadas empiricamente sob a forma de explicação causal. A oposição sistemática que Dilthey via entre compreensão e explicação causal é diluída por Weber, para quem os dois métodos são complementares. Assim, muito embora conserve em certo sentido o procedimento da Verstehen, We-

ber retira o fundamento de validade da teoria diltheyana, e desmorona-se o edifício das Ciências do Espírito, tal como construído por Dilthey.

A posição epistemológica de M. Weber vai-se delineando a partir de duas condições fundamentais, a saber: a erradicação dos juízos de valor do discurso científico, por implicarem um posicionamento valorativo que para Weber era inaceitável na ciência, e a exigência de verificação empírica dos enunciados científicos por meio da explicação causal. A resposta à primeira condição aproxima Weber da distinção rickertiana entre "juízos de valor" e "relação aos valores". Enquanto os primeiros deveriam ser conscientemente evitados, por não serem produto de qualquer conhecimento científico, a segunda constituía-se no elemento necessário a partir do qual a realidade poderia ser recortada para destacar o objeto da análise. Para satisfazer à segunda condição da verificação empírica, M. Weber elabora o Tipo Ideal da "Possibilidade Objetiva", que facilita a construção e teste de cursos hipotéticos de ação, permitindo "calcular" o peso que as distintas linhas causais tiveram sobre o fenômeno estudado.

Muito embora Max Weber se aproxime de Windelband e Rickert ao aceitar a distinção entre as orientações (generalizante e individualizante) e sistematizar sua metodologia a partir da "relação de valor", que permite determinar o objeto histórico em função do "significado cultural", a crítica que lançará contra suas posições não será menos devastadora que a desferida à posição de Dilthey. Com efeito, para Rickert a "relação de valor" não era apenas um princípio de seleção do material de estudo, mas, e

principalmente, constituía o fundamento da validade do conhecimento histórico-social, na medida em que os valores que orientavam a seleção eram, para este autor, universais e necessários. A universalidade e necessidade dos valores constituía o pressuposto central da teoria gnoseológica de Windelband e Rickert, a "pedra de toque" que garantia a validade do conhecimento, pois o que era culturalmente valioso para o cientista também era um valor para toda a humanidade. A universalidade dos valores determinava o fundo semântico comum que permitiria a objetividade da ciência, base segura sobre a qual poder-se-ia construir o edifício das Ciências da Cultura. Porém é precisamente contra essa base que M. Weber descarrega sua crítica: os valores não são nem universais nem necessários; muito pelo contrário, eles são o resultado de uma escolha que, por sua vez, não tem, nem pode ter, justificativa científica possível. A seleção é o produto do posicionamento pessoal do homem frente a uma multidão de valores opostos, contraditórios e em permanente conflito. São os deuses e demônios, no dizer de Weber, que presidem à seleção. As lutas históricas travadas entre os homens e constatadas pela investigação concreta são, para Max Weber, a prova empírica da existência de valores conflitantes. Com esta prova, Weber pulveriza a "pedra de toque" da teoria windelbandiana e rickertiana dos valores, e rui o edifício das Ciências da Cultura por eles construído.

Se o pressuposto diltheyano da validade das Ciências do Espírito é rejeitado por Weber por se colocar num plano psicológico, o pressuposto de Windelband e Rickert o é por se articular num plano transcendental. A preocupação de Weber dirige-se para a

tentativa de retirar o presuposto desses planos psicológico ou transcendental, e instalá-lo no plano puramente técnico do método. Assim, o presuposto de validade e objetividade das Ciências Histórico-Sociais deixa de ser considerado como um a priori do conhecimento científico e agora a validade e a objetividade passam a ser propriedades metodológicas: a validade do conhecimento científico dependerá da objetividade dos métodos empregados.

A validade das Ciências Histórico-Sociais, para Weber, não mais dependerá do fato de que posso conhecer porque me conheço, porque posso imaginar, por meio de um ato introspectivo, como e porque um certo agente histórico agiu de uma determinada maneira, pondo-me no seu lugar por um exercício empático. Tampouco dependerá da certeza de que os valores que levaram aos atores a agir assim, e não de qualquer outra maneira, são os mesmos que guiaram o cientista ao estudo deste fato e não de outro, porque eles são a priori, universais e necessários. Transferida para a esfera metodológica, a validade das Ciências Histórico-Sociais dependerá exclusivamente da confiabilidade dos métodos empregados, no sentido de que a estrutura lógica dos mesmos possa garantir a transmissão da verdade dos enunciados observacionais às hipóteses e vice-versa, pois por essa via poder-se-á cumprir o requisito fundamental da objetividade científica: a verificação empírica dos resultados obtidos.

Muito embora a "relação de valores" forneça a Weber uma base segura a partir da qual as Ciências Histórico-Sociais poderiam se constituir, os valores para ele já não são a priori e transcendentais, mas produtos de uma escolha. Desta maneira o fun-

damento gnosceológico, enquanto decisão valorativa fundamental, é colocado numa esfera pré-científica, pois não há razão para escolher um valor e não outro qualquer, a não ser um posicionamento pessoal injustificado e injustificável; apenas a paixão por um ou outro valor inclinará o fiel da decisão. O fundamento da "relação de valores" é colocado numa esfera onde o sujeito cognoscente vê-se sozinho e sem possibilidade de apelar à ciência para escolher entre a multidão de valores conflitantes. Aqui, o pêndulo encontra-se no seu ponto máximo de oscilação. A partir daí, ele se põe em movimento.

II - RELAÇÃO COM OS VALORES

A posição epistemológica de Weber parte da divisão neo-kantiana fundamental entre as Ciências da Natureza e as Ciências do Espírito e da Cultura. Weber sustenta que é possível alcançar um conhecimento objetivo dentro das Ciências da Cultura, e que, embora o objeto do conhecimento destas ciências se encontra dentro da esfera de valores, o cientista não está por isto condenado a produzir um saber puramente subjetivo ou meramente valorizativo. Weber aceita e desenvolve a distinção feita por Heinrich Rickert entre 'juízo de valor' (Wertung) e 'relação com os valores' (Wertbeziehung). O que não aceita de Rickert é a pressuposição da universalidade dos valores. De fato, talvez influenciado por Nietzsche, como afirma Eugene Fleischmann(2), que constava da literatura obrigatória da juventude alemã da época, Weber postula o "politeísmo" ou pluralidade de valores. Esta posição o levará a significativos resultados epistemológicos, como mostraremos mais adiante, pois grande parte de seu esforço metodológico orientou-se a contornar o subjetivismo científico em que necessariamente se cai assumindo tal posição.

Para evitar o problema dos valores, Weber propõe manter sempre clara a diferença existente entre: (1) Relação com os valores - esta fórmula, como veremos, implica um posicionamento frente aos valores, porém, como a única forma pela qual se pode

determinar, ou seja, recortar e construir o objeto próprio das Ciências da Cultura. Seu âmbito é pré-científico; (2) Juízos de valor - são juízos contendo a fórmula "deve ser", e são estes juízos que devem ser erradicados da atividade científica, pois a ciência, o que não pode dizer, é precisamente o que deve ser. A diferença lógica entre os juízos de valor e os juízos científicos justifica-se pela impossibilidade lógica de se deduzir juízos de valor a partir de enunciados factuais; (3) Juízos científicos - são juízos obtidos pelo uso do copulativo "ser", e são desta forma os juízos próprios da ciência empírica. Tais juízos ou consistem em proposições de "fatos observáveis" ou são juízos que permitem um confronto empiricamente válido entre o que diz uma teoria frente a como realmente é a realidade.

Weber tenta mostrar que as Ciências Humanas podem ser e de fato são racionais, e que os resultados por elas buscados são proposições científicas submetidas à confrontação com a realidade. Portanto, os resultados obtidos devem ser proposições de "fatos observáveis". Daí, o zelo do cientista social em sua atividade específica se manifestará numa exigência de rigor metodológico, de correção lógica dos métodos empregados, de busca de conceituação adequada e unívoca, de comprovação permanente dos seus resultados, e, sobretudo, na exigência de suspensão radical de juízos valorativos na produção científica. Porém, como cumprir esta última exigência se a relação com os valores, é a única forma de recortar e selecionar o material da realidade empírica?

A idéia geral de juízos de valor é relativamente acessível à compreensão. Nesta parte, seguiremos a exposição de Raymond Aron (3), pela sua clareza elucidativa. Para a compreensão do conceito de juízo de valor, Aron toma o exemplo da "liberdade". Assim, quando se crê na liberdade e se afirma que a "liberdade política ou a liberdade de expressão é um valor fundamental", e que, portanto, "não se deve perder, custe o que custar, a liberdade de construir e manter a democracia", o que se está afirmando é um juízo de valor, e neste caso o que tal juízo expressa é a personalidade do sujeito que o emite, sua manifesta preferência por um valor fundamental (a liberdade) em detrimento de outros valores possíveis. Desta maneira se põe em evidência uma determinada tomada de posição valorativa. Fica claro, poderíamos dizer, em que lado se está naquela luta eterna entre deuses e demônios a que Weber faz tanta referência. Tal juízo, por sua vez, pode ser apoiado e defendido por alguns, como pode ser rejeitado por outros, para quem, possivelmente, a liberdade careça de importância ao lado dos outros valores fundamentais (a igualdade, por exemplo) aos quais estaria subordinada, e em função dos quais se posicionam e podem lutar até deixar a própria vida na empresa. Os juízos de valor são pessoais e subjetivos. Para alguns a liberdade pode ser um valor irrenunciável, enquanto que para outros, esse valor pode ser perfeitamente subordinável a valores mais dignos. A esta controvérsia a ciência não tem acesso possível: "a ciência empírica - diz Weber - não pode ensinar a ninguém o que deve fazer, senão unicamente o que pode fazer, e às vezes o que quer"(3). Note-se que enquanto os "juízos científicos" expresam o

que é, os juízos de valor dizem o que deve ser. Por isso não é propriedade deles a atribuição de valores de verdade, isto é, não são nem verdadeiros nem falsos.

Estes juízos de valor eram os tipos de juízos que Weber pretendia extirpar das considerações científicas. São eles os juízos de natureza ética, estética ou política.

Porém, se isto é assim, qual é a situação do cientista da política, que normalmente lida com conceitos como "liberdade", "democracia", "totalitarismo" e outros semelhantes? A suspensão de juízos valorativos no discurso científico, tal como exigia Weber, não exime o cientista da incumbência de considerar os valores como objeto próprio do conhecimento. E não somente os valores, mas também os próprios juízos de valor podem ser objeto de análise científica. Como diz Weber:

"... o tratamento científico dos juízos de valor permite, além do mais, não somente compreender e reviver os fins queridos e os ideais que estão em sua base, mas também, e sobretudo, ensina a julgá-los criticamente. Esta crítica, porém, só pode ter caráter dialético, no sentido de que somente pode construir uma avaliação lógico-formal do material apresentado nos juízos de valor e idéias historicamente dadas, e um exame dos ideais com respeito ao postulado da ausência de contradição interna do que é querido". (5).

Portanto, os valores enquanto objeto de estudo não são proibidos à reflexão científica. Pelo contrário, os valores cons-

tituem para as Ciências da Cultura um elemento fundamental em suas considerações, já que em relação a eles é que o comportamento dos homens históricos se recobre de significação para o cientista que o estuda. É com referência aos valores que a ação do agente histórico, do sujeito empírico que vive e faz história, se torna compreensível(6). A fórmula metodológica permite ao cientista da política conceber a liberdade, por exemplo, como um objeto com respeito ao qual os atores políticos se posicionam, seja a favor, seja contra. E somente relacionando estas tomadas de posição por sua referência valorativa ao conceito de liberdade, para retomar nosso exemplo, é que o cientista político pode compreender as lutas travadas pelos agentes históricos, e assim explicá-las.

Para Weber os fenômenos culturais deviam ser conhecidos tanto em seus aspectos racionais como nos irracionais. Entretanto, consciente das limitações do homem, Weber considerava que um conhecimento generalizador, uma teoria totalizadora dos fenômenos culturais, excedia em muito as pretensões de uma ciência. Esta devia limitar-se a entender e a compreender, por um lado, a importância cultural dos acontecimentos singulares (relação com os valores), e, por outro lado, as causas pelas quais foram produzidos historicamente desta maneira e não de outra(7). Aliás, como diz Loewith (8), "o propósito é precisamente tornar inteligível como chegamos a ser o que hoje somos". Porém, sempre em traços necessariamente parciais, como mosaicos (diria Parsons), ou segundo a feliz analogia do próprio Weber lembrada por Cohn: como notas musicais de uma partitura eternamente inconclusa. De fato,

não podemos chegar a conhecer senão fragmentos da realidade, e esta, por sua vez, guardará sempre distância com respeito à soma-tória de todos os fragmentos, já que todos eles foram recortados e construídos a partir de um ponto de vista, um - entre os muitos possíveis. "Seja qual for o método adotado - diz J. Freund -, tudo o que é possível é ordenar relativamente o real, sem nunca esgotá-lo".(9)

A relação com os valores é que guiará o interesse científico no necessário recorte do infinito e incesante fluir das ações humanas, de suas manifestações e realizações, para dessa maneira construir seu objeto de conhecimento. Como afirma Weber, "qualquer conhecimento conceptual da realidade infinita pela mente humana finita descansa no suposto tácito de que somente uma parte finita dessa realidade constitui o objeto da investigação científica, parte que deve ser a única 'essencial', no sentido de que 'merece ser conhecida'"(10). Este 'mérito de ser conhecida' que recai sobre a realidade, ou melhor, na sua parte 'essencial', é dado pelo interesse que venha a despertar no cientista. Por sua vez, esse interesse vai ser despertado na medida em que aquele segmento da realidade guarde alguma relação com algum valor caro a esse cientista. A partir desse valor, e em relação com ele, é que o objeto será construído e ordenado. É a relação com os valores que permitirá determinar a importância cultural para o conhecimento de acontecimentos, personagens históricos e ideais que orientaram a ação dos homens. A significação cultural de certo acontecimento fica estabelecida em função de sua relação com sistemas de valores determinados (11) que por sua vez encontram-se

em permanente conflito com outros sistemas de valores. A significação não é uma propriedade intrínseca ao objeto, isto é, não é certo que determinado processo histórico seja per_se significativo, mas é o investigador que o acha chelo de significação. Ele achará significativo tal processo, na medida em que se relacione positiva ou negativamente a seus valores, no sentido de que tenha possibilitado ou dificultado a realização deles. A significação objetiva é relativa ao valor_que_orienta_a_investigação. A recusa por parte de Weber da universalidade dos valores o obrigou a buscar outros fundamentos para as Ciências Culturais. Ele acreditou ter encontrado tal fundamento em uma pressuposição transcendental: a unidade das Ciências Culturais se encontraria no homem como criador de valores e gerador de cultura, ao projetar os valores no mundo. A cultura se constitui, assim, no eixo referencial de toda posição valorativa possível, até dos que se opõem ao próprio conceito de cultura. Como foco central de toda referência valorativa, tal conceito fornece o marco lógico-formal (12) para vincular os indivíduos históricos a 'idéias de valor', de maneira tal a poder ordenar e conferir sentido a uma parte limitada da totalidade histórica carente de sentido:

"'Cultura' é uma sessão limitada da infinitude desprovida de sentido do devenir universal, à qual os seres_humanos atribuem sentido e significação. Ela seria tal, inclusive para os homens que se opuseram a uma cultura concreta, tomando-a como seu mortal inimigo, exigindo um 'retorno à natureza'. De fato, só puderam chegar a esta tomada de posição, enquanto referiram essa cultura concreta a suas

idéias de valor, e a julgaram 'demasiado frívola'. É este fato puramente lógico-formal que mencionamos aqui, quando nos referimos à vinculação necessária do ponto de vista lógico de todos os indivíduos históricos com 'idéias de valor'. A premissa transcendental de toda ciência da cultura não consiste em que encontremos plena de valor uma determinada cultura, ou qualquer cultura em geral, mas consiste em que somos homens de cultura, dotados da capacidade e da vontade de tomar conscientemente posição diante do mundo, e de conferir-lhe sentido".(13)

Embora o centro de referência que permitirá ao cientista explorar uma determinada zona da realidade histórica esteja constituído por um valor, não é necessário que ele tome posição com respeito ao mesmo, que o aceite ou o reprove, pois tal atitude significaria emitir juízos de valor, que é precisamente o que deve ser evitado na ciência. Não é que Weber se oponha a que um cientista possa assumir uma determinada postura política e atuar politicamente em função dela. Na realidade nada mais alheio ao seu pensamento e à sua prática:

"A capacidade de diferenciar entre conhecer e julgar, e o cumprimento tanto do dever científico de ver a verdade dos fatos como do homem de ação de aderir a seus próprios ideais, - eis aqui aquilo com que queremos nos familiarizar cada vez mais".(14)

O que pretendia Weber com esta distinção entre 'juízo de valor' e 'relação com os valores' era precisamente diferenciar o papel do cientista do papel do homem de ação. Mediante o 'juízo de valor', o agente político se reafirma política e moralmente, enquanto que a 'relação com os valores' oferece ao cientista um procedimento de seleção e de organização do seu objeto, e da ciência "objetiva" a ele referida. Esta distinção, como diz Aron, "lhe permite (a Weber) assinalar a diferença entre a atividade do sábio e a atividade do homem político, e, ao mesmo tempo, a semelhança de interesse entre ambos".(15)

A relevância que teve o problema da distinção entre os juízos de valor e os juízos científicos para o pensamento weberiano não só ficou estabelecido em várias de suas obras (16), como também foi defendida por Weber tanto nos círculos acadêmicos como nos políticos. Em 1913, como conta Wolfgang Mommsen (17), Weber desencadeou um grande debate a respeito do princípio da liberdade dos juízos de valor. Sua esperança estava depositada em obter consenso geral com respeito ao princípio básico, segundo o qual, a ciência enquanto tal não pode emitir nenhum juízo de valor, nem pode justificar com argumentos aparentemente objetivos qualquer posição política. Talvez o que Weber estivesse visando fosse limitar a influencia que a linha conservadora mantinha nas cátedras, por intermédio de professores como Gustav von Schmoller. Seu esforço por "objetivar" as Ciências Culturais o levou a formular dois "imperativos" fundamentais da imparcialidade científica"(18). O primeiro exigia que tanto o autor como o leitor deviam ter clara consciência sobre quais critérios estavam sendo

adotados para medir a realidade, e obter a partir deles o juízo de valor. Weber supunha que se este princípio fosse observado, as tomadas de posição práticas se tornariam, do ponto de vista do interesse científico, não somente neutras, mas "diretamente úteis e até necessárias". O segundo imperativo exigia que o autor devia esclarecer explicitamente, tanto para o leitor como para si mesmo, "quando cala o investigador e começa a falar o homem como sujeito de vontade, quais argumentos se dirigem ao intelecto e quais ao sentimento". Desta maneira Weber pretendia dirimir a confusão entre a elucidação científica dos fatos e a abordagem valorativa.

Cabe perguntar, agora, se Weber foi coerente com a distinção por ele proposta. É duvidoso que o próprio Weber tenha obedecido até às últimas consequências a linha dos dois imperativos por ele propostos. Em muitos de seus trabalhos, em particular seus escritos políticos, talvez involuntariamente, ele combina observações objetivas com posições claramente valorativas. Um exemplo suficientemente claro é a conferência que pronunciou em julho de 1918 diante dos oficiais do exército austríaco sobre o tema "O socialismo" (19), na qual, sem deixar explícito "quando cala o investigador e começa a falar o homem como sujeito de vontade", mescla permanentemente os níveis. Igualmente ocorre com sua aula inaugural de Friburgo "O Estado nacional e a política econômica alemã" (20) onde emprega todo seu aparato conceptual e sua grande erudição para sustentar sua própria posição política com relação ao campesinato polaco. Por outro lado, talvez seja mais notável o caso da conferência pronunciado em 1919 em Munich

"A política como vocação"(21), onde Weber se apresenta como um verdadeiro e radical "profeta de cátedra", que ele tanto repudiava. "O que é muito mais perturbador em seu caso - diz Fleischmann - é que essa tomada de posição subjetiva e por ele considerada como tal (refere-se ao nacioanalismo), também permeava sua sociologia política "objetiva", tornando, com isto, inútil qualquer distinção entre ciência e juízo de valor"(22). Também Weber era "humano, demasiado humano". De todo modo, e apesar de talvez não tê-lo observado estritamente em sua prática, é louvável seu combate explícito à impunidade de cátedra.

Weber pretende fundamentar a unidade das Ciências Culturais em uma 'pressuposição transcendental'. Porém, de nenhuma maneira tal suposição é pacificamente aceitável. De fato sua base está dada pelo posicionamento do sujeito cognoscente frente aos valores, mas no âmbito da tomada de posição a ciência está excluída. Por sua vez, o posicionar-se frente aos valores implica uma livre escolha entre eles, o que supõe um dado anterior ao 'pressuposto', a saber: um sujeito livre. Weber não esclarece o caráter ontológico desse sujeito, nem analisa a consistência de seu 'pressuposto transcendental" por não considerar esta uma tarefa da ciência. No entanto, podemos supor que no caso do sujeito livre trata-se de um mero suposto, de um ponto de vista lógico a partir do qual, e já dentro do âmbito da ciência, poder-se-ia trabalhar racionalmente sem referências, nem intromissões do mesmo, no desenvolvimento empírico do conhecimento. Porém não é isto o que ocorre. Como tentaremos mostrar mais adiante, o sujeito cognoscente livre vai aparecer como suposto e fundamento da teo-

ria da dominação weberiana, como "ser humano livre" empírico, levando o autor a conclusões muito distantes do seu ideal de "neutralidade axiológica".

Nossa posição a este respeito coincide com a conclusão a que chega Paul Q. Hirst (23), que afirma, após análise da "presuposição transcendental" weberiana: "Weber está comprometido com uma antropologia positiva anterior às operações do conhecimento nas ciências culturais: na ontologia pressuposta do sujeito, estão já pressupostos toda a natureza e o conteúdo da esfera cultural. O conhecimento que Weber tem do social parte da pressuposição de que o ser humano é livre".

Por outro lado, como já dissemos, o âmbito das decisões pessoais, das tomadas de posição últimas, para Weber, escapa do campo do conhecimento científico, e, como tal, permanece fechado à racionalidade. De fato, para Weber, uma tomada de posição é uma decisão entre "os deuses e os demônios", a qual nenhum conhecimento científico pode ajudar a justificar. Por outro lado, segundo Weber, o homem atua livremente (livre de paixões, emoções e afecções de todo tipo), na medida em que sua conduta pode conformar-se com o modelo de ação racional orientada a fins (Zweckrational) (24). E aqui chegamos a um ponto morto: em que sentido este sujeito de conhecimento pode posicionar-se livremente dentro de uma esfera cuja característica é a irracionalidade? ou talvez: que tipo de sujeito é este que pode ser livre, apesar de (ou justamente por) ser não racional? Weber não foi um filósofo profissional, mas, mesmo assim (ou justamente por isso), colocava permanentemente bases para interessantíssimas especulações filosófi-

cas como a precedente. Ele expressamente dizia que esse âmbito, impenetrável para a ciência, era a esfera específica do filosofar, e com um respeito digno de admiração, nunca ou quase nunca, se atreveu a transpor os umbrais que separam a ciência da filosofia. Não sem resignação, nós também não aprofundaremos esta problemática, que levaria muito além dos limites do presente trabalho (25).

A partir do fato de que o recorte e construção do objeto científico dependem da orientação dada pelo cientista, a partir do seu ponto de vista e com referência a certos valores que motivam seu interesse, isto é, que guiam seus questionamentos, os resultados obtidos, pelo menos em aparência, dependem da curiosidade do cientista e de seu particular sistema de valores.

Porém, a atividade científica, na medida em que é uma conduta racional, está orientada no sentido do estabelecimento da verdade universalmente válida e aceita, e, em face disto, cabe fazer algumas perguntas: De que modo uma ciência orientada por questionamentos tão diversos quanto são diversos os sistemas de valores existentes, a qual, partindo de um objeto recortado e construído a partir de situações tão particulares, como as emergentes da unilateralidade entre um ponto de vista subjetivo e um sistema de valores específico, pode produzir resultados científicos, quer dizer, enunciados universalmente válidos? Aqui devemos recordar que Weber, que pretendia fazer uma ciência empírica, exigia que os resultados, na medida em que são científicos, devem ser claros e válidos até para um chinês. Com respeito ao Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik (revista de ciências

sociais da qual Weber era co-editor), Weber dizia: "uma revista de ciências sociais, no sentido em que a entendemos, deve, na medida em que tende a ser uma ciência, ser um lugar onde se busca a verdade, e tal que (...) exija também de um chinês o reconhecimento da validade de certo ordenamento conceptual da realidade empírica"(26). Portanto, quais serão as atividades científicas que, partindo do âmbito do puramente subjetivo e influenciadas por uma gama de possibilidades valorativas, permitam garantir a validade universal dos resultados científicos obtidos?

O esforço da obra metodológica de Weber está orientado no sentido de resolver esta questão. Poder-se-ia dizer, de forma muito geral, que a resposta weberiana indicaria que, embora se parta de uma escolha subjetiva para o recorte do material, os resultados científicos, para ser tais, devem ser obtidos a partir de procedimentos submetidos a verificação, e cuja correção se imponha sobre todos os pontos de vista e a quaisquer sistemas de valores. O que Weber está exigindo deste modo é correção metodológica (critério interno) e posterior corroboração empírica dos resultados (critério externo), que é o que pretende uma ciência empírica da realidade cultural.

O aspecto subjetivo introduzido pelo suposto axiológico da 'relação com os valores' como ponto de partida extracientífico ou pré-científico, pretendia ser neutralizado por Weber mediante a exigência da explicação causal. Porém, como observa Pietro Rosi (27), o esquema de explicação weberiano não está apoiado na categoria de necessidade, mas na categoria de possibilidade objetiva que abrange desde a causa adequada até a causa fortuita.

Portanto, com o recurso à causalidade, não são perfeitamente neutralizados os pressupostos axiológicos. Com efeito, as Ciências Sociais não tem condições de explicar completa e exaustivamente um processo histórico. Pelo contrário, renunciando à possibilidade de abranger a totalidade de fatores determinantes daquele, terá que selecionar uma série particular de condições que possibilitam o vir a ser do processo a explicar. Assim, a relação causal das Ciências Sociais não é de necessidade, mas de possibilidade: a causalidade weberiana é condicional. Ora, se as series causais são produto de uma seleção, dever-se-á admitir que o pressuposto axiológico não só não é neutralizado pelo recurso à explicação causal, mas constitui o alicerce da própria causalidade. Pois, como é possível selecionar uma série particular de condições entre muitas outras, senão a partir de um determinado ponto de vista, isto é, em relação aos valores? A influência inelutável dos valores transforma, inclusive, a explicação causal em explicação condicional. Segundo P. Rossi, isto põe em questão a própria noção de 'relação com os valores', tal como a expressa Weber, pois a adoção de certos pressupostos axiológicos condicionará também, direta ou indiretamente, os resultados da investigação, que é precisamente o que Weber queria evitar.

Outro que supõe que a tomada de posição não se limita ao âmbito pré-científico da 'relação com os valores', mas se infiltra no resto da estrutura teórica, é René Konig(28). Para ele a influência das valorações penetra até o âmbito da conceptualização weberiana, e chama a atenção para as quatro modalidades de ação proposta por Weber (ação tradicional, afetiva, racional se-

gundo fins e racional segundo valores), e adverte que, embora postas no mesmo nível conceptual, é fácil observar que a série supõe uma escala de valores, e que para Weber só a racionalidade conta verdadeiramente, os outros modos são inferiores.

III - 'CIÊNCIAS NATURAIS' E 'CIÊNCIAS DA CULTURA'

Aceita a diferenciação entre Ciências Naturais e Ciências Culturais (também chamadas na época de Ciências Históricas, Humanas o do Espírito), o problema consistia em determinar qual era o seu fundamento. Alguns, como Dilthey, afirmavam que tal fundamento estava dado pela diferença do objeto próprio de cada grupo de ciências. Outros, como Windelband e Rickert, pensavam que a realidade era uma só e que permanecia sempre idêntica a si mesma: estes propunham como aspecto diferenciador um fundamento lógico. As ciências abordavam a realidade, que é única, por caminhos diferentes, de maneira tal que a diferença metodológica constituiria o fundamento da classificação. O cientista poderia se interessar por relações gerais ou leis, ou, ao contrário, pelos fenômenos em sua singularidade.

Weber aceita, em princípio, a diferença lógica entre o método generalizante e o método individualizante, porém, não concorda em que esta diferença possa fundamentar a classificação das ciências. De fato, para Weber, a Sociologia e a Psicologia empregam tanto o método individualizante, como o generalizante, dependendo meramente de suas necessidades e da orientação de sua investigação. Do mesmo modo, a Biologia ou a Astronomia tanto procuram estabelecer leis quanto estudar os fenômenos concretos em sua singularidade (29). Por outro lado, Weber nega que o conhecimento possa ser uma cópia ou uma reprodução total da realidade,

pois a realidade para ele é infinita e inesgotável, de maneira tal que, qualquer que seja o método, o cientista se verá no dever de fazer um corte no real para estabelecer seu objeto. Por um lado, o método generalizante deverá deixar de lado todos os aspectos contingentes e singulares, reduzindo todas as diferenças qualitativas a aspectos quantitativos que possam fazer parte de uma proposição geral. Por outro lado, o método individualizante omitirá todos os elementos genéricos, limitando-se aos aspectos qualitativos que conferem singularidade ao fenômeno. Ambos, dessa maneira, afastam-se da realidade em algum sentido, não havendo forma de determinar que método seria o mais exato, mais correto ou mais completo.

Weber combatirá o preconceito de considerar como sendo científico apenas aquele conhecimento que fosse de ordem quantitativa (30), pois a medida e quantificação somente poderiam ser processos metodológicos, isto é, meios, e como tais, não poderiam constituir o fim da ciência que é a verdade universalmente válida.

Outra questão importante que se deve considerar na análise da relação entre os dois tipos de ciência, são os critérios que Weber determina para a seleção dos elementos significativos para a conceituação das Ciências Sociais, já que essa seleção é pre-requisito lógico da possibilidade de conhecimento. Weber designa como 'Ciências da Cultura' às disciplinas que procuram conhecer os fenômenos da vida em sua significação cultural. Porém, o que determina essa significação? Por que alguns fenômenos puderam ser significativos, enquanto outros, não? Weber diz:

"A significação da configuração de um fenômeno cultural, e seu fundamento, não podem ser obtidos, fundados e compreendidos a partir de um sistema de conceitos legais, por perfeito que seja. De fato, pressupõe a relação dos fenômenos culturais com idéias de valor. O conceito de cultura é um conceito de valor".(31)

O ponto de partida de Weber é afirmar que os critérios que permitiriam selecionar e recortar o aspecto significativo da realidade cultural estarão determinados pela importância que adquirem para o cientista certas configurações sociais. Aqueles critérios estão, portanto, relacionados com a "direção do interesse" subjetivo do cientista, pois é esta que determinará o que é significativo e o que constituirá o objeto de conhecimento.

"Tem-se, então, que o que é significativo para nós é algo que nenhuma investigação 'sem supostos' do empiricamente dado pode discernir; pelo contrário, sua determinação é prerequisite para que algo chegue a ser objeto de investigação".(32)

Desta maneira, Weber recoloca a questão no âmbito do pré-científico. De fato, a significação é dada aos fenômenos por sua relação com os valores subjetivos do cientista. A significação é incontestável, pois surge de um estágio não racional.

Weber postula que a determinação da 'direção do interesse' é o fator delimitante entre ambos os grupos de ciências. Assim, por exemplo, o interesse pelos fenômenos naturais, na medida em que é um interesse científico, tenderá aos aspectos abstratos e generalizantes, e não de individualidade concreta. Por isto, diz Weber, o objetivo deste grupo de ciências é a formulação de um sistema de leis gerais e universalmente válidas, que constituirão para elas um fim em si mesmo. Por outro lado, as Ciências Culturais centram seu interesse nos seres humanos e, como seres criadores de cultura, em suas realizações culturais. Portanto, este interesse é que diferencia as Ciências da Cultura das Ciências Naturais, por não ser voltado para as generalidades abstratas, mas às peculiaridades individuais. De maneira tal que a relação que manterá este grupo de ciências com os conceitos gerais não será a mesma que no caso das Ciências Naturais. Para as Ciências Culturais as leis constituirão não um fim em si mesmo, mas sempre um meio. Isto não quer dizer que o investigador das Ciências Sociais não precisa recorrer a um conhecimento nomológico, simplesmente quer dizer que este tipo de conhecimento não é o objeto específico de sua investigação, mas apenas um meio de clarificação e compreensão dos fenômenos concretos singulares.

"Do que foi dito, não se segue, naturalmente, que o conhecimento do geral, a formação dos conceitos de gênero abstratos, o conhecimento de regularidades e o intento de formular conexões "legais" careçam de justificação científica no âmbito das Ciências Culturais. Pelo contrário,

se o conhecimento causal dos historiadores consiste na imputação de resultados concretos a causas concretas, seria totalmente impossível, com respeito a qualquer resultado individual, uma imputação válida que não recorresse ao conhecimento nomológico, ou seja, ao conhecimento das regularidades das conexões causais" (33)

Mais adiante, Weber nos diz que para as Ciências Naturais as leis mais valiosas são as mais gerais e as mais universalmente válidas, enquanto que para as Ciências Sociais as leis mais gerais e mais universais são as mais vazias de conteúdo, as que dizem menos, portanto, as menos valiosas, porque para as Ciências da Cultura "o conhecimento do geral nunca é valioso por si mesmo".

O fato de basear na 'relação com os valores' o princípio seletivo e organizador do material empírico para as Ciências Sociais apresenta um problema metodológico para as mesmas. De fato, a direção do interesse é o que determina a importância de um segmento da realidade, porém, como Weber não aceita de Rickert os valores universais, mas a diversidade dos sistemas de valores (34), aqueles segmentos serão recortados a partir de diversos pontos de vista. Portanto, o mesmo material concreto dará origem a tantos indivíduos históricos quanto sejam os pontos de vista valorativos a que esse material possa ser referido.

Com o recurso à "importância dos valores" para fundamentar a direção do interesse científico, Weber está introduzindo um elemento de subjetividade nas Ciências Culturais, pondo em uma

situação problemática a exigência de objetividade das mesmas. Porém, apesar de entrar em consideração um elemento de valor no recorte do material, Weber assegura que é possível chegar a conclusões objetivamente válidas sobre as causas e as consequências dos fenômenos, que sejam verdadeiras "para todo aquele que quiser ver a verdade".(35) Isto é possível, em primeiro lugar, pela identificação dos 'juízos de valor' e sua posterior eliminação do discurso científico, e, em segundo lugar, porque, uma vez determinado o fenômeno a ser estudado, o estabelecimento de relações causais entre ele e seus antecedentes ou consequentes está sujeito a um esquema formal de prova, que é independente de qualquer sistema de valor (36). Só na medida em que as relações enunciadas resistam ao esquema de prova, é que se poderá estar seguro de que se está frente a proposições científicas.

O problema que vemos aqui, e que tentaremos aprofundar adiante, é que o 'ponto de vista' orientador não somente é determinante para a seleção do material e para a construção do esquema conceptual que será empregado na investigação (37), mas também determina tanto a construção do esquema formal de prova como a seleção das variáveis que intervêm na prova como "pedra de toque" para a contrastação empírica dos enunciados. Isto introduz uma certa dúvida a respeito da validade dos procedimentos como garantia da 'objetividade' dos resultados. Na realidade, Weber nunca é claro quando se refere à "comprovação empírica" tanto dos resultados como dos métodos. Em particular estes últimos, em sua maioria, não são testáveis de maneira rigorosa, no máximo são remetidos ao vago teste de sua "utilidade" como resolução pragmática.

De todo modo, pode-se dizer que o mérito weberiano consistiu em tratar de "objetivar" as Ciências da Cultura introduzindo fundamentos e métodos, através dos quais e aplicando-se a um mesmo setor privilegiado do acontecer cultural, se chegaria a resultados sobre os quais todos teriam que estar de acordo.

Um privilégio que os positivistas atribuíram exclusivamente às Ciências Naturais, e que justificaria o aparente e momentâneo êxito das mesmas que tanto os obnubilou, foi o acerto na previsão dos fenômenos naturais. Este fato, para alguns, era a prova irrefutável da preeminência das Ciências da Natureza sobre as Culturais, e uma prova do intransponível abismo entre ambas.

Quanto à capacidade de predição como critério diferenciador de ambos os grupos de ciência, Weber apresenta o exemplo da pedra que é quebrada durante uma tempestade: como poderia a Ciência da Natureza determinar antecipadamente em quantos pedaços se partiria e em quais lugares iriam parar tais pedaços? Por outro lado, Weber constrói um modelo de "ação racional orientada a fins", ao qual nos referiremos reiteradamente ao longo deste trabalho, e que é central na teoria da ação weberiana e em sua tipologia. A partir deste modelo, toda ação que se ajuste a ele é perfeitamente predizível, já que uma vez definido o fim unívocamente, empregará os meios adequados para alcançá-lo de maneira tão racional como uma lei da física, tornando-se acessível a um saber nomológico. "Por conseguinte, conclui J. Freund, entre a possibilidade de prever os fenômenos singulares da natureza e a expectativa das consequências de uma ação humana, não existe diferença de princípio" (38).

Em todos estes aspectos anotados, não parece haver razões suficientes para efetuar uma distinção tão radical entre ambos os grupos de ciências, salvo, talvez, pelas diferentes 'direções de interesse': de um lado, o interesse pode orientar-se para o conhecimento da singularidade concreta do indivíduo histórico ou de um fenômeno, e, por outro lado, pode orientar-se a um sistema de princípios e de leis gerais e abstratos. De todo modo, esta diferenciação do interesse no individualizante e no generalizante, não justificaria a divisão entre as Ciências Naturais e as Ciências Culturais, pois ambos os grupos de ciência contêm exemplos das duas direções de interesse. No grupo determinado pelo interesse individualizante se encontrariam as ciências cuja preocupação fundamental estaria constituída pelos fenômenos concretos individuais. Sua atenção se aplicará a compreender da maneira mais completa possível as relações causais que o fenômeno estudado guarde com seus antecedentes como com seus consequentes, procurando para isto, todo o apoio conceptual de que se pode dispor. A Geologia e a Meteorologia são perfeitos exemplos destas ciências, e se encontram no campo específico das Ciências da Natureza. Dentro das Ciências Culturais encontramos a mesma situação na História e na Antropologia. Por outro lado, encontramos as ciências orientadas pelo interesse generalizante, que se ocupa fundamentalmente da construção de sistemas de leis gerais para poder ser aplicado à maior quantidade de fenômenos possíveis, para as quais os fenômenos individuais são meros 'casos' ou são tomados, como diz Weber, como representantes ilustrativos das leis(39). Nesta área se encontram ciências como a Física teórica, como exemplo

paradigmático dentro do âmbito das Ciências da Natureza, mas também poder-se-ia incluir a Química e a Biologia geral. Dentro do âmbito das Ciências da Cultura, como sendo a mais desenvolvida, poder-se-ia contar com a Economia teórica e, com algumas restrições, poderia fazer parte deste grupo a Sociologia teórica.

De qualquer forma, são importantes e frequentes as contribuições entre ambos os grupos em sua atividade concreta. Weber explicitamente nos diz que a Sociologia teórica é que fornece os conceitos gerais para que a Historiografia possa efetuar suas imputações causais. Por outro lado, é da Historiografia que a Sociologia toma as fontes para construir seus conceitos. Como também muitas leis das Ciências Naturais são utilizadas, consciente ou inconscientemente, pelos cientistas sociais para avaliar seus dados. São consideráveis também as contribuições que a Historiografia toma da Biologia, da Psicologia, da Economia, da Sociologia, etc. Por outro lado, os sistemas de leis elaborados pelas ciências "generalizantes" deverão ser testados em fenômenos individuais concretos: a Física, por exemplo, assim procederá com respeito aos corpos celestes e ao comportamento dos corpos terrestres. A Economia, com respeito à conduta dos homens no mercado, etc.

Em torno da distinção entre as Ciências Naturais e Ciências Culturais, Weber se esforça por cobrir a lacuna existente entre ambos os grupos de ciências. Entretanto, seu esforço não bastou para percorrer o caminho inteiro necessário a semelhante empresa. Parsons vê claramente este aspecto e diz: "Deveria ter percorrido todo o caminho até a tese de que, em um aspecto pura-

mente lógico, não há diferença alguma"(40). Outro aspecto que freiou seu impulso neste sentido, e que seguramente tem suas causas no grande prestígio de que gozavam na época as Ciências da Natureza, ou talvez pela própria cegueira positivista, ou ainda pelo subjetivismo por ele introduzido nas Ciências da Cultura, foi a impossibilidade de ver que o mesmo relativismo influía nas Ciências da Natureza em maior medida do que se supunha: "A ciência - nos esclarece Harold I. Brown - consiste em uma série de projetos de investigação estruturados mediante pressuposições aceitas que determinam quais observações devem ser feitas, como deverão ser interpretadas, que fenômenos são problemáticos e como deverão ser tratados estes problemas. Quando mudam as pressuposições de uma disciplina científica, ficam transformadas também tanto a estrutura desta disciplina, como a imagem da realidade do cientista. O único aspecto permanente da ciência é a investigação".(41)

Tratamos de mostrar que para Weber não existem grandes diferenças lógicas entre as Ciências da Natureza e as Ciências da Cultura, colocando-se desta forma em uma posição conciliadora na polêmica entre os dois grupos de ciências. Para ele, não havia também diferenças fundamentais de método. "Pelo contrário, diz Mommsen, Weber assinala que o instrumental conceptual lógico de ambas as disciplinas, no essencial, era da mesma espécie, ainda quando a técnica heurística da 'compreensão da vivência posterior' seja própria apenas das primeiras (refere-se às Ciências Culturais). Para a dilucidação dos fenômenos históricos, o historiador se serve de experiências conceptuais de leis que são fundamentalmente as mesmas que as do cientista da natureza"(42).

IV - COMPREENSÃO (VERSTEHEN)

Embora na última citação tomada de Mommsen, este apresente a "compreensão" (Verstehen) como uma técnica heurística própria das Ciências da Cultura, não se deve por isto crer que desconhece ou subestima a verdadeira importância do papel que tem a "compreensão" na concepção weberiana da teoria das Ciências Sociais. De fato, a compreensão não somente constitui um método, mas também, como observa Parsons (43), constitui o resultado da investigação social. É significativo, e nada casual, que a monumental obra de sua última época, Economia e Sociedade, tenha recebido de Weber o subtítulo de "Esboço de uma sociologia compreensiva", pois para ele a essência da Sociologia não consistia somente em encontrar leis gerais do comportamento social dos homens, mas também, e fundamentalmente, apreendê-lo compreensivamente em seu contexto de sentido subjetivo e, dessa maneira, poder explicá-lo causalmente referindo-o às suas causas e efeitos. Isto se desprende da primeira definição que Weber dá da Sociologia em Economia e Sociedade:

"Deve-se entender por Sociologia (no sentido aqui aceito desta palavra, empregada com tantos significados): uma ciência que pretende compreender, interpretando-a, a ação social, para dessa maneira explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos".(44)

A compreensão, neste sentido, abriria o acesso às questões radicais para chegar às grandes decisões como as raízes últimas que permitiriam explicar as mudanças das coisas humanas. Isto se torna claro a partir da definição weberiana de 'ação' e a que proporá posteriormente de 'ação social':

"Por 'ação' deve-se entender uma conduta humana (seja um fazer externo ou interno, seja um omitir ou um permitir) sempre que o sujeito ou os sujeitos da ação atribuam a ela um sentido subjetivo". (45)

Como se infere a partir desta definição, o elemento diferenciador entre uma mera "conduta" e uma "ação" está constituído pelo sentido. É precisamente pelo adição do sentido que uma conduta se converte para o cientista social em uma ação. É o sentido que pode tornar até uma omissão e inclusive um "não fazer nada" em uma ação. Por outro lado é esse sentido que vai possuir significado para o cientista e seu sistema de valores, e, como tal, orientará seu interesse (46). A significação, para o agente, encontra-se relacionada com: os motivos (conscientes ou inconscientes) que levaram à ação; a inserção da ação efetiva no fluir dos acontecimentos; e as consequências que essa ação desencadeou. A composição desses três fatores na mente do agente constitui o significado subjetivo. Há de ter-se em conta o fato de que muitas vezes os motivos reais não são representados de maneira clara pelo ator, como às vezes este também não consegue abarcar a totali-

dade das consequências de sua ação, e inclusive estas podem transcender sua própria vida. Por outro lado, a reconstituição desses três elementos pelo observador constitui o significado objetivo da ação. Neste caso, muito embora a descoberta dos motivos possa acarretar alguma dificuldade metodológica, o desenvolvimento ulterior dos acontecimentos é empiricamente conhecido, o que permite ao observador avaliar com relativa precisão (como tentaremos mostrar quando tratarmos da "possibilidade objetiva") o peso causal daquela ação e, conseqüentemente, o significado causal que teve nos acontecimentos.

A compreensão abre acesso ao sentido da ação e, como tal, funciona como um método heurístico. Por outro lado, compreender a ação dos homens em todas as suas relações significativas é o objetivo e, como tal, o resultado da investigação. Porém, o que está na mira da sociologia weberiana não é a 'ação' de um indivíduo, mas a ação social:

"A ação social, portanto, é uma ação onde o sentido atribuído por seu sujeito ou sujeitos está referido à conduta de outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento".(47)

O que Weber estava interessado em explicar com sua Sociologia compreensiva era o desenvolvimento das relações sociais por referência às intenções e motivações subjetivas, por um lado, e, por outro, o contexto subjetivo de sentido em que se desenrolava. É notória, a partir destas definições, a importância que a socio-

logia weberiana conferia ao indivíduo, pois como observa Mommsen, "o indivíduo teria que valer basicamente como o único portador de um comportamento dotado de sentido".(48) Isto quer dizer que não haveria sentido em um nível supraindividual a não ser que, e na medida em que, os indivíduos como tais lhe confirmam. Portanto, a Sociologia, do ponto de vista metodológico, devia ser praticada individualisticamente. Pelo contrário, se tentássemos dar sentido aos processos sociais por cima do indivíduo, cairíamos em construções metafísicas. A ação do indivíduo e o significado que esta aponta constituem o único que pode ser compreendido. Só a partir de tal compreensão é que as Ciências Sociais podem alcançar o significado de cada relação e estrutura social, e não o inverso, pois estas estão, em última instância, constituídas pela ação do indivíduo no mundo social (49). Em definitivo: a Sociologia, para Weber, em sua busca de compreensão do significado, deve chegar ao elemento básico do mundo cultural, o indivíduo, o átomo portador de sentido e único capaz de conferi-lo às estruturas supraindividuais (50). Note-se que este individualismo subjacente na teoria weberiana não é simplesmente produto de um processo analítico, mas também o fundamento ontológico de sua concepção do mundo cultural e de sua metodologia(51).

Weber não se preocupa com as questões filosóficas que seu método de compreensão levanta. Ele apenas se interessa pela validade científica do processo, ou seja, seu problema consiste em determinar em que medida a compreensão pode ser um processo capaz de elaborar nas Ciências da Cultura verdades universalmente válidas.

O método da compreensão está estreitamente vinculado, por um lado, com sua teoria da interpretação (a diferença entre ambos os conceitos raramente fica clara, e em muitas oportunidades os dois se confundem) e, por outro, com sua teoria da causalidade(52). Pois, se o método naturalista só podia dar conta dos aspectos externos dos fenômenos sociais, a compreensão poderia superá-lo neste aspecto e chegar a interpretar o sentido do fenômeno. Entretanto, para que o resultado da operação de compreender estivesse em harmonia com as exigências do rigor científico, deveria ser válido, ou seja, deveria ser referendado pelo recurso à causalidade.

Embora a 'revivência' da ação passada possa ajudar a compreender o sentido da mesma, o fato de poder produzir em alguém uma ação semelhante à estudada não é uma condição necessária para a possibilidade da compreensão: Weber diz que "não é preciso ser um César para compreender César", pois "o poder reviver plenamente algo alheio é uma importante evidência da compreensão, porém não é condição absoluta para a interpretação do sentido."(53)

Weber considerava que a compreensão estava dirigida à evidência, e considerava que esta poderia ser de dois tipos: poderia ter um caráter racional ou um caráter endopático. O primeiro seria uma evidência do tipo da lógica ou da matemática, o segundo, do tipo afetivo receptivo-estético.

"No domínio da ação é racionalmente evidente, antes de tudo, o que na sua conexão de sentido compreendemos intelectualmente de um modo diáfano e exaustivo. E há evidên-

cia endopática da ação quando revivemos plenamente a co-
nexão_de_sentimentos que se viveu nela".(54)

É claro que o compreensível com maior grau de 'evidência' será para Weber a ação racional orientada a fins (Zweckrational), ou seja, a partir de fins univocamente determinados, a ação se dirigirá à procura dos meios adequados para atingi-los. Esta procura tem um caráter técnico, racional, e como tal, sua compreensão será a de maior evidência. Isto não quer dizer que somente as ações racionais podem ser compreendidas. Com menor grau de evidência, também podem ser compreendidas outras ações "irracionais" de qualquer tipo, como situações místicas, cólera, ódio, inveja, etc., seja por meio da compreensão endopática, na medida em que podemos sentir em nós mesmos, por meio da 'revivência', esse misticismo, ódio etc., seja utilizando aquele tipo de "ação racional orientada a fins" como tipo-ideal, e, compreendendo estas ações como "desvios" do tipo-ideal construído. De qualquer maneira, Weber nos adverte de que uma compreensão que possua um grau de evidência muito alto, não prova nada quanto à validade empírica da compreensão efetuada, pois uma ação, igual em seu curso e resultados externos, pode descansar em constelações de motivos e intenções de índoles muito diversa, e, muitas vezes, os movimentos mais evidentes não são os que realmente estão em jogo. A evidência da compreensão é algo distinto da validade empírica:

"Antes, 'compreender' determinado nexa há de ser controlado, na medida em que seja possível, com os métodos

usuais da imputação causal, para que uma interpretação, por mais evidente que seja, não passe a ser uma "explicação compreensiva" válida".(55)

Estes tipos de evidência, a saber, racional e endopática, se aplicam aos dois tipos de compreensão que Weber distingue:

"Pode-se entender por compreensão: (1) a compreensão direta ou atual (aktuelles Verstehen) do sentido atribuído a uma ação (inclusive sua manifestação). Compreendemos, por exemplo, de um modo atual o sentido da proposição $2 \times 2 = 4$, que ouvimos ou lemos (compreensão racional, atual, de pensamentos), ou uma explosão de cólera expressa por gestos faciais, interjeições e movimentos irracionais (compreensão irracional, atual, de afetos), ou a conduta de um lenhador ou de alguém que segure e gire uma maçaneta de uma porta para fechá-la, ou de alguém que atire em um animal (compreensão racional, atual, de ações); porém, também, (2) a compreensão explicativa (erklärendes Verstehen). Compreendemos por seus motivos que sentido tem para quem formulou ou escreveu a proposição $2 \times 2 = 4$, para que foi feita neste momento esta conexão, se está utilizada, por exemplo, em uma operação mercantil, ou numa demonstração científica, em um cálculo técnico, ou em outra ação a cuja conexão total pertence aquela proposição pelo sentido que vemos vinculado a ela. Ou seja, essa proposição possui uma 'conexão de sentido' compreensível

para nós (compreensão racional por motivos). Compreendemos um lenhador ou quem aponta uma arma, não somente de um modo atual, mas também por seus motivos, quando sabemos que o primeiro executa essa ação por ganhar um salário para cobrir suas necessidades, ou por diversão (motivação racional), ou porque 'reagiu de tal modo a uma excitação' (motivação irracional), ou o que dispara uma arma executa uma ordem dada por alguém ou se defende contra um inimigo (motivação racional), ou ainda por vingança (motivação afetiva e neste caso, irracional). Compreendemos por último, um ato de cólera por seus motivos quando sabemos que por trás dele há ciúmes, vaidade doentia ou honra lesada (afetivamente condicionado: compreensão irracional por motivos)"(56).

Em relação a esta descrição que decidimos copiar por extenso em função de sua importância, é possível fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, concordamos com a observação de W.Duthwaite (57) segundo a qual, dentro da compreensão atual ou direta, Weber parece não distinguir a compreensão de um ataque de ira ou de uma ação, da compreensão de uma operação matemática. Ainda, dentro da compreensão direta, Weber distingue a racional de pensamentos, a racional de ação e a irracional de afetos. Mas, quando observamos um homem com um machado cortando madeira, o que garante que se trate de uma ação racional e não de uma descarga emocional, e por tanto irracional? Achamos que essa garantia exi-

ge uma operação de Verstehen menos direta que a que nos permite compreender " $2+2=4$ ", muito embora, para Weber, sejam do mesmo tipo. Em segundo lugar, não nos parece claro se tanto a compreensão atual ou "observacional" quanto a compreensão explicativa ou "motivacional", para usar os termos de A. Schutz (58), são ambas a Verstehen que Weber propõe como sua metodologia para as Ciências da Cultura, ou se esta é apenas uma delas. Porque se o objeto destas é o 'sentido da ação', não entendemos qual o sentido de $2 \times 2 = 4$, salvo sob a consideração dos motivos que levaram alguém a escrever ou a pronunciar tal proposição. Quando Weber diz que compreendemos uma expressão de raiva, refere-se a que observamos um rosto avermelhado, olhos saltados, dedos crispados, cenho franzido, dentes expostos, e que compreendemos exatamente isto, ou então compreendemos um acesso de cólera remetendo todos estes efeitos visíveis a um estado interno que os causa?. Se ele se refere à primeira possibilidade, o que está compreendendo não é uma expressão de raiva, mas um rosto avermelhado, olhos saltados e todo o resto. Neste caso, poderíamos nos perguntar: qual é o sentido de 'rosto avermelhado'? Caso Weber se refira à segunda possibilidade já não seria uma compreensão observacional, pois estaria mediada por simbolizações culturais e considerações teóricas, até do tipo clínico, para determinar que tais manifestações, quando se dão simultaneamente em uma mesma pessoa denotam um estado de cólera, compreensão esta, não simplesmente "observacional". (59)

O mesmo se poderia dizer com respeito à compreensão "observacional" de atos como cortar madeira, tomar a maçaneta de uma porta para fechá-la, apontar uma arma para um animal. Weber menciona estes movimentos corporais como se fossem básicos para uma compreensão observacional. As palavras acima foram sublinhadas de propósito, porque cremos que elas já indicam nas proposições algum tipo de interpretação. De fato, ver um homem com um machado na mão subindo e descendo sobre uma madeira exige, certamente, o apoio de teorias ou o enquadramento em marcos significativos. Porém, há algo mais: o que é que nos leva a pensar que o que se está vendo é um homem cortando lenha? Por acaso este homem não poderia estar fazendo um exercício físico, ou descarregando sua ira? Ou não se veria apenas um homem agarrado em um machado que sobe e desce sobre um bloco de madeira? Realmente o que se nos apresenta como dado 'observacional', ou seja, atual, é um homem cortando lenha? No caso da segunda ação: para ver um homem girar a maçaneta de um porta para fechá-la precisamos a priori conhecer a intenção do ator, ou então conhecer o desenvolvimento total da ação. No primeiro caso, não se trata de uma compreensão observacional, pois conhecemos os motivos pelos quais tal homem girou a maçaneta de uma porta. No segundo caso, trata-se de uma compreensão explicativa: nos dois casos temos uma compreensão motivacional! Com respeito à terceira ação: como podemos ver que um homem está apontando uma arma para um animal? Por um acaso não poderá estar limpando sua arma em direção daquele animal? Ou observando esse animal pela mira de sua arma? Ou simplesmente admirando sua arma no momento em que um animal desprevenido está passando

do frente a sua mira? Novamente: podemos compreender "observacionalmente", sem mais, um homem apontando um rifle? "A observação e a interpretação -adverte Hanson- vivem uma vida de simbiose mútua, de modo que cada uma sustenta a outra conceptualmente falando, e a separação resulta na morte de ambas"(60). Por outro lado, todas estas são questões de significado subjetivo, que, como observa Schutz (61), não podem ser respondidas pela simples observação de movimentos corporais ou da conduta de alguém, como Weber pensava. Muito pelo contrário, essas observações serão significativas na medida em que sejam levadas a um contexto mais amplo de significações: dar um nome á conduta de alguém não é a solução.

Poder-se-ia pensar também que o primeiro tipo de compreensão, a compreensão atual, é obtida por meio da 'intuição', tal como pensavam muitos, entre eles R. Aron. No entanto, cremos que este é um erro frequente. Supomos que este equívoco provém do facto de se considerar a compreensão como se fosse um processo puramente psicológico, e isto decorre possivelmente da importância que Weber conferia à revivência (Nacherleben) e à empatia (Einfühlung), conceitos estes utilizados comunmente pelas metodologias de tendência psicologista. Entretanto, cremos que Weber estaria longe de aceitar a compreensão como um processo puramente psicológico. "Em particular, afirma J. Freund, ele reprovava Simmel por haver descrito (a compreensão) como um processo psíquico, quando ela é um método lógico orientado para a captação do sentido de uma atividade ou comportamento."(62)

Por último, poderíamos interpretar a compreensão atual como esse 'dar-nos conta' das coisas que se passam em nossa volta

dia a dia, onde o remetimento consciente ou inconsciente a marcos conceptuais significativos mais amplos é substituído pelo hábito originado na repetição de experiências similares, e onde o processo lógico se forja no cotidiano.

Se esta interpretação que estamos fazendo fosse acertada, então poderíamos dizer que a compreensão atual ou observacional não seria outra coisa senão a compreensão própria do universo semântico do 'senso comum'. Esta conclusão resolveria aquela dúvida apresentada acima sobre se os dois tipos de compreensão mencionados são próprios do trabalho científico, ou se apenas é pertinente a este a compreensão explicativa. Weber mesmo apoiaria esta hipótese ao exigir que a compreensão seja verificada em conexão com a categoria de 'possibilidade objetiva', e para isto é preciso contar com a explicação do desenvolvimento da ação, para poder ser comparada com o curso construído (com o recurso do nosso saber de experiência) de como essa ação teria ocorrido, se aqueles motivos apreendidos pela compreensão de fato não tivessem existido(63). É claro que este teste não poderia ser aplicado à compreensão atual, pois por ser atual possui um caráter sincrônico que exclui, por certo, a apreensão dos desenvolvimentos, apresentando destes somente um segmento atemporal(64).

Se este tipo de compreensão tem alguma relação com a atividade científica, esta não se dará nunca como resultado. Entretanto, do ponto de vista heurístico ela poderia apresentar, sem dúvida, uma valiosa contribuição. Schultz, por outros caminhos mais "fenomenológicos", chega mais ou menos à mesma conclusão: "Disto devemos concluir que a 'compreensão interpretativa' que

define a sociologia compreensiva, não pode ser compreensão observacional. Ou melhor, o método científico, para estabelecer o significado subjetivo, é a compreensão motivacional, enquanto a classe de compreensão própria da vida diária é de caráter observacional"(65)

Por último, cremos que a compreensão também não seria um fator determinante da delimitação entre as Ciências Naturais e as Ciências Culturais, pois a compreensão não constitui um método autônomo, sempre funcionando como complemento de uma explicação. Poderíamos dizer que é um nexo entre a interpretação e a explicação causal. Segundo Weber, a compreensão nada mais é que um meio auxiliar que ajuda a descobrir o sentido das ações dos homens, ou seja, promove a elaboração de hipóteses nas Ciências da Cultura. Entretanto, sempre espera a confirmação que lhe é conferida pela realidade, quer dizer, precisa ser comprovada pela imputação causal ou pela observação estatística. Somente nestas condições a Sociologia pode estabelecer regras gerais. Desta maneira, Weber opõe-se à escola diltheyana, deixando sem base aqueles que buscam vincular seu trabalho com o deste grupo. De fato, Dilthey sempre opôs compreensão e explicação como métodos absolutamente autônomos. Pelo contrário, para Weber, toda apreensão de sentido pela compreensão deveria poder ser explicada causalmente. Isto se infere diretamente de sua proposta: ele pretendia fundamentar uma ciência compreensiva da realidade, uma ciência compreensiva empírica. Daí frequentemente utilizar expressões como "explicação compreensiva" (*Verstehende Erklärung*) sem medo de contradição.

Desta maneira Weber, naquilo que talvez seja sua maior contribuição para as Ciências Sociais, introduz um forte componente qualitativo nas relações causais, já que serão relações causais de significado, o qual, como dissemos, só é apreendido pela compreensão. Como diz J. Freund, "a combinação entre a explicação e a compreensão confere um sentido à imputação causal: tornando-se causalidade significativa (sinnhafte Kausalität). O que vale dizer que as relações causais (kausalsammenhänge) se tornam por isto mesmo relações significativas (Sinnzusammenhänge)" (66).

V - OS TIPOS-IDEAIS

Como já vimos, Weber, com seu fundamento valorativo como princípio de recorte do objeto, introduz um componente subjetivo nas Ciências da Cultura. Mas por outro lado, herda do neokantismo a resignação a um conhecimento estritamente empírico. No entanto, a ponte que permite a unidade destes dois aspectos está constituída pela categoria do 'tipo-ideal', que é o principal meio metodológico tanto para estabelecer o significado cultural dos fenômenos, quanto para formular proposições empíricas sobre eles.

O que Weber pretendia obter com a construção destes conceitos era, em primeiro lugar, dotar as Ciências Sociais de univocidade conceptual. Quanto a seu conteúdo, o tipo-ideal era apresentado por Weber como uma utopia à qual não correspondia nenhum caráter de realidade, mas, pelo contrário, era obtido a partir de um "deslizamento" da mesma. O resultado era um instrumento puramente formal para a apreensão discursiva da realidade empírica. O tipo-ideal é construído a partir de uma "intensificação unilateral" da realidade, ou seja, uma exageração de alguns de seus elementos característicos a partir de um determinado 'ponto de vista'. Esse fato pode dar a impressão de que o tipo-ideal poderia ser construído de acordo com o capricho de cada um. No entanto, tal construção deve satisfazer certas exigências formais, entre as quais figuram especialmente a consistência lógica e a não contradição interna.

Weber delimitava negativamente o 'tipo-ideal' opondo-o, por um lado, aos conceitos clássicos e, por outro, aos tipos estatísticos. Conceitos como "individualismo", "imperialismo", "capitalismo", "mercantilismo", observa Weber, não poderiam ser determinados a partir da reunião abstrata daquilo que é comum a vários fenômenos concretos. Nem portanto ser construídos com base em médias estatísticas.

E com respeito às conceptualizações clássicas, dizia:

"Uma "definição" dessas sínteses de pensamento histórico de acordo com o esquema genus proximum e differentia específica é, naturalmente, um absurdo: faça-se, se não, a prova. Tal forma de determinar a significação dos termos existe só no terreno das disciplinas dogmáticas, que trabalham com silogismos" (67)

O tipo-ideal é uma construção racional que, cumprindo com algumas exigências formais, deve apresentar em seu conteúdo as características de uma utopia (68). De fato, o tipo-ideal nunca ou dificilmente pode ser achado na realidade (69), já que seu conteúdo configura uma arbitrária irrealidade, uma sugerida ficção, ou melhor, atrever-nos-famos a dizer, uma exageração da realidade, especialmente das tendências de alguns aspectos dela, que tornam o quadro típico-ideal desproporcional com relação à realidade.

O fato de que o tipo ideal seja um esquema que necessariamente deva apresentar diferenças com respeito à realidade so-

cial não é casual, mas intencional. De fato, o cientista que está interessado por alguma conexão significativa para seu ponto de vista tratará, na medida do possível, de construir estes esquemas afastando-se do fenômeno a ser estudado justamente nos aspectos que tem interesse em analisar. O sentido de guardar esta diferença, entre o esquema conceptual e a realidade da conexão significativa em questão, é precisamente a possibilidade de medir e comparar tal fenômeno pela diferença que mantém com relação ao seu tipo-ideal(70). A realidade apresenta sempre uma certa diferença, um certo "desconto" com relação ao tipo-ideal, pois, de outra maneira não teria sentido a construção destes esquemas, uma vez que é justamente a diferença entre a realidade e o quadro ideal que permitirá especificar a significação daquela, de modo a torná-la compreensível. Diz Weber com respeito à sua relação com os fatos:

"Sua relação com os fatos empiricamente dados da vida consiste exclusivamente nisto: ali onde na realidade se comprova ou se supõe que em algum grau operam de fato conexões do tipo abstratamente representado naquela construção, (...) podemos ilustrar e tornar compreensível pragmaticamente a especificação de tal conexão em um tipo-ideal"(71).

Max Weber indica que o conceito de tipo-ideal não se forma como média dos dados existentes na totalidade do que é observado, mas que é obtido pelo realce unilateral de um ou de vários pontos de vista e a reunião de uma multidão de fenômenos singula-

res, difusos e discretos, que se encaixam naqueles pontos de vista dentro do quadro conceptual em si unitário(72). Esta unidade conceptual é o que confere ao tipo-ideal a univocidade que permite a objetividade na comparação de vários fenômenos do mesmo tipo. Assim construído, o tipo-ideal, em sua pureza conceptual, não é encontrável empiricamente, quer dizer, é uma absoluta utopia. Sua utilidade, na medida em que possua alguma, reside em oferecer um marco conceptual que permite determinar em que medida uma determinada conexão significativa se aproxima ou se distancia desse quadro ideal e, dessa forma, poder decidir em que medida essa realidade pode ser classificada dentro de tal marco no sentido conceptual(73).

O tipo-ideal é, então, uma 'intensificação unilateral' da realidade, ou seja, é a seleção e formulação de certas características seguindo a direção do 'interesse cultural' que corresponde a um determinado ponto de vista. A partir da unilateralidade, o que se seleciona e se enfatiza é a significação cultural de uma classe de fenômenos. Esse tipo ideal assim construído é aplicado à realidade, como observa P. Hirst(74), "sob a forma de um modelo negativo" de maneira tal que, tanto a diferença quanto a correspondência entre a realidade e o tipo-ideal podem ser medidas em termos de significação cultural. Estas poucas indicações não são suficientes para definir o tipo-ideal, porém Weber também não dá mais pistas, pelo menos no sentido positivo. "Posto que sobre este ponto, - observa R. Aron - assim como sobre todos os problemas da lógica e da filosofia, Max Weber opina contra"(75). De fato, como vimos, ele trata de caracterizar o tipo-ideal dife-

reenciando-o negativamente tanto das definições aristotélicas como dos conceitos de média estatística. Dá impressão de que Weber tentou guiar o leitor, para evitar que este o interpretasse falsamente, utilizando o duvidoso caminho da negação:

"Com respeito à investigação, o conceito típico-ideal pretende guiar o juízo de imputação: não_é uma hipótese, mas quer assinalar uma orientação à formação de uma hipótese. Nao_constitui uma exposição da realidade, porém quer proporcionar meios de expressão unívocos para representá-la".(76)

Cabe acrescentar que os sublinhados acima são do próprio Weber. Esta forma pouco ortodoxa de circunscrever o conceito é possivelmente o que levou T. Parsons a pensar que se tratava de uma "categoria residual"(77). Resulta mais ou menos claro como características do tipo-ideal que: (1) é sempre um meio e nunca o fim do conhecimento científico, pois, (2) é uma utopia e como tal não pode constituir o objetivo da investigação da realidade; e tem este carácter como resultado (3) de uma exageração de certos traços da realidade seleccionados em função (4) da significação que estes revestem para (5) um determinado ponto de vista que confira unilateralidade ao tipo-ideal.

Com relação à sua aplicabilidade, cremos que o mais indicado é mostrar a importância dada à utilização metódica destes tipos-ideais por parte do próprio autor:

"(...) são indispensáveis algumas reflexões sobre o dogma, que ao leitor não versado em teologia parecem obscuras, tanto quanto serão precipitadas e superficiais para o teólogo. Naturalmente, só podemos fazer isto apresentando certos pensamentos religiosos sob a forma de tipos-ideais, que raramente podem ser encontrados na realidade histórica. Justamente por causa da impossibilidade de traçar limites nítidos na realidade histórica, podemos apenas esperar compreender sua importância específica através de suas formas mais lógicas e consistentes". (78)

Aqui Weber é suficientemente claro para permitir-nos concluir que a única forma de traçar limites na realidade histórica é mediante a aplicação de tipos-ideais, os quais destacariam os aspectos significativos para o ponto de vista "interessado" naquele segmento, ordenando e ilustrando o material histórico onde a significação esteja presente. A aplicação confere à análise histórica a forma lógica e consistente própria do tipo-ideal, permitindo dessa forma refletir dentro deste marco lógico sobre a estrutura e conexão de sentido que se apresente no fluir empírico dos acontecimentos. É por este motivo que se pode falar com algum sentido das Ciências Sociais como "objetivas" e "racionais". De fato, por exemplo, uma ação "rigorosamente racional ajustada a fins" pode servir, e segundo Weber de fato serve, às Ciências Sociais tanto por sua inteligibilidade quanto por sua univocidade (justamente por ser racional), como um tipo-ideal mediante o qual se pode compreender a ação real, influenciada por irracionalidades de

toda espécie (afetos, erros, etc.) como um desvio controlável do desenvolvimento esperado na ação racional típica. Neste sentido, a aplicação de uma metodologia perfeitamente racional é o que, para Weber, seria necessário para que as Ciências Sociais pudessem ser consideradas racionalistas:

"Deste modo, porém só em virtude da conveniência metodológica, pode-se dizer que o método da sociologia 'compreensiva' é racionalista". (79)

Como já vimos, 'compreensão' equivalia à captação do sentido. Por sua vez, o sentido poderia haver estado presente: a) realmente na ação particular, no caso da consideração histórica; b) na média, de modo aproximativo, quando considerado sociologicamente; c) construído cientificamente pelo método tipológico, através da construção do tipo-ideal de um fenômeno frequente (80). Neste último caso, Weber se refere às construções conceituais próprias da economia teórica. Estas construções expressam como se desenvolveria uma conduta humana se estivesse ajustada de modo absolutamente racional com vistas a fins univocamente determinados, sem perturbações afetivas, emocionais e de todo tipo, e se essa ação fosse orientada a fins exclusivamente econômicos (81). Weber colocava sempre seu famoso exemplo do pânico na bolsa: como poderia ser calculado o efeito, também econômico, que daria como resultado um pânico na bolsa? Só construindo mentalmente, por abstração de alguns elementos significativos, por exageração de outros (tudo isto de forma unilateral), um curso de

ação estritamente racional ajustado a fins econômicos univocamente determinados, ou seja, construindo um curso de ação, de maneira tal que neles os homens se comportem de maneira estritamente racional, sem paixões, sem emoções, sem essas coisas tão humanas. Enfim, como se fossem movidos "maquinalmente" de uma maneira racional dirigida à perseguição de um fim perfeitamente determinado do ponto de vista econômico. Em um passo posterior, este curso de ação mentalmente construído, carente de contradições lógicas internas, é comparado com aquele curso de ação que realmente ocorreu. Desta comparação se destacam todos aqueles elementos que, sem ser puramente econômicos, tiveram uma conexão significativa com o curso real das ações, ocasionando o desvio desta com respeito ao curso idealmente construído (é claro o recurso ao saber nomológico e de experiência para a construção de tal curso). Desta maneira, a partir do desvio não somente será possível 'compreender' o curso real das ações e classificar o fenômeno como 'pânico da bolsa', mas também poder-se-á compreender o peso que certos elementos não econômicos tiveram na conexão significativa dos acontecimentos, ou seja, tornando claro e ilustrando o 'peso causal' que tiveram nas ações.

Para um leitor temperado nos fornos do marxismo a conclusão do exposto poderia parecer uma heresia. De fato, a conclusão seria grosso modo que fatores não econômicos, como paixões, afetos, emoções como o medo, podem resultar determinantes ou co-determinantes adequados de desenvolvimentos (pelo menos em aparência) tão puramente econômicos como os que se dão na bolsa. De fato, Weber se opunha drasticamente a toda interpretação monista da

história, ou seja, à imputação causal de fatores que atuassem como causas únicas determinantes do devenir histórico. Em particular, com respeito ao "materialismo histórico" ele sustentava, em primeiro lugar, que as fronteiras e a delimitação do econômico não eram em absoluto nítidas (82), e que um fenômeno poderia estar caracterizado como "econômico" só e na medida em que o interesse se dirija a ele em sua significação como fenômeno econômico, já que para Weber o "econômico", como o "estético", etc., não é intrínseco ao fenômeno, mas este terá tal significação na medida em que o interesse se oriente a ela. Weber dizia que os que conseguem fazer com tranquilidade de espírito científico um juízo de imputação somente às causas econômicas, considerando-as as únicas determinantes, são aqueles que "satisfizeram sua necessidade dogmática de crer que 'forças impulsoras' econômicas são as autênticas, as únicas verdadeiras, as decisivas em última instância" (83). No entanto, seria injusto concluir pelo que foi dito, que Weber negasse as valiosas contribuições que o pensamento de Karl Marx teve para o enriquecimento das Ciências Sociais. Muito pelo contrário, nas primeiras obras weberianas de claro conteúdo histórico é apreciável, como indica E. Fleischmann (84), a forte influência que nelas exerceu a concepção marxista da explicação historiográfica. Com respeito a esta Weber diz que:

"Se depois de um período de sobrestimação, hoje quase existe o perigo de subestimação quanto a sua capacidade de êxitos científicos, este é o resultado do acriticismo sem precedentes com que a interpretação econômica da realidade foi aplicada como método 'universal', no sentido

de uma dedução de todos os fenômenos culturais, isto é, de tudo o que nestes é essencial para nós, como sendo, em última instância, economicamente condicionados".(85)

Por outro lado, alguns autores chegaram a afirmar que com A ética protestante e o espírito do capitalismo, Weber se propôs realizar uma refutação empírica do materialismo histórico como um todo. Em nossa opinião, o juízo de imputação causal que Weber efetua naquele texto está dirigido a provar que a ética protestante foi uma das causas que permitiram o aparecimento do capitalismo. Não refuta as causas econômicas co-determinantes, mas o que realmente refuta é que elas sejam as únicas operantes.

Enfim, o que quisemos mostrar com a utilização do exemplo do pânico na bolsa é que o tipo-ideal, neste caso como modelo de ação racional com relação a fins, oferece os meios para determinar o lugar do irracional nos acontecimentos específicos, e a forma de calcular o grau de irracionalidade em função da medida do desvio da ação real com relação ao curso racionalmente construído. Portanto, o tipo-ideal não somente oferece um meio para selecionar os fatos, mas também um mecanismo para especificar a significação dos mesmos. Como diz Mommsen: "Os afastamentos da atuação econômica efetiva do indivíduo com respeito ao tipo-ideal racional logicamente requerido, podem ser determinados com exatidão, e de maneira tal, que o sistema empírico da economia fique descrito exhaustivamente com conceitos racionais"(86).

Como tratamos de pôr em evidência, o tipo-ideal é uma construção puramente lógica (no sentido vago em que Weber utiliza

este termo e não no sentido em que hoje, a partir do desenvolvimento da lógica matemática, entendemos o mesmo), ou seja, é uma construção puramente formal, sem possuir em si mesma nenhuma atribuição normal de valores de verdade. De fato, o tipo-ideal, em si mesmo, não é nem verdadeiro nem falso. O que lhe é propriamente atribuível é sua utilidade como meio de conhecimento, ou seja, se é heurísticamente frutífero, na medida em que nos proporciona conhecimentos acabados com respeito ao setor de fenômenos culturais que nos interessa investigar. E, como indica Weber, o único critério de que se dispõe para determinar se um determinado tipo-ideal é uma formação de conceitos realmente frutíferos, é simplesmente o seu êxito para o conhecimento de fenômenos culturais concretos em sua conexão, seu condicionamento causal e sua significação(87). É por todas estas características que o tipo-ideal entra para a consideração das Ciências Culturais não como um fim, mas sempre como um meio. K. Jaspers considera esta característica, em "aparência"(88) puramente utilitária do tipo-ideal (por certo, de maneira notoriamente acrítica), afirmando que na concepção de Weber, os tipos-ideais não constituem uma realidade em si mesmos, "mas apenas instrumentos técnicos de investigação, mediante os quais aproximamo-nos da realidade. Eles não denotam classes de fenômenos; são parâmetros formais através dos quais medimos a realidade, com o objetivo de, na medida em que se conforme a eles, obter uma formulação perene desta, e a fim de tornar claros os elementos que não se encaixem neles"(89).

Permanentemente Weber exige a 'verificação' dos conhecimentos obtidos pelo recurso da prova empírica, deixando deste mo-

do a descoberto a relação de dependência entre a teoria e os moldes idealmente concebidos, por um lado, e a realidade dos fenômenos culturais através da prova empírica, por outro. E afirma que somente uma teoria expressável, em princípio, sob uma forma estatística, pode nos ensinar até que ponto a conduta real concorda com as construções típico-ideais(90) Todavia, se é certo que temos que levar em conta esta estreita relação, não devemos esquecer que entre 'realidade' e 'tipo-ideal' devemos guardar uma certa distância, e que, em última análise, essa distância é que proporciona a medida da possibilidade de comparação entre os fenômenos. Pois, em todos os casos, os tipos-ideais se distanciam da realidade, servindo para o conhecimento da mesma na medida em que, mediante a indicação do grau de aproximação ou de distanciamento do fenômeno cultural com relação a um ou vários destes 'tipos', ficam tais fenômenos ordenados conceptualmente (91). Por este motivo, um dos requisitos para construção dos tipos ideais é o de serem relativamente vazios frente à realidade concreta do histórico. E, decorrente deste requisito, o fato de que seja impossível achar um tipo-ideal puro no fluir concreto da realidade, como bem assinala Weber, do mesmo modo que dar com uma reação física calculada sobre o suposto de um espaço absolutamente vazio (92). E acrescenta:

"Constitui este (tipo-ideal) um quadro conceptual que não é a realidade histórica, pelo menos não a 'verdadeira', e que muito menos está destinado a servir como esquema sob o qual se deverá subsumir a realidade como espécimen, mas

que, diferentemente, tem o significado de um conceito li-
mite puramente ideal, com respeito ao qual a realidade é
medida e comparada a fim de esclarecer determinados ele-
mentos significativos de conteúdo empírico".(93)

Como tentamos mostrar, para Weber, a efetividade do tipo-ideal reside na distância que guarde com respeito à realidade à qual é aplicado. Porém, como é possível construir um quadro teórico que se diferencie da realidade e, mesmo assim, seja adequado "para medi-la e compará-la"? Em que sentido esta construção pode ser, como diria Weber, "estranha à realidade"? De fato, é óbvio que embora em alguma medida deva manter-se diferenciado da realidade, isto não pode se dar em um grau tal que não permita comparação alguma entre ele e o fenômeno cultural concreto a ser analisado, ou seja, que o abismo entre ambos seja tão profundo, que não permita nenhuma identificação entre os elementos que ocorrem no fenômeno e alguns dos elementos lógicos pertencentes ao tipo-ideal. Max Weber se encarrega de dar indicações suficientemente precisas para conseguir aquela distância necessária na construção de um certo tipo-ideal. Embora seja certo que a referência que faz o autor é com respeito a considerações de tipo econômico, adverte-nos que de uma maneira análoga se deveria proceder no caso de construção de tipos-ideais para qualquer disciplina das Ciências Histórico-Sociais:

"Aqueles construções típico-ideais da ação social, como as preferidas pela teoria econômica, são estranhas à rea-

lidade no sentido de que se perguntam, sem exceção: 1) como se procederia no caso ideal de uma pura racionalidade econômica orientada a fins, com o propósito de compreender a ação co-determinada por obstáculos tradicionais, erros, afetos, propósitos e considerações de caráter econômico, na medida em que também esteve determinada no caso concreto por uma consideração racional de fins ou costuma estar na média (94) e, também, 2) com o propósito de facilitar o conhecimento dos seus motivos reais por meio da distância existente entre a construção ideal e o desenvolvimento real". (95)

A utilidade e fecundidade do tipo-ideal dependerão fundamentalmente do grau de precisão e univocidade com que se construam, e, no sentido descrito acima, na medida em que sejam estranhos à realidade. Quanto maior for esse grau e essa medida, maior será sua utilidade tanto terminológica, classificatória quanto heurística.

Pode suceder, e de fato sucede as vezes, que um tipo-ideal que é utilizado para analisar a situação social de uma determinada época, pode haver estado presente nas mentes dos homens dessa época, mas não como tipo ideal, senão como um ideal prático a ser alcançado, ou como máxima para a regulação de determinadas relações sociais, ou seja, pode estar presente como elemento normativo (96).

Vemos falando até aqui de tipos-ideais, referindo-nos tanto ao caso de "indivíduos históricos", quanto, por exemplo, ao "modo de ação racional orientada a fins", sem fazer nenhuma diferença. Na realidade Weber parece não haver conseguido distinguir vários tipos distintos de conceitos que incluía sob o mesmo nome. Este fato suscitou entre os comentadores a preocupação de estabelecer esquemas classificatórios com o afã de distinguir claramente entre eles. Entre os mais importantes estão aqueles propostos por R. Aron e T. Parsons. O primeiro elabora sua classificação baseado nos distintos níveis de abstração que apresentam os tipos. Ele distingue três espécies de tipos-ideais: indivíduos históricos, elementos abstractos da realidade e condutas particulares(97). Por outro lado, Parsons considera fundamental em seu esquema classificatório o rango de applicabilidade dos tipos, determinando assim dois grandes grupos de tipos-ideais: os generalizantes e os individualizantes(98).

A partir destas duas classificações, tentamos elaborar um esquema que, na medida do possível, conciliasse as pretensões de ambas posições. Para isso, procuramos uma nova chave classificatória, supondo que deveria ser procurada na estrutura interna dos tipos-ideais. Assim, constatamos que os elementos constitutivos de todos os tipos-ideais se articulam de duas maneiras possíveis: ou bem todos seus aspectos são apresentados simultaneamente, conjuntamente, ou bem são dispostos sequencialmente. No primeiro caso, a estrutura do tipo se aproxima de uma definição, pois os elementos são agrupados como características definitorias do tipo. O segundo caso ficaria mais perto da estrutura de uma lei

causal ou de um enunciado condicional, pois os elementos são articulados como antecedentes e consequentes.

Consideramos que esta particularidade dos tipos é consequência de diferentes cortes analíticos da realidade cultural: no primeiro caso, achamos que os tipos são resultado de um corte transversal à temporalidade; no segundo caso, seriam produto de um corte longitudinal. Considerando o corte da temporalidade como fundamento classificatório, podemos distinguir dois grandes grupos de tipos-ideais: aqueles cujos elementos são apresentados simultaneamente e que decidimos chamar de 'tipos-ideais sincrônicos', e aqueles cuja estrutura está articulada sequencialmente e que chamaremos de 'tipos-ideais diacrônicos'. Ao grupo dos tipos-ideais sincrônicos correspondem, em primeiro lugar: a) Históricos: são localizáveis em um determinado período; são os indivíduos históricos, os quais podem ser subdivididos em: 1) concretos, como o capitalismo, o sistema de castas hindu, a cidade ocidental, e, 2) ideais, que ocorrem como valores diretores ou idéias normativas, incidindo, enquanto tais, no desenvolvimento dos acontecimentos concretos; exemplo desta subclasse é a ética protestante. Aqui colocaríamos também as duas éticas weberianas: a "ética da responsabilidade" e a "ética da convicção"; b) Trans-históricos: são localizáveis em distintos períodos, são os elementos abstratos da realidade histórica, os quais, por sua vez, podem ser distinguidos, seguindo Aron, por níveis de abstração em 1) um nível inferior, em que aparecem conceitos como burocracia, e, 2) um nível superior, em que encontramos os três tipos de dominação.

Por outro lado, temos o grupo dos tipos-ideais diacrônicos, em que a evolução no tempo tem fundamental importância, pois esquematizam processos, desenvolvimentos. Neste grande grupo podemos fazer, por sua vez, uma nova subdivisão em que encontraremos: a) os tipos-ideais de ação e, b) a categoria de possibilidade objetiva. A relação entre os subgrupos dos tipos-ideais diacrônicos, em particular, entre a ação racional orientada a fins e a possibilidade objetiva, é muito estreita

Até aqui, temos tratado de fazer uma exposição dos tipos-ideais respeitando a proposta de Weber. Agora apresentaremos algumas das críticas e observações que podem ser feitas a este respeito.

Embora o tipo-ideal seja um instrumento indispensável, Weber adverte que é sempre provisório e que sua vigência para o conhecimento é limitada. É indispensável, porque, em sua acepção genérica, permite orientar-nos no "formidável oceano dos fatos empíricos" ao localizar os fenômenos significativos por contrastação entre ele e os dados "observáveis". Porém, é a partir disto que o tipo-ideal começa com sua tarefa básica que consiste na formulação rigorosa dos problemas: "E é o caráter intrinsecamente histórico desses problemas, diz Cohn, que define mais profundamente os limites da validade dos tipos, tomados agora na sua acepção mais plena, em que eles aparecem simplesmente não como 'conceitos genéricos', mas como conceitos genéticos" (99). A característica genética do tipo-ideal sintetizaria a relação entre os limites empíricos para a generalização dos resultados, os limites da validade dos próprios conceitos e a vigência dos proble-

mas formulados pelo interesse do investigador. O aspecto genético do tipo-ideal se deve à subordinação de sua construção à significação que os acontecimentos selecionados assumem para o investigador em termos de suas consequências aqui e agora. Portanto, os limites de sua aplicação estariam determinados pelo interesse científico que, em última instância, é o que decide com respeito à vigência dos problemas. Por isto, G. Cohn diz: "É por isto que é totalmente equivocado conceber o tipo-ideal como um 'modelo' ou 'esquema' aplicável a qualquer análise, independentemente dos seus pressupostos ou, o que é pior, como livre de pressupostos, visto que estes são inerentes ao próprio conceito"(100).

Diferentemente de J. Freund (101), que não deixa de admitir em Weber a ausência de qualquer doutrina preconcebida, E. Fleischmann (102) trata de mostrar em seu artigo o trânsito weberiano dos quartéis do marxismo à embriaguês da vontade de poder de clara influência nietzscheana, sustentando que esta influência impregna toda a formulação de sua teoria tipológica, e que "a vontade de poder" se tornará o pivô 'formal' da construção dos tipos importantes da vida em sociedade e o tipo mais puro será o Estado moderno que é justamente caracterizado pelo 'monopólio do exercício legítimo da violência'. Mais adiante acrescenta que várias hipóteses nietzscheanas são transformadas por Weber em tipos-ideais, que posteriormente são confrontadas com a realidade, e como tais, são incapazes de provocar refutações das hipóteses iniciais, e no máximo, permitem fazer algumas modificações que entraram no esquema erigido a priori. Por último acrescenta: "Weber não queria deixar nada ao acaso e foi justamente seu pedan-

tismo que tornou possível o mal entendido de que não se trata, neste caso, (refere-se aos tipos de dominação), senão de um sistema formal, sem preconceitos de ordem ideológica ou filosófica" (103).

Da mesma forma que para Kant as categorias eram condição de possibilidade do conhecimento, Weber pretendia estender uma rede de tipos-ideais sobre o caos infinito da realidade cambiante, para dessa forma apreender, da maneira mais precisa possível, a realidade empírica mediante a comparação com os conceitos típico-ideais. Diferentemente das categorias kantianas, estes tipos, como tratamos de mostrar, podiam ser construídos de forma mais ou menos arbitrária, com o único requisito da consistência lógica e da não contradição interna. De qualquer modo, para que resultassem efetivos, deviam ser construídos de maneira a serem 'adequados' para o conhecimento dos fenômenos empíricos concretos. É neste ponto que Mommsen assinala uma dificuldade epistêmica que deriva, em parte, da radical diferenciação weberiana entre tipo-ideal e realidade. Observa com efeito, que "... não é fácil compreender de que maneira seria possível a determinação da adequação dos conceitos típicos-ideais, do ponto de vista epistêmico, se não existe nenhuma mediação entre as esferas dos conceitos que foram apresentados nominalisticamente e a 'infinitude sem sentido' dos dados empíricos" (104). Por outro lado, também critica as sistematizações típico-ideais que Weber realiza em sua teoria tipológica de Economia e Sociedade, onde apesar do esforço formalizador que Weber põe de manifesto, e de sua pretensão de neutralidade valorativa "... representam, em última instância,

uma imagem determinada da sociedade, desenvolvida sob perspectivas histórico-universais, em cujo centro se encontra a afirmação da autonomia do indivíduo frente aos poderes da burocratização" (105).

Como já mostramos, para Weber, os tipos-ideais orientam a construção de hipóteses. Mas não esclarece a ordem desta orientação. Pelo que podemos supor, não se trata de uma dedução dos enunciados básicos da teoria, como tampouco de uma generalização inferida a partir de proposições empíricas. Portanto, o resultado da confrontação de uma hipótese construída através de um certo tipo com a realidade empírica, do ponto de vista lógico, nada diz com respeito ao tipo, que não pode ser declarado nem verdadeiro nem falso. O único critério metodológico que Weber propõe para a avaliação do tipo-ideal, como já dissemos, é o da 'utilidade', porém, como assinala P. Hirst, "... esse critério é inteiramente avaliatório e cultural -- um tipo-ideal é considerado útil ou não segundo os 'interesses' -- do conhecedor" (106). O mesmo autor critica a admitida neutralidade valorativa dos tipos-ideais, pois, para ele, os pontos de vista valorativos que guiam o interesse do cientista impregnam tanto sua construção quanto sua aplicação: "Na inevitável seleção realizada nos dois movimentos de intensificação e de aplicação que completam o círculo do formalismo, todo o processo de tipificação fica inteiramente submetido aos 'motivos' do sujeito cognoscente" (107).

De qualquer modo, não se pode deixar de reconhecer o avanço que proporcionou a incorporação da teoria dos tipos-ideais ao desenvolvimento das Ciências da Cultura, não somente pela re-

flexão epistemológica a que levou os cientistas sociais quanto a sua construção, uso e relevância, mas também por oferecer aos enunciados nomológicos e às leis causais uma sólida posição dentro das Ciências Culturais na medida em que sejam construídos de maneira típico-ideal, sem perder por isto de vista a "significação cultural" dos fenômenos sociais. Com o desenvolvimento imprimido por Weber ao tipo-ideal "...obteve-se, diz Mommsen, um instrumento com o qual foi possível traçar uma ponte firme entre os métodos nomotéticos e ideográficos, entre o método puramente causal explicativo e o descritivo individualizante"(108).

O tema do tipo-ideal é de crucial importância tanto para o pensamento de Max Weber, como para qualquer estudo epistemológico sobre as Ciências Humanas, já que quase todos os estudos metodológicos posteriores a Weber passam, quase sem exceção, pela consideração do tipo-ideal weberiano. Para nosso trabalho esta consideração tem um papel destacado, já que na segunda parte, pretendemos mostrar que as éticas weberianas podem ser analisadas como construções típico-ideais.

VI. A "POSSIBILIDADE OBJETIVA"

Para Weber, o objetivo específico da historiografia era a produção de 'juízos de imputação causal'. Nestes deveria ficar claramente expressa a "responsabilidade" atribuída aos agentes na produção de um acontecimento. O que se propõe com tais juízos não é determinar o 'valor' que atuou por trás daquelas decisões que levaram os agentes a produzir aquele acontecimento, como tampouco a 'justeza' de tais decisões, senão o peso causal que tiveram para o acontecimento em questão. A determinação desse peso causal, da significação causal dessas decisões com respeito ao acontecimento, constituirá o conteúdo da imputação causal. A pergunta que guiará a argumentação da imputação é: como teria sido o curso dos acontecimentos se aquelas decisões não houvessem sido tomadas ou se tivessem sido diferentes? E é sobre esta pergunta que Weber desenvolverá seu método da "possibilidade objetiva".

É em seu artigo "Em polêmica com Eduard Meyer" (108) que Weber traçará as linhas gerais deste método. Weber analisa o exemplo da imputação que Meyer faz da batalha de Maratona, como sendo esta uma das causas que possibilitaram o desenvolvimento da cultura ocidental. Nesta análise Weber chega aos elementos lógicos que possibilitam e dão estrutura à imputação e que nós trataremos de esquematizar aqui: 1) Em primeiro lugar, existiu o 'valor' caro para E. Meyer: a cultura ocidental, que o levou a inte-

ressar-se pelo assunto (delimitação do objeto). 2) No acontecimento distinguem-se dois grupos de eventos: os antecedentes e os consequentes. 3) No grupo dos antecedentes os eventos são distinguidos e separados. 4) Consideram-se estes eventos, um a um, ou vários, como eliminados ou modificados em um ato mental. 5) Constrói-se imaginariamente e com a ajuda do saber de experiência, como recurso nomológico, um curso possível de acontecimentos, no qual algum evento antecedente foi eliminado ou modificado e o resto mantido. 6) Compara-se esse curso assim construído com o curso real que tiveram os acontecimentos. 7) "Calcula-se" a diferença entre ambos os cursos. Se, uma vez abstraído um antecedente, o curso idealmente construído resultasse essencialmente distinto dos acontecimentos reais, então se poderá dizer que aquele antecedente foi uma causa adequada dos acontecimentos que o seguiram. Vejamos o exemplo de E. Meyer para ilustrar este esquema.

E. Meyer pergunta-se o que teria acontecido à cultura ocidental se a batalha de Maratona não tivesse existido, ou se nela os Gregos tivessem perdido rapidamente. Para responder a esta pergunta, Meyer vê-se obrigado a construir um curso objetivamente possível a partir daqueles antecedentes modificados e em consonância com seu saber de experiência. Por exemplo: sabe-se que a duração da batalha permitiu aos Gregos armar sua frota e preparar a defesa. Porém, o que nos faz pensar que, se os Persas tivessem ganhado a batalha sem perda de tempo, o destino da cultura helênica teria sido comprometido? Por um lado, sabe-se que os Persas impunham um regime teocrático aos conquistados. Portanto, se tivessem ganhado a batalha de Maratona e a Grécia tivesse

sido conquistada, com a imposição do regime teocrático persa, talvez tivesse se perdido a tradição racionalista grega. Por outro lado, também se sabe que na Grécia de então, estavam surgindo e consolidando-se comunidades místicas contestatórias da religião apolínea e da ordem helênica, como os grupos órficos, eleusianos e outros, que favoreciam o advento de um regime teocrático. Finalmente, tal regime talvez reprimisse ou inibisse o desenvolvimento do racionalismo de maneira tal que nossa cultura ocidental seria distinta. Com toda esta argumentação, Meyer quer mostrar a importância causal que a batalha de Maratona teve para nossa cultura. Weber adverte que não é preciso mostrar o que teria acontecido, mas apenas mostrar que teria acontecido de modo distinto, para dessa maneira poder decidir entre duas possibilidades iniciais, a saber: ou o desenvolvimento da cultura teocrático-religiosa ou o triunfo do espírito racionalista grego(109).

Entretanto, a forma lógica da categoria de possibilidade objetiva é o que se conhece em lógica por enunciado contrafactual. Este por sua vez tem a forma de um enunciado condicional, no qual o antecedente é reconhecidamente falso. Recordemos que a estrutura do condicional é da forma: "Se... então...", onde a proposição que segue ao Se é chamada de antecedente, e a que segue ao então é chamada de conseqüente. O valor de verdade do enunciado depende do valor de verdade atribuído ao antecedente e ao conseqüente. O condicional será verdadeiro se o conseqüente for verdadeiro ou o antecedente falso. Se um condicional é verdadeiro e seu antecedente também é verdadeiro, seu conseqüente será necessariamente verdadeiro. Diferentemente, se o antecedente é

falso e o condicional é verdadeiro, o conseqüente pode ser verdadeiro ou falso, e isto é indeterminável. E é exatamente este o caso da possibilidade objetiva, pois ao negar ou modificar algumas das causas possíveis falseamos o antecedente, tornando o conseqüente indeterminado. Tudo isto permite pensar que a categoria de possibilidade objetiva se aplicaria em sua forma negativa, no sentido de que expresse nosso não-saber ou nosso saber incompleto, em contraste com os juízos assertóricos ou apodícticos. No entanto, Weber adverte (110) que, pelo contrário, a possibilidade objetiva implica um saber positivo de regras do acontecer, um saber nomológico:

"O 'saber' em que se baseia esse juízo para fundamentar a 'significação' da batalha de Maratona é, segundo o que até aqui foi exposto, por um lado, saber de determinados 'fatos' pertencentes à 'situação histórica' e demonstráveis com referência às fontes (saber 'ontológico'), e por outro, como já vimos, saber de determinadas regras de experiência reconhecidas, em particular, relativas ao modo em que os homens costumam reagir frente a situações dadas ('saber nomológico')" (111).

De qualquer modo, com esta resposta cremos que Weber não soluciona o problema lógico que representa a utilização de enunciados contrafactuais. Nós não pretendemos tratar aqui de resolver esse problema, que escapa aos limites deste trabalho.

Não é difícil interpretar a categoria de possibilidade objetiva como um método heurístico tendente a procurar hipóteses para o labor historiográfico. Entretanto, para Weber, a questão da origem das hipóteses é um problema psicológico, enquanto que a estrutura da possibilidade objetiva é puramente lógica e sua relação com a hipótese é essencialmente a de oferecer a estrutura para a sua verificação (112). Por isto, Parsons refere-se à categoria de possibilidade objetiva como "prova empírica" (113).

A categoria de 'possibilidade objetiva' permitir-nos-ia determinar o peso causal de um acontecimento em uma escala de gradações que vai desde a causa 'adequada' até a causa 'acidental'. Para clarificar o conceito de causa acidental, recorreremos a um exemplo de E. Meyer que o próprio Weber analisa: O exemplo se refer a alguns dos acontecimentos que antecederam a Revolução de Março de 1848 em Berlim, especificamente aos dois disparos efetuados em meio à multidão reunida nas portas do palácio, que teriam sido o detonador dos acontecimentos que se sucederam. Neste exemplo, trata-se de saber se a revolução teria sido deflagrada sem aqueles disparos. Se não tivessem sido efetuados, a situação geral, política e econômica da Alemanha teria como consequência inelutável a revolução? Ora, se a Revolução de Berlim não puder ser imaginada sem esses disparos, ou seja, como um efeito adequado destes disparos, então diz-se que tais disparos foram a "causa adequada" da Revolução de Março em Berlim. Por outro lado, se a revolução for imaginada como inevitável, embora não tivessem ocorrido esses disparos, diz-se que eles foram com respeito à revolução uma 'causa acidental'. Dito de outro modo, se podemos

imaginar o advento da revolução dentro de um esquema de possibilidade objetiva onde os disparos foram eliminados, diremos que estes foram uma causa "acidental" daquela.

O que deve ficar perfeitamente claro é que o fato de que um fator A seja "causa adequada" de um acontecimento X não quer dizer, de nenhuma maneira, que do fato de A existir, ocorra necessariamente X, mas simplesmente que X é um efeito adequado, porém não necessário de A, no sentido de que A favorece X. A determinação do grau de "adequação" ou de "acidentalidade" de uma causa nos permite precisar o "peso" de um evento em um acontecimento histórico do ponto de vista causal. "Assim, como diz J. Freund, fica precisada a natureza da causalidade nas ciências humanas, que procedem pelo método histórico: é de ordem probabilística" (114). De fato, o papel que desempenha a categoria de "possibilidade objetiva" não é de proporcionar juízos de necessidade, mas calcular o peso da significação das causas possíveis de um acontecimento. Esta modificação introduzida por Weber na categoria da causalidade permitiu-lhe concebê-la como "adequação", proporcionando desta maneira um instrumento específico para as Ciências da Cultura. Com efeito, a 'possibilidade objetiva' permitia manter as pretensões de um conhecimento científico (conferindo uma estrutura lógica para a explicação causal dos fenômenos culturais) apesar da ocorrência de todo tipo de irregularidades devidas ao acaso e aos acidentes e, fundamentalmente, à intervenção da vontade humana, a qual nunca atua por necessidade. Pois o homem histórico é aquele que "quer e toma posição, nos diz Weber, que jamais atuaria se sua ação lhe aparecesse como necessária e

não como meramente possível" (115). Desta maneira, Weber reserva no âmbito da possibilidade um espaço para a liberdade. Sem esta a decisão é impensável. É frente às possibilidades que o homem de ação se debate, é pela existência de possibilidades que o homem se torna homem de ação e luta para fazer uma delas verdadeira.

A teoria da possibilidade objetiva nos parece trazer consigo alguns problemas. O acontecimento a ser explicado por meio da aplicação desta categoria é considerado na forma de um tipo-ideal, ou seja, é a abstração e posterior exageração de alguns elementos da realidade. No entanto, como determinar quais dos elementos serão escolhidos? Já que uma vez determinados, alguns deles serão distinguidos como antecedentes e os outros como consequentes. E se consideramos que cada um destes elementos é por sua vez parte do tipo-ideal do indivíduo histórico que se pretende explicar, como estar seguro de que a modificação ou supressão imaginária de um ou de alguns não alterará o funcionamento do resto? Por outra parte, e como assinala Aron (116), é perfeitamente concebível um acontecimento que seja efeito acidental de um determinado grupo de antecedentes e ao mesmo tempo adequado em relação a outro, de maneira tal que ambas as noções de causalidade seriam relativas ao grupo de antecedentes considerado.

Quando construímos o tipo-ideal de um acontecimento histórico que desejamos explicar, necessariamente deveremos deixar alguns elementos da realidade por falta de significação para nosso ponto de vista, de maneira tal que na explicação da categoria de possibilidade objetiva tais elementos não serão considerados. Porém, na medida em que esses elementos são eliminados antes mes-

mo do teste, a significação causal que tiveram no acontecimento estudado é ignorada. Com efeito, se a categoria de possibilidade objetiva é o único meio seguro de imputação causal, no que baseamos nossa certeza quando deixamos fora da explicação alguns elementos por 'falta de significação causal'? De todo modo, esta concepção da causalidade serviu a Weber, na prática, para elaborar seus trabalhos históricos, constituindo a estrutura dos seus estudos sobre a origem do capitalismo. Já em suas últimas obras recupera o conceito de causa final, dando às Ciências da Cultura a possibilidade de explicar compreensivamente os atos humanos em toda a sua significação por referência aos motivos, e fundamentalmente, dá àquelas ciências a estrutura lógica de uma prova empírica para verificar, ou minimamente corroborar, as hipóteses de imputação causal histórica. Como dizia R. Aron (117), esta concepção da causalidade parecia a Weber não somente conciliável com a compreensão motivacional, mas também indispensável para a objetividade da ciência; só a causalidade assegura a validade universal de uma proposição científica, ao ponto que todas as formas não causais de compreensão constituem somente uma introdução à investigação.

SEGUNDA PARTEDo agir metodico à decisão valorativa

"...nas condições modernas a formação especializada é o suposto indispensável do conhecimento dos meios técnicos para a consecução de objetivos políticos."

M.W.

INTRODUÇÃO

Maquiavel em O Príncipe afirmava grosso modo: "Dado um príncipe, se ele não está no trono, eu sei como fazer para obtê-lo, e se ele já está, sei o que fazer para conservá-lo". Obter ou conservar o poder são os fins imediatos do exercício político. Hoje se fala da política da situação e da oposição respectivamente. Weber falava de política "positiva" e política "negativa"(1). Seja como for, quando se trata de atividade política a referência ao "poder" é inevitável.

A luta pelo poder é uma das características fundamentais de toda a ação política; onde quer que se estabeleça uma luta pelo poder será fácil reconhecer entre seus participantes o político inato. Quando se trata de ação política, o poder está em jogo. Do político nos atreveríamos a dizer que enquanto seu 'coração' abraça uma causa, sua 'mente' está fixa no poder, para extrair deste a força material necessária para a atualização daquela.

Muitas vezes os homens aspiram ao poder pelo próprio poder, para gozar do prestígio que o uso do poder confere a seu titular; neste caso, o poder é um fim em si mesmo. Mas, o verdadeiro político nunca busca o poder como fim, nem mesmo para gozar de seus privilégios, mas sempre como meio para a aquisição de valores: justiça nas relações sociais, difusão da cultura, bem-estar

da comunidade, etc.. O móvel da ação política nunca é o poder como fim, pois o 'fim' de toda ação política é a realização de sua causa, e o poder, como a violência, só é o meio.

Ascender ao poder é assumir as decisões de uma associação política, é passar a decidir sobre o destino da comunidade de homens que esta associação administra.

O amor ao poder leva os homens a querer influir no rumo dos acontecimentos históricos; é por isso mesmo que o ator político se transforma em agente histórico e que seu nome passa a inscrever-se nas páginas da historiografia. Seguramente, é tendo em conta isto que B. Russell afirma que "os homens que provocam mudanças sociais são, em regra geral, pessoas que desejam firmemente causá-las. Portanto, o amor ao poder é uma característica dos homens causalmente importantes"(2).

Pois bem, se a ação política, como um tipo de exercício do poder, consiste em tentar causar um certo estado de coisas desejado, quer dizer, tornar esse estado de coisas verdadeiro, então, esse tal 'estado de coisas' deve estar de alguma maneira pré-figurado como fim a ser alcançado na mente do político, atuando, dessa maneira, como 'orientador' de sua ação. Do mesmo ponto de vista a ação política estará dirigida para modificar um certo 'estado de coisas' inicial, como primeiro elemento (causa), de uma cadeia causal de acontecimentos cujo último elemento (efeito) será - não necessariamente, mas em graus de probabilidade - a efetivação do estado de coisas desejado(3).

Entre a determinação dos fins desejados e a execução da ação inicial, medeia toda uma especulação sobre as consequências

diretas e laterais que a ação pode desencadear, e também, sobre a precisa adequação dos meios para a realização dos fins determinados de antemão.

Para a realização de um projeto que permita a atualização (em um futuro mais ou menos próximo) dos fins desejados, parece óbvio que, de alguma maneira, o político deve poder 'ter em conta' a possível evolução do estado de coisas inicial através do tempo que transcorrerá desde o momento da ação propriamente dito, isto é, da inserção da ação modificadora do estado de coisas inicial, até o momento da concretização do estado de coisas final. Isto só seria possível (considerando a impossibilidade de 'ter em conta' todas as infinitas variáveis que podem ocorrer) mediante a construção ideal (portanto racional) de esquemas típicos de desenvolvimento. Mediante o emprego de tais esquemas ideais se poderia 'calcular' racionalmente o futuro curso da ação. Esta presunção do 'cálculo' racional da ação se vê fortalecida pela máxima aristotélica que diz que "aquele que é capaz de previsão com sua inteligência é um governante por natureza e um chefe natural".(4)

De fato, a 'previsão inteligente' também é para Weber uma das características do ator político; referimo-nos àquele tipo de ação que no caso do político parece orientada normativamente pela ética que Weber chama "Verantwortungsethik", a ética da responsabilidade, que ordena ter em conta as consequências previsíveis da própria ação; esta característica é a que permite ao político (mais ou menos de acordo com a precisão da previsão) provocar 'inteligentemente', mediante a inserção de sua ação no fluxo con-

tínuo do devir, uma cadeia causal cujo efeito seja o fim desejado e previsto como provável.

Se, como afirma Weber, uma das características fundamentais do ator político é a responsabilidade, e se a responsabilidade se fundamenta por sua vez na possibilidade de prever as consequências da ação, parece claro que, por um lado, o ator político deve contar com algum meio (mais ou menos efetivo) que lhe permita fazer-se uma idéia (mais ou menos adequada) dos desdobramentos possíveis dos estados de coisas de seu interesse; e, por outro lado, para posteriormente assumir os possíveis resultados finais de sua ação, deve confiar nesse meio de estimativa.

Com respeito ao processo de construção dos 'meios de estimativa' que constituem o marco teórico referencial da decisão política, Weber não é claro nem explícito; e, ainda que em sua teoria da ação possam ser encontrados quase todos os elementos para a elaboração de tais esquemas, ele só se refere ao processo de decisão de maneira indireta.

É claro que a aplicação 'real' da ação do político no fluxo 'real' dos acontecimentos, como a sequela 'real' de sua ação, não se desenvolve necessariamente até o fim previsto como possível de antemão; mas normalmente esta sujeita a um número indeterminado de fatores que nem sempre dependem do político. Tal como adverte A. Gramsci (6): "Sobre os 'planos políticos' ligados aos partidos como formações permanentes, recordar aquilo que Moltke dizia dos planos militares: que eles não podem ser elaborados e fixados antecipadamente em todos seus detalhes, mas apenas em seu núcleo e traço central, porque as particularidades da

ação dependem em certa medida, dos movimentos do adversário". Neste aspecto Weber vai um pouco mais longe, já que, para ele (7), quando o ator executa sua ação "crê poder esperar" de seu adversário uma conduta "provida de sentido", e, como tal, passível de ser estimada de antemão com algum grau de probabilidade. Weber distingue a "causa" dos fins ou "objetivos"; para ele, estes só podem ser meios com respeito àquela. Podemos falar de "fins possíveis", calculá-los em "graus de probabilidade", mas em todos os casos, a causa é refratária com respeito a previsões. A causa é tomada ou abandonada, abraçada ardorosamente ou combatida até a morte, de acordo com sua "dignidade", sem que nenhum juízo científico possa ajudar-nos em nossa escolha ou em sua justificação; e, quando a abraçamos, fazêmo-lo com paixão. A paixão com que se abraça uma causa, confere ao ator político a força de espírito necessária para modificar a História, e, no pior dos casos, para recompor-se de seu fracasso e voltar a tentar, porque em política 'fracasso' não quer dizer falso, nem 'vitória' corresponde a verdadeiro; e é apenas tentando o impossível que algumas vezes se pode realizar o possível.

A "causa" orienta, a "paixão" empurra; esta como causa eficiente, aquela como final. Entre ambas, a ciência pode contribuir para a ação propondo os meios mais adequados para atingir os fins previamente determinados, prevendo e calculando seus efeitos possíveis; mas, com respeito à "dignidade" da causa, a ciência é e permanecerá eternamente muda. "Se se adota tal postura, diz Weber (8), a experiência científica ensina que é necessário utilizar tais e quais meios para levá-la à prática"; entretanto, o an-

tecedente dessa proposição, constitui a arena onde os deuses e demônios travam suas eternas lutas; onde a ciência não deve nem pode interferir, porquê para ela é território vedado; onde o homem político, como um sedento em um oásis e solitário com sua consciência, absorve a energia liberada naquelas lutas e fortalece sua convicção, para poder enfrentar com dignidade os desafios que dia a dia lhe propõe a atividade política, pois nenhuma atividade tem valor para o homem se este não pode fazê-la com paixão. Só desconhecendo esse aspecto em Weber se poderia interpretar sua ética política como meramente técnica. Uma causa sem estratégia é irrealizável, mas uma estratégia sem causa é 'cega', a paixão sem responsabilidade é incontrolável, mas a responsabilidade sem paixão é 'paralítica'.

A orientação em direção a uma "causa" é o que confere à ação política sua consistência interna, o que permite a compreensão do sentido dessa ação. Por ser supraindividual a causa é condição de possibilidade da objetividade da ação política, e, como tal, é critério para avaliação dos meios justificáveis. Mas, como diz Weber (9): "Qual há de ser a causa para cujo serviço o político busca e utiliza o poder é já uma questão de fé". Fé que nunca deve faltar ao político em suas ações, se não quer que sobre elas, até mesmo nas coroadas de êxito, paire "a maldição da inanidade".

Quando essa "fé" orienta a ação, diz-se que o agente que por sua orientação atua o faz conformado à "ética da convicção". Conformando-se à Gesinnungsethik, o político tranquiliza sua consciência, dando um sentido à sua vida ao põ-la a serviço de uma causa.

Quem atua estritamente com tal ética, dirige sua ação pela causa sem preocupar-se com os resultados de seu ato, nem pelos efeitos colaterais que possam advir. A razão de sua ação é a 'causa' enquanto que a responsabilidade, no caso em que sua ação fracasse, será imputada à "insensatez do mundo" que não permitiu ver a nobreza de aquela. Sua máxima diz "Obre de acordo com o 'bem' e deixe as consequências a cargo de Deus". É a ética que Weber caracteriza como a-cósmica, e também a-histórica, por ser descontextualizada, e, como tal, indiferente às particularidades conjunturais a que a política está submetida.

Mas então, em que sentido poderia a ética da convicção orientar a ação política, que se caracteriza por ser estratégica, ou, como diria Aristóteles, por "prevenir inteligentemente"? Por outro lado, esta característica da ação política pareceria ser satisfeita por aquelas ações orientadas pela "ética da responsabilidade". Mas, se esta ética avalia os meios com relação aos fins e, estes fins são apenas meios com relação à 'causa', que é medida de todos os fins e só alcançada com paixão, como poderia a "ética da responsabilidade", por si só, determinar a adequação dos fins como meios para a "causa", isto é, 'carregar de sentido' a ação política? Cremos que estas perguntas, por sua vez, poderiam ser resolvidas em uma terceira pergunta: Qual é o papel que a "ética da responsabilidade" e a "ética da convicção" desempenham no seio da decisão política?.

Creemos que este problema poderia ser destacado e visto com maior clareza em um aparato político burocratizado. Gramsci (10) diz que Maquiavel fez o último esforço por reunir em uma só

pessoa (il condottieri) todos os dotes próprios do político; depois dele, esse esforço seria insensato. Com efeito, a complexidade crescente das relações sociais levou à necessidade de contar com estruturas altamente racionalizadas de administração(11). A política não foi indiferente a esse processo de burocratização. Mostra-o o aparecimento do 'aparato político'. Este, com sua estrutura burocratizada, foi substituindo o ator político na vida pública. Para isto deveria conservar em si aquelas características fundamentais que identificam o político. Pareceria relativamente fácil delimitar em uma estrutura política burocratizada aquelas ações que parecem responder à orientação normativa da 'ética da responsabilidade', já que a 'moral' de toda organização burocrática é a efetividade. Porém, não pareceria tão fácil fazer o mesmo com respeito à 'ética da convicção'. Se, como supomos, ambas éticas estão presentes no processo de decisão política, seria questão de analisar os níveis de decisão dentro de aparato político para tentar esclarecer como elas se articulam

II - TEORIA DA AÇÃO

Como havíamos visto na primeira parte, o "sentido subjetivo" não só era o que permitia diferenciar uma "ação" de uma mera conduta reativa, mas também constituía um dos conceitos weberianos mais obscuros e menos definidos. Em Economia e Sociedade o conceito de "sentido subjetivo" antecede e fundamenta o conceito de "ação social", ficando desta maneira, fora da ordem do social, num estado pré-social ou extra-social. Assim, o "sentido subjetivo" aparece como o atributo de uma consciencia pura, também pré-social. Supomos que talvez tenha sido isto o que impediu Weber de dar uma definição satisfatória de "sentido subjetivo", ou, pelo menos, de aclarar este conceito central de sua teoria da ação social.

Por outro lado, o sentido da ação está intimamente vinculado à noção de "fim", pois "permanecem estranhos ao sentido todos os processos ou estados... em que não se exprima um sentido, desde que eles apareçam na ação na relação de 'meio' ou de 'fim'"(12). Nada pode ser meio em sentido absoluto, ser meio é sempre relativo a um fim; tampouco ser "fim" é uma propriedade intrínseca a algum tipo de entidade: fim é um conceito relativo à intencionalidade. A finalidade é atribuída pela significação que o posicionamento do sujeito lhe outorgue. Fim é o objetivo do propósito do agente. Neste sentido, uma conduta não será uma ação

se não puder ser associada a uma intenção: toda ação é proposital. Assim, todo comportamento não teleológico carece de sentido, é apenas um comportamento causado. Recordemos que para Weber, "o fim" é a representação de um resultado que passa a ser causa de uma ação. Levamos em conta esta, como qualquer outra causa que produza ou possa produzir um resultado pleno de significação"(13), ou seja, que deste ponto de vista, o objetivo da ação se relaciona com ela como uma causa final, no sentido aristotélico (14).

Desta maneira, em toda ação é possível distinguir: por um lado o fim, significativo na medida em que é objetivo da ação; por outro lado, o agente, determinado e intencionado a partir de seu próprio posicionamento em relação ao fim; e no meio de ambos o sentido da ação, como uma linha imaginária que ordena e dá coerência aos acontecimentos que conduziriam o agente desde o seu posicionamento até o logro dos fins propostos.

O "sentido", por sua vez, pode ser entendido de dois modos, correspondendo cada um a um tipo particular de sujeito. Pode referir-se ao sentido de um sujeito existente de fato, e neste caso pode tratar-se de um sujeito historicamente dado, ou também de uma média, de maneira aproximada, de uma massa de casos. Mas também pode referir-se típica-idealmente a um quadro típico ideal construído com atores da mesma natureza. E são precisamente estes tipos de ações que as Ciências Sociais priorizam, pois é através deles que os primeiros serão conhecidos, caracterizados, categorizados e ordenados. Esta predominância das formas típicas sobre o material concreto, isto é, sobre o acontecimento das ações con-

cretas, associada a seu compromisso com a causalidade teleológica, determinará o perfil essencial da sociologia de M. Weber. Como veremos mais adiante, um certo tipo abstrato de ação, a ação Zweckrational, é promovida a uma posição de dominância, não só em relação às manifestações concretas, mas também em relação aos outros tipos de ação possível.

A ação é sempre ação motivada. Weber define o motivo como "a conexão de sentido que para o ator ou o observador aparece como o "fundamento" significativo de uma conduta"(15). Seguidamente diz que uma ação será em seu desenvolvimento "adequada pelo sentido" se for possível afirmar que a relação entre seus elementos constitui uma "conexão de sentido "típica" conformada aos hábitos mentais e afetivos médios"(16).

A teoria da ação weberiana é uma teoria tipológica desenvolvida em termos de probabilidade, e, como veremos mais adiante, todos os conceitos de sua teoria política também são definidos nesses termos. A explicação causal significa para Weber a afirmação de que "de acordo com uma determinada regra de probabilidade - qualquer que seja o modo de calculá-la e somente em casos raros e ideais pode ser segundo dados mensuráveis - a um determinado processo (interno ou externo) observado segue outro processo determinado (ou aparece junto com ele)"(17). Para que a explicação causal seja correta, tanto o desenvolvimento externo quanto o motivo deverão ser conhecidos de maneira precisa, já que é o sentido da conexão entre ambos que dará lugar à compreensão interpretativa correta. Pois uma mera probabilidade, ainda que a regularidade no desenvolvimento do fato seja conhecida com o máximo de

precisão, sem a adequação de sentido, não é mais que uma probabilidade estatística não suscetível de compreensão. Por outro lado, por mais clara que seja uma adequação de sentido, só será considerada uma proposição causal correta na medida em que exista a probabilidade de que a ação concreta tome de fato, com alguma frequência, a forma considerada como adequada pelo sentido. Finalmente, o grau mais alto de clareza e compreensibilidade será obtido na construção típico-ideal de um curso de ação cujo motivo subjacente seja puramente racional com relação aos fins, e, em consequência, onde a relação entre meios e fins for unívoca (18). E, apesar de Weber afirmar que o tipo ideal pode ser tanto racional como irracional (19), veremos mais adiante como o tipo ideal de ação racional predomina sobre os outros tipos ideais, chegando a afastá-los totalmente do âmbito da explicação das Ciências Sociais, contrariamente ao que Weber propunha.

A ação social se orienta pelas ações dos outros. Estas ações podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras, enquanto que os "outros" podem ser individualizados e conhecidos, ou uma pluralidade indeterminada de indivíduos desconhecidos (20). É interessante assinalar aqui - apesar de Weber naquela passagem não o mencionar - que deve ser entendido enquanto "outro" também aquele sujeito ou sujeitos típicos, idealmente construídos, e suas ações típico-ideais. Pois o "outro" pode ser considerado pelo agente como um outro típico, de modo tal que sua ação se apresente de maneira diáfana em sua tipicidade para a compreensão do sentido por parte do agente. O aspecto típico do "outro" fica mais claro se considerarmos o caso de ações orienta-

das por ações esperadas como futuras, pois na medida em que estas são futuras, carecem de atualidade. Ora, como pode o agente orientar-se em relação a uma ação que ainda não é? Só construindo conforme suas expectativas, isto é, de acordo com o que "cabe esperar", um curso típico de ação que corresponda, de maneira mais ou menos correta, ao leque de possibilidades típicas de ação que possam ser esperadas do "outro" tipicamente construído.

Weber adverte que a ação social não é idêntica: "a) nem a uma ação homogênea de muitos, b) nem à ação de alguém influenciado pela conduta de outros" (21). Como ação homogênea, Weber pensa por exemplo no caso de uma massa de indivíduos que, no começo de uma chuva, abrem todos ao mesmo tempo seus guarda-chuvas. Neste caso, a ação de cada um não está orientada pela ação dos outros (o que constituiria uma ação social). Pelo contrário, a ação de todos se orienta, de maneira homogênea, pela necessidade de resguardar-se da chuva (22). No caso (b), Weber está pensando em dois tipos possíveis de influências: a ação pode estar influenciada por uma "massa", neste caso a ação estaria condicionada pela massa. Podemos imaginar, por exemplo, a explosão de júbilo ou de ira de um torcedor num estádio de futebol, sabendo que este mesmo torcedor seria incapaz de semelhante atitude fora do estádio e isoladamente. Isto se deve, segundo Weber, ao fato do indivíduo ser influenciado fortemente em sua ação quando se sente incluído em uma "massa". Outro tipo de influência pode dar-se no indivíduo por uma massa dispersa, mas que o indivíduo a perceba enquanto proveniente da ação de muitas pessoas. Este é o tipo de influência exercido especialmente pela imprensa. Hoje, certamente

melhor do que na época de Weber, analisa-se profundamente seu poder sobre as massas, particularmente com relação a períodos de eleições políticas.

Os limites entre o comportamento condicionado e a ação social são fluidos, como veremos mais adiante ao tratar da ação tradicional. Se é correto que, do ponto de vista analítico, pode-se diferenciar conceitualmente o "influxo" e a "orientação com sentido", muitas vezes é difícil separá-los, já que normalmente as motivações da ação não se apresentam de maneira clara para o ator, e, muitas vezes, nem sequer são conscientes.

III - OS TIPOS DE AÇÃO

Weber distingue (23) as ações racionais das ações irracionais. No primeiro grupo consegue caracterizar dois tipos de ação: 1) a racional orientada a fins (Zweckrationalität), determinada pela expectativa depositada no comportamento tanto de objetos mundanos quanto dos outros homens. Tal expectativa é utilizada como "condição" ou "meio" no logro de fins racionalmente perseguidos; e 2) a racional orientada a valores (Wertrationalität), determinada pela crença no valor absoluto da própria conduta. Note-se que o fim desta ação coincide com a própria conduta, já que esta constitui o valor racionalmente perseguido, que pode ser ético, estético, religioso, etc.. Por outro lado, as irracionais são caracterizadas por seus determinantes em: 3) afetiva, especialmente a emotiva, determinadas por afetos e sentimentos atuais de todo tipo e, 4) tradicional, determinada por um costume arraigado.

Uma vez apresentada esta tetralogia tipológica dos modos de ação social, Weber passa a caracterizar mais detalhadamente cada um deles, mas agora invertendo a ordem. A inversão da ordem na exposição sugere que a intenção de Weber foi apresentar todos eles sem diferenciações hierárquicas, pretendendo talvez sugerir a não proeminência da "ação racional orientada a fins" sobre os outros.

A ação tradicional constitui o limite da ação social tal como o próprio Weber a definiu. Ela se encontra na fronteira com o mero hábito, ficando às vezes fora do âmbito da aplicabilidade do que Weber denomina "ação com sentido" strictu sensu. Ela sugere o acostumar-se a certas reações que, pela repetição, tornar-se-las habituais como normas comuns do agir social. A caracterização deste tipo de ação está orientada na direção de uma "atitude arraigada", envolvendo também todas aquelas ações cotidianas que, pela sua vinculação com o acostumado, podem se manter conscientes em diversos graus e sentidos. A conduta afetiva, como a tradicional, fica na fronteira da ação com sentido e muitas vezes fora. Normalmente é uma reação desenfreada a um estímulo extraordinário.

A ação racional orientada a valores, diferente das duas anteriores, apresenta uma elaboração dos objetivos últimos e o consequente planejamento da ação tendente ao logro dos mesmos. Mas por outro lado, tem em comum (especialmente com a afetiva) o fato de colocar o sentido da ação, não nos fins ou fora dela, mas sim na sua própria peculiaridade. Neste tipo de ação, o agente atua em função de suas convicções, sejam estas éticas, estéticas, religiosas ou políticas, sem considerar as consequências que de sua ação possam seguir. O ator que atua conforme este tipo parece extrair de suas convicções, obrigações e exigências ineludíveis (24).

Finalmente (nesta inversão) Weber caracteriza a ação racional orientada a fins. Ele diz que neste tipo, o ator orienta a sua ação pela avaliação racional de fins, meios e consequências

implicados nela. Para lograr a feliz adequação de todos os elementos da ação, o agente terá que ponderar racionalmente os meios com os fins, os fins com as consequências implicadas, e os diferentes fins possíveis entre si. Por outro lado, a decisão entre os vários fins possíveis e as consequências inevitáveis e em conflito, pode ser racional orientada a valores, "em tal caso a ação é racional orientada a fins somente nos meios" (25). Com a introdução desta última possibilidade acreditamos que Weber está tentando caracterizar o tipo-ideal de ação subjacente à ação política: racional orientada a valores nos fins e racional orientada a fins nos meios. Mas por outro lado, está indicando que a orientação racional relacionada a valores pode manter relações muito diversas com a racional orientada a fins. Porém ele adverte que "desde a perspectiva desta última a primeira é sempre irracional, acentuando-se tal caráter na medida em que o valor que a move se eleve a uma significação de absoluto, porque a reflexão sobre as consequências é tanto menor quanto maior seja a atenção concedida ao valor próprio do ato em seu caráter absoluto" (26).

Desta maneira, ficam os tipos possíveis de ação caracterizados tanto por seus modos quanto por seus determinantes, enquadrados dentro dos limites imprecisos e flutuantes da ação tradicional por um lado, e por outro, pela absoluta racionalidade da ação com relação a fins, cuja ocorrência (na sua forma pura) no fluxo dos acontecimentos reais é praticamente impossível, sendo exatamente neste "caráter essencialmente construtivo" que reside sua importância para as Ciências Sociais.

Assim apresentados, os modos de ação social constituem um jogo de tipos ideais de ação dos quais os cientistas sociais poderiam se aproveitar para o conhecimento e ordenamento do fluxo caótico dos acontecimentos. Se realmente todos eles têm o mesmo status, como pretende Weber, teria que ser possível utilizar qualquer um dos tipos, indistintamente e dependendo apenas do material a ser aplicado, tal como acontece com outros jogos de tipos ideais. Por exemplo, para a análise de uma determinada formação social, poder-se-ia utilizar o tipo "burocracia", como também o "feudalismo", ou "patrimonialismo", e até "carisma". Assim, no caso dos tipos de ação teria que ocorrer o mesmo. Mas não é isso o que se percebe, pois Weber afirma que até os processos irracionais, para serem conhecidos, necessariamente teriam de ser vistos à luz do tipo de ação racional. Aqui pode-se considerar a colocação de Stephen P. Turner (27) de que se Weber por um lado quer evitar um status privilegiado à "ação racional", por entender esta enquanto um tipo ideal entre outros; por outro lado, entende a aplicação do mesmo enquanto "necessária" a toda classe de ação. Quando Weber diz que condutas irracionais devem "necessariamente" medir-se com o tipo ideal racional, dá a impressão de que não é um mero tipo ideal que pode ser substituído por seu oposto. É por isso que Turner afirma que o tipo ideal racional caracteriza-se em Weber como uma verdadeira estrutura a priori.

A importância taxonômica dos tipos é clara: com suas quatro características e suas possíveis combinações, os fenômenos mais díspares de ação ficariam classificados. Mas desde o ponto de vista operacional só o "tipo de ação racional com relação a

fins" mostra-se útil. Por quê, então, Weber coloca todos eles no mesmo status se só um deles é especificamente instrumental? Que o modelo de ação racional tem preeminência metodológica para as Ciências Sociais, não há dúvidas. Percebe-se isto tanto nos trabalhos metodológicos weberianos, onde o tipo "racional" é apresentado e discutido, quanto nos trabalhos empíricos, nos quais tal tipo é empregado. Mas por quê, então, Weber introduz os outros três tipos? Suponhamos que Weber não tenha sido atraído pelo fascínio que exerce a simetria: Que problemas epistemológicos, ou metodológicos, ou mesmo práticos, levaram Weber a sentir a necessidade de elaborar o jogo dos quatro tipos de ação? T. Parsons (28) também observou esta situação que deixa em aberto a questão do status metodológico. Em primeiro lugar Parsons analisa a distinção entre os dois tipos de ação racional. Parte do pressuposto de que os modos de ação descrevem tipos completos de ação, e, assim sendo, não seria possível distinguir entre os dois tipos de ação racional pelo argumento de que o Zweckrationalitat se refere ao setor intermediário da cadeia meio-fim e o Wertzrationalitat ao elemento dos fins últimos. Parsons rejeita esta explicação - que considera insatisfatória - e sugere que a chave do problema encontra-se na distinção weberiana dos dois tipos "formais" de ética, que Weber denominou de Verantwortungsethik (ética da responsabilidade) e Gesinnungsethik (ética da convicção ou do valor absoluto). Estas duas éticas fundamentariam dois tipos de atitude essencialmente diferentes: ou o ator reconhece uma multiplicidade de direções possíveis de ação, com a possibilidade de as diversas direções terem importâncias diversas, ou orienta a

totalidade de sua ação na direção de um único valor absoluto e em relação ao qual o resto dos valores potenciais se ordenam em termos de meios e condições. Este tipo de atitude ética é relacionado por Parsons ao modo de ação Wertzrationalitat, enquanto o primeiro é associado ao Zweckrationalitat. O que têm em comum ambas as atitudes é a escolha racional dos meios. A diferença é a existência, no caso da Zweckrationalitat, de uma preocupação objetiva pelo cálculo das consequências da ação e por uma maximização dos resultados. Pelo contrário, a Wertzrationalitat não se preocupa com o êxito de sua ação, pois no caso da impossibilidade do êxito, o martírio é a única via possível. Também não se incomoda com as possíveis consequências que sua ação possa vir a desencadear, pois a questão dos resultados de sua ação fica nas mãos de Deus. Desta maneira, Parsons afirma que "a distinção entre os dois tipos de ação racional deve ser considerada baseada na distinção entre dois tipos limites de sistemas de fins últimos".(29)

Com respeito ao tipo de ação tradicional, Parsons trata de desvinculá-lo do conceito psicológico do hábito e de associá-lo mais ao conceito de tradição entendido enquanto um certo tipo de legitimidade da dominação. Do ponto de vista da legitimação da dominação, "este tipo teria muita relação com o aspecto normativo da ação social, por meio da qual aquela é estabelecida"(30).

Finalmente Parsons aborda o tipo de ação afetiva, argumentando que este tipo é uma "categoria residual". Sua argumentação está estruturada a partir de dois pressupostos: 1) que existem certos tipos de ações dentro do fenômeno social, facilmente perceptíveis, que, devido a sua natureza, não se encaixam dentro

das características das ações racionais, nem sequer dentro da tradicional, e 2) que Weber, segundo Parsons, não afirmou "em parte alguma que a classificação dos quatro tipos de ação não pretendesse ser exaustiva" (31). Com esta dupla negação, Parsons está tentando sugerir ao leitor que Weber quis esgotar toda a gama de ações possíveis. Sendo assim, todas aquelas ações que não se adequaram aos tipos racionais ou tradicional (e é muito fácil aceitar a existência deste tipo de ação: um caso acessível a qualquer observador é o exemplo de um ataque de ira) constituiria um elemento residual que, para esgotar a gama de ações possíveis (pressuposto 2), passariam a constituir o quarto tipo de ação: o tipo de ação afetiva.

Diz-se que um conceito é residual com relação a um universo finito de indivíduos quando, depois de ter categorizado o universo, ainda ficam alguns indivíduos fora das categorias aplicadas, os quais são considerados "resíduos" da categorização. Mas isto, sempre que se tenta ser exaustivo. Parsons sugere com seu segundo pressuposto que Weber tentou ser exaustivo. E é em cima deste pressuposto que sua argumentação se articula. Mas este pressuposto é falso. Parsons afirma que Weber em nenhum momento afirmou que não pretendia ser exaustivo. Isto não é certo: Weber diz que "não se pretende dar aqui uma classificação esgotadora dos tipos de ação" (32). Talvez seja por isso que Parsons se surpreenda com o fato do conceito de carisma não aparecer em nenhum dos quatro tipos de ação, e, muito embora ele tenha suspeitado de que o conceito de carisma "tem alguma coisa a ver com a interpretação da ação afetiva" (33), não chegou a ver com clareza a im-

portância da profunda relação entre ambos. A ação afetiva definitivamente não comporta um papel "residual" na tetralogia tipológica da ação weberiana. Muito pelo contrário, ela vai ter um papel destacado na explicação que Weber dará da legitimação da dominação carismática. Teria sido fácil para Parsons perceber isto ao pensar na retórica carismática, pois a direção desta é clara: o afeto das massas.

Nossa hipótese é que Weber construiu a tipologia da ação para prover-se de um arcabouço categorial que lhe permitisse articular uma rede conceitual capaz de suportar sua teoria da legitimação da dominação, e em última análise, que permitisse justificar a sua teoria política como um todo.

O tipo de ação afetiva permite o acesso à compreensão da ação pela qual os indivíduos conferem legitimidade à dominação carismática, pois a legitimidade deste tipo de dominação é conferida ao líder carismático pelo afeto e a confiança nele depositada por aqueles. Com efeito, o líder carismático é aquele que consegue conquistar o afeto e a confiança dos indivíduos na sua própria pessoa, e, o retorno desse afeto em termos de aprovação é o que legitima o regime. O "motivo" pelo qual os indivíduos legitimam a dominação carismática é basicamente afetivo, daí a necessidade de se contar com a categoria de 'ação afetiva' para a construção deste tipo de dominação.

A relação entre o tipo de ação tradicional e a legitimidade da dominação tradicional parece ser mais direta. Weber diz que uma dominação é tradicional "quando sua legitimidade apóia-se na santidade de ordenações e poderes de mando herdados de tempos

antigos: 'desde tempo imemorial', acreditando-se (34) nela em mérito desta santidade"(35). Neste caso o ato de legitimação também remonta a tempos antigos, perdendo-se inclusive sua origem. O não questionamento dessa legitimidade e a invariabilidade da ordem ("no tipo puro de dominação tradicional é impossível a 'criação' deliberada, por declaração, de novos princípios jurídicos ou administrativos"(36)) tornam o ato da legitimidade, em função de sua repetitividade, num atuar quase que habitual e costumeiro. No caso da dominação tradicional, o indivíduo confere legitimidade ao regime porque "sempre" foi assim, por um "costume arraigado", porque não pode ser de outra maneira. Vê-se claramente que o tipo de ação assim descrito adequa-se perfeitamente à categoria ideal do tipo de ação tradicional.

Restam os dois tipos de ação racional para serem relacionados, porém só há mais um tipo de legitimação da dominação que é o caso da dominação legal. O fundamento de legitimidade deste tipo de dominação é de caráter racional, pois "apoiar-se na crença na legalidade de ordenações estatuídas e dos direitos de mando dos chamados por essas ordenações a exercerem a autoridade" (37).

Este tipo de dominação ajusta-se perfeitamente aos tipos de ação racional e, tanto é assim, que Weber refere-se a ela como "dominação legal com administração burocrática", sendo que para Weber, como veremos mais adiante, o processo de burocratização coincide com o processo de racionalização (38). Mas Weber descreve dois tipos de ação racional: orientada a fins e orientada a valores. Então, qual é o tipo que mais se ajusta a esse tipo de dominação? Ou será que ambos são próprios do mesmo? Weber afir-

mará que ambos, pois a dominação legal apoia-se na validade da seguinte idéia (entre outras): "Que todo direito, por pacto ou outorgado, pode ser estatuído de modo racional - racional orientada a fins ou racional orientada a valores (ou ambas as coisas)-, com a pretensão de ser respeitado, pelo menos, pelos membros da associação" (39). Deve-se ter em conta que, muito embora Weber esteja pensando sempre no fenômeno político, nas suas descrições tipológicas ele tenta ser o mais abrangente possível. Seus tipos são construídos de maneira a serem os mais vazios possível frente à realidade. Portanto, quando ele caracteriza o tipo de dominação legal, tenta estender os limites de aplicabilidade do tipo, de forma a poder abarcar também o tipo de dominação constatada na moderna empresa econômica burocrática. Dentro desta última, é possível falar de uma ação estritamente racional com relação a fins univocamente determinados: é o tipo de ação própria do sujeito econômico puro.

Weber distingue entre dominação política e dominação econômica, que constituiriam duas esferas independentes e autônomas, não deixando espaço - como observou P. Hirst - para a análise das múltiplas interrelações entre ambas: "Essa separação - diz Hirst - é mais um dos artifícios metodológicos que permite ao weberianismo ignorar "legitimamente" o problema da relação geral do nível econômico com a totalidade social" (40). Não podemos deixar de consignar aqui, ainda que seja de passagem, esta importantíssima questão, embora neste trabalho não possamos aprofundá-la como merece.

Analisado do ponto de vista político, que é o que nos interessa, o tipo de dominação legal será exercido e legalizado por atos de natureza política. E, como tínhamos visto mais acima, o tipo de ação que mais se ajusta a este caso, é aquele que é racional orientada a fins nos meios, e orientada a valores na determinação dos fins. Como os tipos-ideais de ação caracterizam ações totais, a ação política não poderá ser considerada apenas como um tipo de ação racional orientada a fins, pois na mira do político sempre está a realização de valores.

Desta maneira, concluímos que o tipo de ação racional orientada a fins não chega a caracterizar estritamente nenhum dos tipos de legitimação da dominação, muito embora ele participe, como elemento de racionalidade, de todos eles. Do mesmo modo que é difícil achar uma ação concreta adequada perfeitamente ao seu tipo ideal, tampouco os casos de dominação empíricos se conformam a seus tipos ideais (41). Com efeito, tanto no caso de ações sociais concretas, quanto no exercício empírico de autoridade, o que se pode detectar são elementos correspondentes aos diferentes tipos puros, porém, misturados com uns ou outros em distintas proporções dependendo do caso. Dificilmente encontra-se um caso no acontecer real que corresponda a todas (e só a elas) as características de um tipo, e muito menos com um tipo em sua forma "pura".

Ora, se o tipo de ação racional orientada a fins não se adequa estritamente a nenhum tipo de legitimação da dominação, qual é o sentido da sua inclusão entre os tipos de ação social? Será este o caso de um conceito "residual", como diria Parsons?

Não, não poderia ser uma categoria residual pelo mesmo motivo que não poderia ser residual o tipo de ação afetiva: Weber expressamente indica que não pretende ser exaustivo com a sua tetralogia da ação social. Então, será o tipo de ação racional orientada a fins um caso de tipo "especial"? Se este fosse o caso, este tipo obviamente teria um status diferente dos outros. E nós estamos inclinados a pensar que a resposta vai nessa direção.

Poder-se-ia dizer que o tipo de ação racional orientada a fins entra para a consideração epistemológica em duas funções: uma, que chamaremos de "teórica", e outra que denominaremos de "prática". Por sua função teórica, este tipo é considerado como um modelo de ação estritamente racional à procura de fins univocamente determinados de antemão. O cientista social é que faz uso desse modelo. Através dele o cientista tenta compreender uma determinada ação, supondo como seria se a mesma se desenrolasse como uma ação estritamente racional para o logro dos supostos fins. Toda diferença entre a ação real e a racionalmente construída será atribuída a elementos irracionais que possam ser destacados como causas ou motivos do desvio. Neste caso, o tipo funcionaria como modelo referencial a partir do qual todo tipo de ação, inclusive as irracionais, necessariamente seria considerado, tal como Weber pretendia. Por outro lado, temos a função que chamamos "prática". Nesta função, o tipo de ação racional orientada a fins indicaria o procedimento de seleção dos meios mais adequados para o logro de um fim previamente determinado de maneira unívoca. Tal procedimento leva-se a cabo visando a maximização dos resultados mediante a minimização dos meios e riscos.

Este tipo de ação não produz máximas para a ação (42) desde o momento que o fim deve estar dado previamente. Ele trata especificamente da correta adequação de meios a fins, constituindo-se no aspecto técnico da ação. Neste sentido, o uso deste tipo é próprio do homem de ação. Mediante o uso deste modelo, o ator não só maximizará sua ação em função da correta adequação dos meios, como também poderá calcular os riscos de sua ação, as consequências inevitáveis, a repercussão social, a possível resposta de seus adversários ou competidores, os custos de sua ação, a necessidade de atingir primeiramente fins intermediários, e, fundamentalmente, o resultado efetivo da aplicação de sua ação no vir a ser dos acontecimentos. É clara a importância do uso deste tipo de ação para o ator político.

Do ponto de vista funcional, este modelo seria utilizado como se fosse a estrutura de uma "possibilidade objetiva" invertida, pois como vimos, mediante a possibilidade objetiva, o historiador ia de um fenômeno histórico dado à procura das possíveis causas do mesmo. No nosso caso, o ator parte de sua ação como causa possível de uma cadeia de acontecimentos, em procura da visualização dos efeitos possíveis da mesma (43). Vejamos esta relação entre a racionalização teórica do historiador na procura da significação causal e a racionalização prática do homem de ação na consideração dos efeitos de seu ato, na seguinte passagem de Weber, a qual transcreveremos em sua totalidade pela importância que terá para aclarar o aspecto prático da racionalização:

"... o correto é que o historiador, ao apreciar a significação causal de um acontecimento concreto, comporta-se de maneira semelhante ao homem histórico que quer e toma posição, o qual jamais 'agiria' se sua própria ação (se lhe aparecesse) como "necessária" e não como meramente "possível"... O homem que atua estima, na medida em que o faz de maneira estritamente racional - como aqui supomos -, as condições dadas conforme o padrão de seu conhecimento da realidade e "externas" a ele, do desenvolvimento futuro pelo qual se interessa; depois insere idealmente num nexó causal, diferentes "modos possíveis" de seu próprio comportamento e resultados que cabe esperar em conexão com aquelas condições "externas". Finalmente, de acordo com os resultados "possíveis" obtidos desta maneira (idealmente) decide-se, como adequado a seu "fim", por um ou outro, dos modos de comportamento".(44)

Entre a determinação dos fins desejados e a execução da ação inicial, a função prática da racionalização delibera com respeito às consequências diretas e laterais que a ação pode desencadear, e também, que é o que nos ocupa especialmente, sobre a precisa adequação dos meios para a realização dos fins determinados de antemão. Analisemos esquematicamente aquela passagem de Weber onde ele sugere como racionaliza o homem de ação seu ato futuro.

A racionalização, em sua função prática para a ação, é um processo que segue mais ou menos os seguintes passos: 1) constru-

ção (ideal) de cadeias causais possíveis do desenvolvimento do estado de coisas pelo qual nos interessamos, conforme o nosso conhecimento da realidade externa. O primeiro elemento dessa cadeia estará constituído pelo estado de coisas ideal imaginado no momento de efetivar-se a ação. Este primeiro elemento, por sua vez, está relacionado com um espaço de variável "x", onde se possa inserir a ação (ideal), de modo tal que ao substituir "x" por uma constante de "modo de ação", o estado inicial se modifique; 2) construção ideal de "modos de ação" possíveis, tendo em conta o estado inicial de coisas, as condições externas conhecidas e o poder em mãos do ator no momento da ação; 3) substituição (ideal) da variável "x" pelos "modos de ação" possíveis (inserção ideal da ação no curso (ideal) dos acontecimentos); 4) correção das cadeias causais, tendo em vista a modificação do estado inicial pela inserção da ação (sempre em termos ideais), e calculando o rumo que poderão tomar as tendências "típicas" de desenvolvimento; 5) depois de variar em "x" os modos de ação possíveis, estimamos os efeitos calculados enquanto possíveis, "causados" pelos diferentes modos de ação idealmente testados; 6) Em vista dos possíveis cursos de acontecimentos provocados pela inserção dos modos de ação, analisamos todos os efeitos colaterais e as consequências previsíveis que a ação pode provocar; 7) Finalmente, considerando todos os resultados possíveis obtidos mediante esta construção auxiliar, o ator decide pelo modo de comportamento que ele acha mais adequado para o logro de seus objetivos, conforme o critério de referência à "causa".

O trabalho da razão prática começa quando surge um problema. Este surge quando, por exemplo, um indivíduo 'A' (sujeito da ação, ator, agente) deseja, necessita, intenta um certo estado de coisas 'B' ("fim" da ação ou objetivo). Em termos da teoria da ação a pergunta seria: Dadas as condições externas C, C', C'', que pode fazer 'A' para obter 'B'? Sendo que para isso, ele terá de modificar as condições C, C', C'', para que o desenvolvimento esperado pela alteração das mesmas, conduza ao resultado 'B'. A ação completada terá a ação modificadora 'A' sobre as condições como causas, e a 'B' como efeito (no caso de se lograr, pois o efeito nunca é necessário, só possível).

É claro que não é fácil que os acontecimentos reais aconteçam tal como foram imaginados no esquema ideal. Os fins sempre são calculados em termos de probabilidade e nunca de necessidade. Nas ações reais, especialmente nas políticas, os meios implicados nos modos de ação podem ser homens, com vontades, interesses, e valores próprios; como também é certo que em muitos casos as ações dependem, no seu curso, dos movimentos do adversário, que também é um sujeito.

Na elaboração do plano de ação, todos os indivíduos implicados nele, seja como meios, seja como fins, são considerados por Weber como "marionetes" (para usar a expressão de A. Schutz) (45). Com efeito, os indivíduos considerados no cálculo da ação terão de ser imaginados como consciências típicas, às quais se atribui um conjunto de noções, propósitos e fins típicos e considerados invariáveis. Da mesma forma, terá que se imaginar este ator-modelo, esta "marionete", relacionado com outras marionetes, e assim por diante.

A multiplicidade de elementos variáveis e invariáveis que devem ser considerados na previsão da ação não diz nada a respeito da impossibilidade da mesma. Para Weber (46), quando o ator insere sua ação, "acredita poder esperar" de seu adversário, uma conduta "provida de sentido" enquanto resposta, e, como tal, passível de ser estimada de antemão com algum grau de probabilidade.

Assim, entendido enquanto racionalização prática, o tipo de ação racional orientada a fins constituir-se-ia no aspecto técnico da ação política, na medida em que esta última fosse uma ação racional orientada a fins só nos meios e racional orientada a valores nos fins. Neste sentido, a ação racional orientada a fins relacionar-se-ia com todos os tipos de dominação política, porém, sem caracterizar especificamente a nenhum deles. Entretanto, a relação que com todos eles manteria seria no aspecto técnico.

Antes de fechar esta parte, gostaríamos de dizer algumas palavras em relação à íntima vinculação que para Weber existe entre a ciência e a ação. Com o tipo de ação racional orientada a fins, como adequação meios-fins, Weber introduz a possibilidade de racionalização da ação. Na medida em que a racionalização da adequação meios-fins é parte intermediária da ação política, Weber abre nesta um espaço para o uso prático da razão. O homem de ação pode fazer uso dos meios técnicos do homem de ciência na avaliação de sua futura ação. Se por um lado, como diz Weber, só mediante a ação é que progride a ciência, agora fica claro que mediante a ciência a ação se faz efetiva. O homem de ação racionaliza seus próximos passos, e para isso ele faz uso de todos os

meios técnicos que tenha a seu dispor, tais como estatística, cálculo de probabilidades, etc. Ele pode prever sua ação, decidir tecnicamente sobre os meios mais adequados (47), calcular os efeitos colaterais, as consequências não desejadas, as repercussões de sua ação, as possíveis respostas de seus adversários, suas reações a tais respostas, tudo racionalmente, embora em termos de probabilidade. O homem de ação pode agir "inteligentemente", por isso, o cientista que posteriormente analisará tal ação, poderá reconstituí-la e até supor os motivos subjacentes.

Mas se, como tínhamos visto, o homem de ação conduz sua ação seguindo normas teleológicas, enquanto que o cientista se interessa por relações de "causa-efeito", como pode auxiliar aquele na escolha dos meios, sendo que estes para o ator político tem a forma de normatividades teleológicas? Weber diz (48) que isto é muito simples, tratando-se meramente de "inversões de proposições causais", e, portanto, de um problema puramente técnico. A ciência não está obrigada a interpretar as proposições teleológicas do homem de ação de outra forma que na de proposições causais. Por exemplo: para obter um certo resultado político "x", o único meio é "y", ou bem podem ser "y1", "y2", "y3", nas condições c, c1, c2. Para o científico, isto quer dizer o mesmo que: de Y se segue x, ou bem este se segue, nas condições c, c1, c2, de y1, y2, y3. Isto, diz Weber, "significa, efetivamente, o mesmo, e o prático pode extrair daí, com facilidade, os 'preceitos'" (49). Sempre, portanto, será possível inverter proposições sobre "causas e efeitos" com proposições sobre "meios e fins".

IV - A TEORIA DA DOMINAÇÃO

Tínhamos adiantado algumas considerações sobre os tipos de dominação legítima, cabe agora fazer alguns esclarecimentos. Os tres tipos de dominação - tradicional, legal e carismático - constituem formas possíveis de legitimação da autoridade (muitas vezes, Weber utiliza os termos "autoridade" e "dominação" como sinônimos) por parte de todos os elementos de uma organização (os quais por esse ato passam a ser os dominados) a um dos elementos da mesma, que passa a ser o dominador ou a autoridade, constituindo-se no vértice decisório da estrutura (não tem importância para este caso se a estrutura é grande ou pequena, se é complexa ou simples, se se trata de uma organização com poucos e difusos degraus hierárquicos ou de uma pirâmide perfeitamente hierarquizada na sua verticalidade decisória). O que realmente importa neste caso é o fato de que pelo ato de legitimação da dominação, os elementos da organização ficam divididos em duas classes claramente distinguíveis: por um lado o dominador ou a autoridade, por outro a massa de dominados. Este fato tem várias implicações filosóficas importantes. Veremos algumas delas.

Para Weber, a dominação se constata empiricamente em todo tipo de organização social onde se detecta a presença de um chefe ou soberano. Isto confere uma versatilidade à categoria que permite que ela seja aplicada a muitas classes diferentes de organi-

zação. Assim, Weber adverte que encontramos relações sociais de dominação, por exemplo, na família, na escola, na Igreja (como instituição), no Exército, nos partidos políticos, no governo e na moderna empresa capitalista. Limitaremos as nossas referências à relação de dominação especificamente política em função dos objetivos de nosso trabalho.

M. Weber fundamenta a distinção dos tipos de legitimidade da dominação na justificativa que o dominado apresenta para o seu ato de legitimação e não nas formas de execução do poder por parte do dominador. O dominado pode legitimar o poder do dominador acreditando na legalidade das ordenações estatuídas e nos direitos de mando dos chamados por essas ordenações a exercer a autoridade, determinando por seu ato o tipo de dominação legal, chamada por Weber de dominação de caráter racional. Ou bem pode acreditar na santidade das tradições mantidas desde tempos antigos e na legitimidade dos indicados por estas tradições a exercer a autoridade, determinando com seu ato o tipo de dominação tradicional. Ou, finalmente, pode se justificar por sua fé extra-cotidiana na santidade, exemplaridade ou heroísmo de uma pessoa e nas ordenações que esta pode criar, determinando com a sua confiança o tipo de dominação carismática (50).

Como tínhamos adiantado, Weber define a dominação em termos de "probabilidade". Ele diz que por dominação deve-se entender "a probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para ordens específicas" (51). Com esta definição Weber não precisa recorrer à "probabilidade de exercer o poder ou um influxo sobre os homens", porém exige submissão por parte dos

dominados às ordens do dominante, e pretende que essa submissão seja voluntária: "um determinado mínimo de vontade de obediência, ou seja, de interesse (externo ou interno) em obedecer, é essencial em toda relação autêntica de autoridade" (52). Ora, se a vontade é o âmbito próprio da liberdade, o exercício que desta faz o dominado se limita ao ato de legitimar a autoridade, pois uma vez executado o dito ato, o dominado se converte, em função desse próprio ato, em um sujeito involuntário. Isto quer dizer que o ato que Weber exige que seja voluntário é o único ato social voluntário que reconhece aos dominados. Com efeito, "'obediência', diz Weber, significa que a ação de quem obedece transcorre como se o conteúdo da ordem tivesse se convertido, por ele mesmo, em máxima de sua conduta; e isso unicamente em função da relação formal de obediência, sem ter conta a própria opinião sobre o valor ou desvalor da ordem como tal" (53). Isto nos induz a pensar que no ato de legitimação o dominado também entrega a sua própria vontade ao dominador, ficando esvaziado dela, e, em seu lugar, são colocadas máximas de ação cujo conteúdo é constituído pelas ordens da autoridade, as quais não poderão ser discutidas pelos dominados e sim, simplesmente obedecidas.

A vontade do dominador se traduz em máximas para a ação dos dominados. Este fato divide a estrutura social em dois tipos de sujeitos: por um lado um sujeito único (pode ser um número reduzido de pessoas) cujo exercício específico é ordenar: é o dominador. Por outro lado, a massa de dominados, cujo único e breve ato voluntário é conferir legitimidade à ordem (54). Além deste ato, limitar-se-á a agir segundo as máximas para a ação que dita

a autoridade e que ocupam o lugar de sua vontade. O exercício específico deste tipo de ação é a obediência. Os dominados entram na relação social como meios de execução da vontade da autoridade, numa situação análoga à que Weber coloca o trabalhador da empresa capitalista moderna, isto é, como meio de produção da mesma categoria que, por exemplo, as maquinarias. Sendo meios da ação social, os dominados perdem a categoria de sujeitos. Seu comportamento passa a ter uma função puramente instrumental com relação ao projeto do dominador. Aliás, se como tínhamos visto, a ação se diferenciava da mera conduta reativa pelo sentido subjetivo que o agente imprimia a ela, chegamos facilmente à conclusão de que o dominado não atua, já que o sentido de sua ação não pertence mais a ele, senão ao dominador. O dominado meramente se comporta segundo as máximas normativas que emanam da autoridade. O único que poderia ser chamado propriamente de "ator", de acordo com a definição weberiana de ação, é o dominador.

Todavia, se como diz Weber, o historicamente significativo são aquelas decisões últimas que imprimem o "sentido" ao curso dos acontecimentos, podemos chegar a outra conclusão: o único agente histórico é o dominador. A historiografia diz respeito à história dos dominadores. A história está feita pelos "super-homens" (55). A massa de dominados se mantém à margem dela. Desde que a vontade é um atributo exclusivo dos dominadores, os dominados apenas serão meios e condições da história, jamais agentes. Este é o corolário filosófico da teoria weberiana da história: O historicamente compreensível em mais alto grau é a ação histórica dos dominadores.

O modelo teórico weberiano não pode fornecer uma "compreensão interpretativa" de, por exemplo, um estado insurrecional das massas, ou de uma situação de revolução popular, pois, "considerada em sua estrutura subjetiva, a conduta apresenta frequentemente de maneira predominante, o tipo de atuação em massa (mais ou menos uniforme) carente de toda referência de sentido" (56). Parece que Weber vê (especialmente em seus trabalhos teóricos) sempre o resultado da práxis política e não a práxis política em si mesma, no seu aspecto transformador. Em realidade, ele não analisa explicitamente o problema da mudança política. Isto talvez tenha sido o que levou alguns comentadores ou críticos weberianos a referir-se à sua teoria política como "teoria da estabilidade política". Em última análise, Weber não admitiria o uso da categoria "legítimo" para um regime que não fosse estável, isto é, uma dominação que não esteja suficientemente legitimada, sejam quais forem as justificativas dessa legitimidade.

Em toda situação em que se possa localizar um caso de dominação, qualquer que seja o seu tipo, poder-se-ão distinguir três elementos constitutivos (57); um sujeito dominante que dá ordens como efeito de sua própria vontade; um quadro administrativo encarregado de executar ordens daquele; e os sujeitos dominados que obedecem. A forma de relação que existe entre o dominador e o quadro administrativo terá uma importante implicação na própria estrutura da dominação: "a classe de relação de legitimidade entre o soberano e seu quadro administrativo é muito variável de acordo com a classe de fundamento da autoridade que entre eles exista, sendo decisiva em grande medida para a estrutura da

dominação" (58). Por exemplo, na dominação de tipo legal-racional, o quadro administrativo toma a forma de administração "burocrática", os administradores são admitidos como "funcionários". Eles são incorporados à administração por meio de uma seleção que visa o grau de competência do candidato para executar sua função: "A administração burocrática significa: dominação graças ao saber" (59). No caso da dominação tradicional, o quadro administrativo pode ser recrutado por vinculações com o dominador ("recrutamento patrimonial"), podendo neste caso tratar-se de pessoas pertencentes à mesma linhagem que o "senhor", ou clientes, ou colonos, ou libertos, etc.. Ou bem podem ser recrutados extra-patrimonialmente, seja por relações de confiança pessoal, por pacto de fidelidade ou como funcionários que entrem livremente na relação de domínio (60). Por sua vez, na dominação carismática, o quadro administrativo é escolhido por suas qualidades de liderança: "ao profeta correspondem os discípulos, ao príncipe da guerra o 'séquito', ao chefe, em geral, os 'homens de confiança'" (61).

Na ordem expositiva de Economia e Sociedade (pag. 170-203) Weber começa a desenvolver os tipos de dominação legítima pelo tipo mais evoluído, isto é, a administração legal com administração burocrática moderna. Entretanto, poder-se-ia perguntar porque ele não seguiu a ordem do esquema apresentado anteriormente (pag. 30), onde respeitava a ordem de complexidade crescente e da temporalidade em sua aparição histórica. Com efeito, nessa exposição ele começa da estrutura de dominação tradicional que é a mais simples e a mais antiga no tempo, para acabar na dominação legal que é a mais complexa e atual. Por outro lado, numa ex-

posição de tipo histórico, ele poderia ter mostrado a evolução da dominação através do tempo (62). Partindo da forma mais universal e primitiva da fixação das formas habituais da tradição, poderia ter mostrado a aparição da "novidade" na ordem, efetuada pelos oráculos proféticos, e como a confiança nestes legaliza a nova ordem carismática dos profetas. Finalmente, poderia ter facilitado o acesso à dominação legal, mostrando como a paulatina separação do quadro administrativo dos meios de produção gerava as condições para o advento da burocracia.

Todos estes elementos se encontram nos seus escritos. Temos de supor, então, que a inversão da ordem expositiva não foi por acaso, mas sim produto de uma opção intencional. Nossa hipótese é de que na exposição do tipo de dominação na Primeira parte, cap. III de Economia e Sociedade, Weber elabora detalhadamente o tipo de dominação legal com administração burocrática, para que este tipo fosse instrumentalizado enquanto "tipo" dos tipos de dominação. O próprio Weber nos diz: "partimos aqui intencionalmente da forma de administração especialmente moderna, para poder contrastá-la depois com as outras" (63).

Porém, nós achamos que a preeminência do tipo de dominação legal com administração burocrática não se limita a uma antecedência na ordem expositiva ou a uma mera prioridade instrumental em relação aos outros. Muito embora Weber tenha afirmado que um dos objetivos da Sociologia consistia em fornecer categorias unívocas para o uso historiográfico (obviamente, os tipos de dominação poderiam ser frutíferos para isso), temos de levar em conta que o horizonte para o qual apontava a reflexão weberiana

era seu próprio mundo político. Na sua multifacetada expressividade, esse mundo lhe apresentava elementos tradicionais, carismáticos e legais misturados em diversas proporções, mas entre todos eles, Weber percebe uma forma que vai se agigantando e se instalando soberanamente nas estruturas de dominação: a burocracia. Esta, para Weber, "é capaz, numa perspectiva puramente técnica, de atingir o mais alto grau de eficiência, e neste sentido é, formalmente, o mais racional e conhecido meio de exercer dominação sobre os seres humanos" (64).

Com efeito, a forma de domínio que ia se impondo sobre as outras pela sua efetividade, era a dominação legal com administração burocrática. Pelo qual Weber chega a proclamar a inevitabilidade do advento da burocracia para todos os sistemas de administração política, tanto para a esfera capitalista, quanto mais ainda para a esfera socialista (65).

V - O TIPO DE DOMINAÇÃO LEGAL COM ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA

A dominação em seu tipo burocrático tem duas consequências irreversíveis que levam Weber a uma visão trágica da história, pois se por um lado este tipo fornece uma maior precisão nas previsões, mais amplo espectro de aplicabilidade dos cálculos e uma crescente eficiência administrativa - todos eles elementos necessários para dominar a acentuada complexidade das organizações sociais - por outro, sua natureza carrega uma inexorável perda da liberdade, tanto dos dominados quanto mais dos próprios executores do quadro administrativo, os "funcionários" (66).

O "tipo-ideal" racional do quadro administrativo burocrático na sua forma mais pura, apresenta uma estrutura de funcionários com um dirigente colocado em seu vértice. Este pode conseguir a sua posição de império, seja por apropriação, por eleição ou por designação de seu antecessor (67). Em seu posto de soberano, é ele quem manda e ordena. Na forma "pura" do tipo, o faz obedecendo à ordem impessoal da organização pela qual orienta suas disposições (68).

O quadro administrativo, na sua totalidade, é composto de funcionários individuais, que pelas suas condições, caracterizam a estrutura burocrática. Eles são:

- 1) pessoalmente livres, sendo que suas obrigações se limitam exclusivamente aos deveres objetivos de seus cargos;

- 2) seu cargo os escalona dentro de uma rigorosa hierarquia administrativa;
- 3) nesta, assumem competências rigorosamente fixadas;
- 4) a sua incorporação à organização se realiza através de contrato, ou seja, que em princípio, se dá na base da livre seleção;
- 5) essa seleção se realiza visando a classificação profissional que fundamenta a sua nomeação. Pode ser por meio de provas de proficiência ou apresentando diplomas que certifiquem a capacitação do candidato para o cargo;
- 6) o cumprimento das obrigações é retribuído em dinheiro, com salários fixos regulados primeiramente em relação à hierarquia administrativa, depois conforme a responsabilidade do cargo, e, em geral, segundo o princípio do "decoro estamental";
- 7) exercem o cargo em forma exclusiva, ou como principal ocupação;
- 8) existe para eles a possibilidade de fazer "carreira", isto é, a perspectiva de ascender e avançar por anos de exercício, ou por serviços, ou por ambas as coisas, de acordo com o juízo de seus superiores;
- 9) trabalham em seus cargos sem a apropriação dos mesmos, e totalmente separados dos meios administrativos;
- 10) finalmente, estão submetidos a uma rigorosa disciplina e vigilância administrativa.

Com esta caracterização da burocracia, Weber apresenta um tipo ideal de organização que, desde o ingresso até a promoção aos cargos mais altos da escala hierárquica, realiza-se na base

do "saber profissional especializado". O trabalho profissional sujeito estritamente às competências fixadas para seu cargo, isto é, o trabalho sujeito ao expediente, dilui o problema das decisões nos degraus da estrutura hierárquica. Na forma pura da burocracia, o funcionário nada tem a decidir sobre o que não possa resolver por meio da pura técnica (69) que, para ocupar seu cargo, é exigida. Em sua forma pura, o funcionamento da organização burocrática restringe-se a uma relação técnico-científica de adequação de meios a fins.

Tínhamos visto como a ciência penetrava na teoria da ação weberiana no tipo de "ação racional orientada a fins"; agora vemos como também se vincula com a sua teoria política ao surgir na dominação em sua forma "legal com administração burocrática". A razão formal se faz prática contribuindo com o cálculo de utilidade como esqueleto da forma mais depurada de dominação. Tal como diz H. Marcuse (70) "A razão abstrata se faz concreta na dominação calculável e calculada sobre a natureza e sobre o homem". A razão constitui o elo da imbricação entre a teoria da ciência, a teoria da ação e a teoria política de Weber.

O tipo de ação própria do funcionário burocrático é o "racional orientado a fins". Com efeito, seu trabalho limita-se a resolver problemas com respeito a um fim dado de antemão de forma unívoca, e dentro da esfera de sua competência. O saber do funcionário é um saber técnico: dado um problema no âmbito de sua competência, a solução será encontrada de maneira rigorosamente racional, prendendo-se estritamente às normas e disposições que o aparato burocrático designe a seu cargo: "O desempenho do cargo

por parte dos funcionários - diz Weber - realiza-se segundo normas gerais suscetíveis de aprendizagem, mais ou menos fixas e mais ou menos completas. O conhecimento destas normas representa, portanto, a introdução de uma tecnologia especial... em poder da qual se encontram os empregados."(71). As decisões às quais o funcionario tem acesso são puramente técnicas e limitadas a seu cargo. Conforme o saber científico exigido para o desempenho de seu cargo, o empregado decidirá sobre os meios mais adequados para atingir, da maneira mais eficiente, os fins previamente dados, muito embora sobre estes nada tenha a dizer.

A estrutura burocrática, com seus cargos ocupados por "especialistas" cujas funções estão "objetivamente" determinadas, apresenta-se como uma maquinaria perfeita de dominação, e, em si mesma, "neutra aos valores" no sentido de que, com total adequação, poderia ser utilizada em qualquer direção política: "o caráter inevitavelmente objetivo do aparato já existente, em união com sua característica "impessoalidade", faz com que se encontre facilmente disposto a trabalhar para qualquer um que saiba apoderar-se dele" (72).

Para Weber, o alto grau de complexidade que já tinham alcançado em sua época as estruturas das relações sociais, tanto no capitalismo, como potencialmente em qualquer socialismo que se pretenda "científico", não deixava muito lugar a dúvidas com respeito à sua forma de administração: "É preciso escolher entre a burocratização e o diletantismo administrativo e o grande instrumento da superioridade da administração burocrática é este: saber profissional especializado"(73). E é este tipo de saber "esteri-

lizado" por sua cegueira com relação aos valores, tal como Weber o concebia, que permitia a este dizer que "A burocracia continua funcionando para a revolução triunfante ou o inimigo na ocupação, do mesmo modo que o fazia com o governo até este momento legal" (74).

Com o aspecto técnico da dominação legal com administração burocrática, a teoria da ciência weberiana ingressa na sua teoria política através do tipo de ação "racional orientada a fins". Mas como tínhamos visto, Parsons, seguindo o Dr. von Schelting (75), associava ao tipo de ação "racional orientada a fins", o tipo de ética que Weber denominava "ética da responsabilidade" (Verantwortungsetisch). Isto quer dizer que se quisermos caracterizar a burocracia pela orientação ética do funcionário, teríamos que fazer uso do tipo "ética da responsabilidade". Este tipo se adequa claramente ao tipo de orientação da ação que rege parte do aparato burocrático, o qual não se preocupa pela determinação dos fins últimos e sim pela efetividade para o logro dos fins dados (76) "Porque nas condições modernas a formação especializada é o suposto indispensável do conhecimento dos meios técnicos para a consecução de objetivos políticos. Porém a fixação dos objetivos políticos não é assunto de especialização alguma e a política não há de decidí-la o funcionário profissional como tal" (77).

Com efeito, como vimos, o nível de decisões do aparelho burocrático é um nível meramente técnico. Todo problema que supere o grau de competência de decisões de um certo cargo da escala hierárquica passa automaticamente ao grau superior, e assim su-

cessivamente em direção ao vértice da maquinaria. Assim, todos os problemas não resolvidos nos distintos degraus hierárquicos, como todas aquelas questões referentes aos fins últimos do funcionamento do aparelho, ficarão nas mãos de quem ocupe o vértice da máquina burocrática. Daí, a preocupação de Weber por quem domina a maquinaria, pois esta posição pode estar ocupada por "deuses ou demônios". Mas, essa preocupação seria infundada se as decisões tomadas nesse cargo fossem também resolvidas de maneira técnica, isto é, se elas pudessem ser resolvidas "objetivamente", de maneira "científica", burocraticamente. Porém, como Weber diz: "A dominação burocrática tem em seu vértice inevitavelmente um elemento, quando menos, que não é puramente burocrático" (78). E o fato de ser a burocracia racional e vértice não burocrático, leva Marcuse a dizer que o vértice é irracional (79): "se a racionalidade está representada ou personificada na administração e só nela, então este poder normativo (do vértice) tem que ser irracional".

Sendo a esfera das decisões últimas irracional, como diz Marcuse, ou pelo menos não puramente racional, já que Weber diz que "não é puramente burocrática" (grifos nossos), as decisões que nela se tomem não corresponderão plenamente ao tipo de ação "racional orientada a fins", isto é, que não serão normatizadas puramente pela "ética da responsabilidade". E isto também se vê justificado pelo fato de que na esfera das decisões últimas, como tínhamos visto, não ingressa a ciência. Como diz Weber: "É certo que a política se faz com a cabeça, mas de modo algum só com a cabeça" (80).

As decisões últimas são tomadas a partir de um posicionamento pessoal com respeito a valores últimos. A escolha dos valores não é racional, nem exige nem pode ter justificativa científica, mas, uma vez escolhidos, eles influíram na conduta normativamente, pois a conduta terá valor "ético" na sua própria realização. O valor diz respeito ao comportamento e se realiza na própria conduta por ele orientada, sem exigir do agente a consideração dos efeitos e consequências desejadas e não desejadas. Simplesmente o ator ajustará racionalmente seu ato à orientação normativa do valor por ele escolhido. Este é o tipo de ação que se conforma de maneira mais adequada à ética formal que Weber chamou "ética da convicção" (*Gesinnungsethisch*). De acordo com este raciocínio, se quisermos caracterizar a maquinaria política burocratizada através dos tipos formais de eticidade, teríamos que utilizar a "ética da convicção" para nos referirmos ao vértice, e a "ética da responsabilidade" para o resto da estrutura. "Porém, diz Weber, ninguém pode prescrever se temos que agir conforme a ética da responsabilidade ou conforme a outra" (81). Mas sendo que a estrutura burocrática como um todo só pode ter no seu funcionamento uma única direção, como se explica a ação de dois focos distintos de orientação normativa?

Tratando-se de um aparelho político burocrático, ao qual advertimos mais acima que nos circunscreveríamos, cremos que a solução encontra-se no tipo de ação, que poucos comentadores mencionam, e que nós tínhamos indicado como o mais adequado à ação política; o tipo de ação racional orientado a fins só nos meios, e racional orientado a valores nos fins (82). Com efeito, toda

ação política presume uma orientação a uma "causa", porém, isto não quer dizer que o ator não considere os meios para realização desta "causa", ou que não pese os efeitos e possíveis consequências que sigam sua ação.

Isto fica claro na análise do tipo de dominação política legal com administração burocrática que caracteriza quase a totalidade dos casos de domínio empírico atuais. Nele, como vimos, os funcionários que tratam dos meios de execução agem racionalmente orientados a fins, enquanto que o vértice, que é quem se ocupa da determinação dos fins da administração, age orientado a valores. Sendo ambos elementos constitutivos da maquinaria política, esta será orientada normativamente pelas duas éticas, cobrindo todos os degraus decisórios da estrutura de forma complementar. E não consideramos que isto seja contraditório, pois o próprio Weber declara que ambas éticas são complementares (83).

VI - O EFEITO DA LIDERANÇA CARISMÁTICA SOBRE A ESTRUTURA BUROCRÁTICA

Um caso de extrema tensão entre o vértice e o resto da estrutura burocrática resulta quando aquele é ocupado por um líder carismático (84). Isto se dá atualmente em tempos de agitação social ou em períodos de eleições políticas, nos quais faz-se necessária a figura do líder carismático, tanto para aglutinar as forças partidárias como efeito da confiança que a "graça" de sua pessoa desperta, quanto para enfrentar as outras formações partidárias.

Nada se opõe mais à estrutura racional burocrática que a liderança carismática, pois esta se caracteriza pelo modo de agir não racional, dirigido especialmente a despertar emoções nos seus seguidores. Inclusive no seu aspecto "revolucionário", diferenças com a racionalização burocrática são marcantes. Esta, diz Weber (85), "introduz uma revolução por meios técnicos, em princípio "por fora". Transforma primeiro as coisas e as organizações, depois os homens". Em troca, com respeito ao poder revolucionário do carisma ele diz "Esta crença (dos seguidores nas qualidades do líder carismático) transforma "por dentro" os homens e intenta conformar as coisas e as organizações, de acordo com sua vontade revolucionária".

Weber via no poder carismático a possibilidade de neutralizar o efeito pernicioso dos "profissionais" da política (os funcionários do partido) (86), pois se é bem certo que o processo de racionalidade burocrática é irreversível, a introdução no sistema de uma normatividade de orientação relativamente não racional, emanada do líder carismático, abre um espaço na racionalização, possibilitando a revolução da mesma, no sentido de que, reduzindo o nível de racionalização do sistema, o processo de racionalização poderia tomar um novo rumo. Com respeito a isso, Parsons afirma: "No esquema de Max Weber pode-se inferir que esta foi uma das funções do conceito de carisma, servindo como conceitualização da fonte de novas orientações sobre as que operaria o processo de racionalização" (87).

Por sua característica extra-cotidiana, a dominação carismática opõe-se à racionalidade burocrática que é tipicamente cotidiana, rotineira (88). Porém, a diferença entre as duas é que a última tende a perpetuarse no anquilosamento do sistema, enquanto que a primeira, pela sua própria natureza, é especificamente instável (89). Com efeito, o carisma é uma qualidade que não se tem para sempre. Seu portador deve dar permanentes provas da "graça" de sua pessoa, pois, na medida em que desapareça seu carisma, a legitimação de sua dominação vê-se comprometida, perdendo a influência sobre os seus seguidores. Revolucionária e instável, a dominação carismática produz respectivamente um fluxo e um refluxo da racionalidade burocrática dentro do sistema, abrindo a possibilidade de troca na direção da racionalidade administrativa.

Talvez, a figura do líder carismático seja a personificação mais clara da "ética da convicção", já que, como afirma Weber, "a dominação autenticamente carismática não reconhece princípios e regulamentos abstratos, não admite nenhuma jurisdição "formal". Seu direito "objetivo" é o resultado concreto da vivência pessoal, da graça celestial e da heróica força divina" (90). De maneira tal que no exercício do cargo supremo da estrutura burocrática, orientá-la-ia pela normatividade que seu carisma impõe ao resto da estrutura. Esta, por sua vez, orientaria sua conduta em função da "ética da convicção" que seu líder carismático desperta, porém, dentro das margens que estipula a "ética da responsabilidade" que seu cargo dentro da hierarquia burocrática exige. "O funcionário, diz Weber, deve sacrificar suas convicções às exigências da obediência; o político deve rejeitar publicamente a responsabilidade por ações que contradigam suas convicções e deve sacrificar o seu posto por elas" (91). Mediante a ética da responsabilidade, o funcionário se impõe como meta a eficiência técnica no logro dos objetivos que o líder designa, mas é pela ética da convicção que ele faz seus esses objetivos, que ele se faz "partidário de seu líder".

A racionalidade formal burocrática se articula com a irracionalidade substantiva da liderança carismática, que subordina a estrutura aos valores (92). O importante disto é, como observou Stephen Kalber (93), que "somente a racionalidade substantiva coloca "prêmios psicológicos" sobre a ação ética do mundo", isto é, só a racionalidade substantiva introduz fontes normativas na vida social. A relevância que isto tinha para Weber manifesta-se

na importância que outorga à ética protestante no desenvolvimento do capitalismo.

Na máquina burocrática com soberano carismático vê-se a racionalidade culminando numa irracionalidade, sendo aquela formal e esta substantiva ou material. Mas o que consideramos realmente interessante é que esta irracionalidade que subordina a estrutura a seus valores, é idêntica àquela que tínhamos visto na base da metodologia weberiana, no recorte do objeto da ciência. Com efeito, frente as decisões últimas, o líder encontra-se a sós com os deuses e demonios que habitam sua esfera valorativa, sem possibilidade de recorrer à ciência em procura de auxílio. É aqui que vemos o pêndulo da razão chegar no outro extremo de máxima oscilação.

VII.- OS TIPOS ETICOS

Nossa intenção ao analisar a estrutura burocrática como aparelho de dominação política, foi focalizar os elementos de orientação normativa concorrentes na ação política. Af tentamos mostrar a concorrência de duas fontes éticas de normatividade, opostas e complementares, que, no processo de decisão, apareciam como necessárias: uma para a escolha dos fins últimos, da "causa" política, e a outra para determinação dos meios mais adequados para realização daqueles, e para a consideração racional das consequências e efeitos possíveis.

Se a ação política pode ser decomposta analiticamente em dois elementos que se caracterizariam, segundo a sua orientação e do ponto de vista ético, como condutas orientadas conforme a "ética da convicção" e como condutas orientadas pela "ética da responsabilidade", poder-se-ia dizer que no segundo caso a ciência poderia dar conta da referida ação, pois trata-se de casos de correspondência meios-fins determináveis cientificamente. Por outro lado, no primeiro caso, trata-se da relação fins-fins últimos, isto é, da relação de adequação entre os fins imediatos e a causa política, e como diz Weber: "Qual será a causa ao serviço da qual o político procura e utiliza o poder, já é uma questão de fé" (94). Com efeito, os fins últimos são o produto do posicionamento pessoal frente ao mundo dos valores, e, enquanto tal, são

refratários à consideração científica, formando um âmbito de determinações últimas. O sentido desse âmbito só é compreensível para a Filosofia: "As disciplinas filosóficas podem, com seus recursos conceituais, ir além e determinar o "sentido" das valorações, isto é, suas estruturas últimas assim como suas consequências providas de sentido, ou seja, podem indicar seu lugar dentro da totalidade dos valores 'últimos' possíveis em geral, e deslindar suas esferas de validade significativa" (95). Desta maneira, a Filosofia constitui a única reflexão com autoridade para romper o cerco e lançar alguma luz no dito âmbito.

Se em toda ação política se encontram presentes elementos característicos de cada uma das duas éticas, então a construção típico-ideal, de condutas orientadas pela "ética da responsabilidade" e de condutas orientadas pela "ética da convicção", proporcionaria um jogo de categorias epistêmicas (da classe dos tipos-ideais) que permitiriam ordenar conceitualmente e comparar entre si os distintos fenômenos políticos. Com efeito, a partir destas categorias, poder-se-iam detectar em toda ação política tanto as considerações responsáveis como os artigos de fé que nela se misturam e se confundem. A partir dessa distinção analítica entre os "ingredientes" da ação política, seria possível um "cálculo" em relação aos tipos-ideais construídos: por um lado, em que medida uma dada ação comporta-se como um agir conformado à "ética da responsabilidade", e por outro, em que medida fá-lo em relação à "ética de convicção". Assim, a dita ação ficaria caracterizada "porcentualmente" em relação ao jogo de "tipos-ideais" de orientação normativa da ação. Isso permitiria: 1) ordenar conceitual-

mente diferentes tipos de ação política, e 2) comparar entre si várias ações passadas, presentes ou esperadas como futuras, em relação com as categorias idealmente construídas.

Nossa hipótese é a de que Max Weber construiu com este objetivo as categorias típico-ideais de normatividade, o que nos parece engenhoso e fecundo do ponto de vista epistemológico. Mas, será que tal jogo categorial de "tipo-ideais" de ação ética apresenta o grau de neutralidade valorativa que o próprio Weber exigia das categorias científicas? Será que, tanto na sua construção, quanto na sua aplicação, observou-se o critério de "objetividade" tão caro ao pensamento weberiano? Para tentar responder a essas questões, procuraremos analisar mais profundamente a construção das mesmas e sua posterior utilização no campo dos fenômenos políticos pelo próprio autor.

Como mostramos quando tratamos dos "tipo-ideais", estes eram construídos a partir de certos elementos encontrados na realidade e "exagerados" unilateralmente, com o objetivo de "estilizar" o tipo, isto é, torná-lo "estranho" em relação à realidade, para poder medi-la na sua diferença frente àquela, em outras palavras, para "idealizar" o tipo. Mas também tentamos mostrar que o tipo-ideal assim construído, não resultava tão "neutro" aos valores como pretendia Weber. Com efeito, a escolha dos elementos da realidade a serem "exagerados" só era possível com relação aos valores. A importância disto reside em que a realidade responde através do tipo, mostrando as diferenças que ela mantém em relação ao elemento estilizado no tipo (a adaptação perfeita entre a realidade e o tipo-ideal é a prova de sua inutilidade instrumen-

tal). Por outro lado, a escolha de um elemento da realidade, e não outro qualquer, determinará a funcionalidade do tipo ideal, na medida em que fornecerá informações apenas relativas a esses elementos escolhidos em detrimento dos restantes. Por exemplo, se a uma determinada formação social se aplica o tipo ideal do "capitalismo", na informação que for obtida certamente não constarão elementos feudais, ainda que estes elementos de fato se encontrem na dita formação social: isso porque não se perguntou por eles e é a pergunta que determina a resposta. É importante que isto fique claro antes de passarmos a ver a construção e aplicação dos tipos éticos de normatividade por M. Weber, pois com eles o autor classificará (às vezes pejorativamente, como tentaremos mostrar) as formações políticas de sua conturbada época.

Weber expôs os tipos ideais de eticidade na conferência pronunciada na "Associação Livre de Estudantes de Munich", durante o inverno revolucionário de 1919, intitulada "A Política como Vocação", muito embora ele já os tivesse empregado no artigo "O sentido da neutralidade valorativa das ciências sociológicas e econômicas", publicado em 1917.

Para caracterizar a "ética da convicção", Max Weber parte do exemplo do 'Sermão da Montanha', isto é, daqueles critérios éticos normativos tais como: "se batem na tua face, oferece a outra" ou "dá aos pobres o que tens, mas tudo". Assim configurada, a ética da convicção apresenta-se como uma ética absoluta, na qual todos os valores são subordinados a um deles que, dessa maneira, transforma-se em um valor absoluto, em um exemplo de conduta a ser imitado por quem atua conforme tal ética. Ela é abso-

luta no sentido em que ou a aceitamos ou a rejeitamos por inteiro e para sempre: "Dessa ética - diz Weber - pode-se dizer o mesmo que se tem dito sobre a causalidade na ciência, que não é uma carruagem que se possa pegar ou deixar à vontade" (96). Quando a exigência ética ordena "oferecer a outra face", fá-lo de maneira incondicional, não importando se o outro tem ou não direito a bater novamente.

Nas ações orientadas por esta ética, o fim da ação (o valor) coincide com o meio da mesma, por exemplo: para quem o valor supremo é a bondade, exigir-se-á com todo rigor e incondicionalmente que seja bom como meio de realizar seu valor mais caro; mas, já na sua própria conduta (que é o meio), ele estará realizando seu fim: a bondade como valor. Quem atua assim achará que o resultado de sua ação será inevitavelmente o bem, pois para ele do bem necessariamente só se segue o bem. E nem sequer perguntar-se-á pelas consequências de sua ação. Sua responsabilidade ética se limitará a operar estritamente conforme ao valor, sem questionar os resultados e consequências, pois estes ficam nas mãos de Deus. Assim sendo, a característica fundamental deste tipo ético é a desconsideração pelos efeitos e consequências laterais (desejadas ou não) da ação por ele orientada, como também a irresponsabilidade pelo resultado, tudo em função da convicção na transcendência dos valores assumidos.

Partindo desses traços fundamentais, a 'ética da responsabilidade' configura-se em uma situação diametralmente oposta.

Com efeito, a máxima desta ética ordena considerar todas as consequências previsíveis da própria ação. Diz Weber: "resistirás ao mal com a força, pois de outro modo serás responsável pelo seu triunfo" (97), pois as consequências da ação serão sempre imputáveis ao ator.

Tal ética exige de quem atue conforme sua normatividade o máximo rigor na calculabilidade da ação, tanto nos meios a serem empregados, no sentido de procurar a perfeita adequação destes aos fins, minimizando os riscos e custos (econômicos e outros), quanto nas consequências, efeitos colaterais desejados e não-desejados, repercussões esperadas ou não, etc. Assim sendo, esta ética se caracteriza nos seus traços fundamentais pelo requisito da previsão e pela exigência de assumir a autoria dos próprios atos.

Alguns comentários podem ser feitos à construção dos tipos ideais de eticidade por parte de M. Weber. A ética da convicção, assim como foi apresentada por Weber, fica tão distante da efetiva atividade política que, como categoria epistêmica, pareceria totalmente inútil. Diz Weber: "Esta ética é, assim, uma ética da indignidade, exceto para os santos. Quero dizer com isto que, se alguém de fato é em tudo um santo, pelo menos intencionalmente, e vive como viveram Jesus, os Apóstolos, São Francisco de Assis e outros como eles, então esta ética é de fato plena de sentido e é expressão de uma alta dignidade, mas não, se assim não for" (98). Mas, quem, politicamente falando, senão uma criança, poderia acreditar que um político pode ser um santo? Só ignorando que o meio específico da política é a violência. Por ou-

tro lado, nenhum político que se preza oferecerá sua outra face. Qual deles suporá ingenuamente que agindo bem só poderá esperar o bem como resultado? Aliás, se, como Weber afirma, o político verdadeiro procura o poder só como "meio" para alcançar seus objetivos, sejam estes valores sociais ou interesses mesquinhos, então não é verdade que o meio coincide com os fins, como acontece na ações normativizadas pela ética de convicção.

Finalmente, para M. Weber, as três qualidades decisivas do verdadeiro político são: a paixão, o senso de responsabilidade e a prudência (99). Com respeito às duas últimas características, a ética da convicção é absolutamente impermeável, por contradizerem seus traços fundamentais; elas seriam contempladas pela "ética da responsabilidade". Porém, a paixão, como característica, parece afastar-se desta ética e aproximar-se mais da "ética da convicção". Com efeito, tanto a paixão quanto a fé têm um lugar destacado em tal ética. E talvez seja só por esta qualidade exigida do verdadeiro político que este tipo ético não fica absolutamente esvaziado de sentido, a partir do momento em que poderia ser útil para recortar e classificar os elementos de convicção que concorrem em todo fato político. Aliás, a coerência da atividade política está determinada pela relação que as distintas tomadas de decisão mantêm com a causa. Com efeito, é a partir da "causa" que será possível compreender o sentido da ação política. Mas a causa, por sua vez, só é acessível ao político através da fé, da convicção que nela deposita. Pois muito embora a política se faça com a cabeça, a entrega a uma 'causa' só pode nascer e se alimentar da paixão (100). A importância da 'causa' para a polí-

tica, reside no fato de que toda ação política que não esteja ao seu serviço perde "consistência interna" (101). Daí que a "ética da convicção", enquanto categoria epistêmica, poderia iluminar tal relação.

Nós achamos que é necessário reformular formalmente de maneira mais precisa este tipo de ideal ético, afim de obter um instrumento categorial coerente, isento de contradição interna do ponto de vista lógico, e que seja epistemologicamente frutífero.

Nossa proposta vai no sentido de retirar-lhe todo o conteúdo religioso com que é apresentado por M. Weber, e "aproximá-lo formalmente" (102) o máximo possível do Tipo Ideal de "ação racional com relação a valores", sem perder de vista o elemento passional e de fé que pressupõe a "ética da convicção".

Assim constituídos, e sem perder de vista seu caráter puramente formal, os tipos ideais de eticidade conformariam um jogo de categorias epistêmicas que poderiam ser utilizadas na classificação e ordenamento da realidade política. Duas observações devem ser feitas: em primeiro lugar, que os tipos ideais não são a realidade, nem um conceito que se aplique a ela, mas apenas um instrumento de conceituação e classificação; em segundo lugar, que no uso ambos os tipos éticos devem ser aplicados a cada fenômeno político individual a ser analisado, para determinar o comportamento do mesmo em relação à dupla categorial, isto é, em que medida o agir se aproxima ou se afasta de uma forma de agir passional, e em que medida fá-lo em relação ao agir responsável e prudente; pois uma ação política pode e deve ser responsável, sem perder nada da passionalidade exigida. Porém, isto não se constataria no caso de se utilizar só_um dos tipos éticos.

A partir desse último esclarecimento é que consideramos possível fazer uma crítica ao uso nada neutro com relação aos valores que M. Weber faz dos tipos éticos.

Com efeito, apresentada a distinção weberiana entre as duas éticas, ele afirma que sobre as máximas da "ética da convicção" apoia-se toda política revolucionária (103), e especialmente o "sindicalismo" (104); e sobre as máximas da ética da responsabilidade, estrutura-se a política realista, a Realpolitik (105). Ora, se assim for, deveríamos poder constatar empiricamente a ausência de estratégia política nos partidos revolucionários e no sindicalismo, pois toda estratégia política implica em considerações estritamente "racionais", tanto sobre a adequação de meios a fins, quanto sobre as consequências que se sigam da ação, e também exige a análise circunstanciada da conjuntura na qual a ação será executada. E, enquanto tal, a estratégia pertenceria ao âmbito da "ética da responsabilidade". Não duvidamos de que um partido que se proponha revolucionar as estruturas vigentes terá que contar com uma militância tão apaixonada pela "causa", capaz de "oferecer o peito às balas" se as circunstâncias assim o exigirem. Mas, o que se mostra difícil de acreditar é que um partido revolucionário (triumfante no momento em que Weber discursava sobre "A Política como Vocação") como o "Bolchevique" tivesse conseguido tomar o poder com êxito sem elaboração extratécnica. Max Weber, que estudou russo para poder seguir de perto o processo revolucionário soviético, não poderia ignorar este fato. Admitimos que, para revolucionar um determinado estado de coisas, seja preciso tal vez uma maior dose de coragem, isto é, de entrega, do

que para conservá-lo, e por tanto uma maior convicção na "causa". Porém, há de se admitir que a imprevisibilidade do "novo" exige, para a sua realização, também uma maior reflexão sobre a adequação dos meios aos fins, isto é, uma maior consideração estratégica.

Por outro lado, também deveríamos poder constatar empiricamente a ausência de "causas" últimas nas considerações da "política realista", pois a escolha de valores não tem justificação científica, e por isso, ficariam fora do âmbito normativo da responsabilidade, caindo na esfera da convicção. Mas, se assim fosse, as lutas pelo poder dentro da "política real", isto é, as lutas internas do partido para imprimir a este uma nova direção ou ritmo cairiam na trivialidade. Aliás, se, como afirma Weber, a consistência da ação política, isto é, seu sentido, é produto do alinhamento que as distintas tomadas de decisão mantêm em relação à "causa", ter-se-á de admitir para toda ação política consistente (a "Realpolitik" também na medida em que o seja), em maior ou menor grau, a influência da ação normativa da "ética da convicção", já que ela é a única que orienta a ação à "causa".

Concluimos que o uso que Max Weber faz do tipo-ideal da "ética da convicção", quando aplicada aos partidos revolucionários, é basicamente valorativo. Nada indica que um partido político, por ser revolucionário, não use da estratégia ou não assuma as consequências de sua ação. A irresponsabilidade não é uma característica intrínsecamente necessária dos partidos revolucionários. Por outro lado, aplicando o tipo-ideal da "ética da responsabilidade" à "Realpolitik", M. Weber escamoteia, por trás de uma

fachada de aparente racionalidade resolutive de problemas conjunturais, isenta de paixão e de valores, as verdadeiras tomadas de posição necessariamente valorativas, sem as quais nenhuma ação pode ser considerada política.

D.- NOTAS

D. - NOTAS

Observação: Os números que seguem o nome do autor referem-se à localização do texto na ordem alfabética da Bibliografia.

I. - APRESENTAÇÃO

- 1) M. Weber: 55, pags. 191 e Ss.
- 2) Estes conceitos introduzidos aqui abruptamente serão analisados especialmente na Segunda Parte deste trabalho.
- 3) Usamos aqui a expressão 'causa' no sentido em que hoje utilizamo-la em expressões como "a 'causa' do proletariado", "a 'causa' da burguesia", etc.

II. - PRIMEIRA PARTE

- 1) A presente introdução está baseada, nas suas linhas gerais, nas informações contidas na brilhante "Introdução" de Pietro Rossi (in M. Weber:55). Ver também de W. Dilthey Introducción a las ciencias del espíritu, Alianza Universidad, Madrid, 1980.
- 2) E. Fleischmann: 17; ver também G. Cohn: 14
- 3) R. Aron:6, pag. 506 e Ss.
- 4) M. Weber:56, pag. 44
- 5) Ibidem; pag. 43
- 6) O tema da 'compreensão' (Verstehen) será tratado com mais detalhes e separadamente, por sua importancia metodológica, mais adiante.
- 7) Cfr. M. Weber: op. cit., pag. 61: "A ciência que queremos promover é uma ciência da realidade. Queremos compreender a realidade da vida que nos circunda, e na qual estamos imersos, em sua especificidade; queremos compreender, por um lado, a conexão e significação cultural de suas manifestações individuais em sua configuração atual, e, por outro lado, as razões pelas quais tenha chegado historicamente a ser assim-e-não-de-outro-modo."
- 8) Karl Loewith: 27
- 9) J. Freund: 18, pag. 12
- 10) M. Weber: op. cit., pag. 62
- 11) A significação não é uma propriedade intrínseca ao objeto. Para Weber, não é certo que determinado processo histórico seja per se significativo, mas é o investigador que o acha cheio de significação. Ele achará significativo tal processo na medida em que se relacione positiva ou negativamente a seus valores, no sentido de que tenha possibilitado ou dificultado historicamente a realização deles. A significação é relativa ao valor que orienta a investigação.
- 12) Quando Weber utiliza o termo 'lógica', etc., entendemos que o faz no sentido mas amplo possível do termo, geralmente o uti-

liza de forma confusa e pouco clara. Cremos que não resistiria, na forma em que utilizado, a uma interpretação no sentido da lógica simbólica atual.

- 13) M. Weber: op. cit., pag. 70.
- 14) Ibidem; pag. 47
- 15) R. Aron: op.cit., pag. 507
- 16) Para maiores informações a respeito ver de M. Weber: 55, com uma excelente introdução de R. Aron; e, em particular, a análise detalhada que Weber faz deste assunto em seu artigo "La 'objetividad' cognoscitiva de las ciencias sociales y de la política social" de 1904, incluído em: 56
- 17) W. Mommsen: 37, pag. 34
- 18) M. Weber: op. cit., pag. 48
- 19) M. Weber: "El Socialismo", in: 57 Vol. II
- 20) M. Weber: "El Estado Nacional y la Política Económica Alemana", in: 57 Vol I
- 21) M. Weber: 55
- 22) E. Fleischmann: op. cit., pag 160.
- 23) P. Hirst: 20, pag 55
- 24) Voltaremos a tratar do tema da relação entre liberdade e racionalidade mais adiante. Ao modelo de ação "Zweckrational" nos referiremos permanentemente, além de ser tratado expressamente na Segunda Parte deste trabalho. Neste tipo de ação se fundamenta toda a teoria de ação weberiana, e os efeitos deste fundamento se refletiram em sua teoria política.
- 25) O custo de evitar esta -ao menos aparente- contradição ao nível do pressuposto transcendental, será encontrarmos-nos novamente com ela ao tratar de sua teoria da ação e especialmente em sua teoria política da dominação, onde trataremos de mostrar que sua teoria da dominação, com todos seus tipos-ideais, longe de ser neutra ou avalorativa, é profundamente ideológica.
- 26) M. Weber: 53, pag. 48
- 27) P. Rossi: 44, pags.62 a 72. Neste artigo Pietro Rossi declara insatisfatória a formulação weberiana da 'relação a valores' e propõe uma reconstrução. Sua crítica se baseia fundamentalmente no argumento de que a 'relação aos valores' só pode ser garantia de objetividade do conhecimento científico, se as condições de operatividade dos pressupostos axiológicos foram submetidas a regras estritas. A reformulação de Rossi consistirá então em atualizar aquela noção weberiana mediante a fixação de regras de uso: "1)Os pressupostos axiológicos devem ser enunciados formalmente, a fim de esclarecer bem que se trata de apreciações. 2)Devem ser utilizados como hipóteses de trabalho e postos à prova no curso da investigação. 3)Devem converter-se em 'modelos explicativos', que se conservarão ou descartarão segundo a experiencia".
- 28) R. Konlg: 25, pags. 73 a 84
- 29) M. Weber: op. cit., pags. 62-63: "A astronomia, porem, se interessa pela questão de que resultado individual produz a ação destas leis em uma constelação individualmente configurada, enquanto tais constelações individuais revestem significação para nós."
- 30) Ibidem: pag. 30: "Nem as ciências naturais exatas -exceto a mecânica pura- procedem sem qualidades".

- 31) Ibidem: pag. 65
- 32) Ibidem: pag. 66
- 33) Ibidem: pag. 68
- 34) Isto deve-se seguramente às influências nietzscheanas. Ver Mommsem: op.cit. pag. 252. Também Cohn: op. cit. pag. 7, e Fleischmann: 17
- 35) M. Weber: op. cit., pag. 73
- 36) Este 'esquema formal de prova', de acordo com o nome que lhe da T. Parsons, será tratado em detalhes quando nos ocuparmos, separadamente, da "Possibilidade Objetiva".
- 37) Será tratado nos itens dedicados às categorias de "Tipo-Ideal" e "Possibilidade Objetiva"; nós mesmos trataremos de mostrar e aprofundar estas conclusões que aqui apenas adiantamos, talvez de forma imprecisa por falta de contextualização.
- 38) J. Freund: op. cit., pag. 40, e ver também M. Weber: 56, pag. 108
- 39) M. Weber: op. cit., pag. 75
- 40) T. Parsons: 42, pag. 595
- 41) Harold I. Brown: La nueva filosofía de la ciencia, ed. Tecnos, Madrid, 1984. Ver também, para aprofundar neste tema, de T. Khun: The Structure of Scientific Revolutions, Chicago, Univ. de Chicago, 1970, e de Paul K. Feyerabend: Contra el método, ed. Ariel, Barcelona, España, 1981, onde o autor afirma que a ciência é ideológica.
- 42) W. Mommsem: op. cit., pag. 256
- 43) T. Parsons: "Evaluación y objetividad en el ámbito de las Ciencias Sociales: una interpretación de los trabajos de Max Weber", in: 41
- 44) M. Weber: 54, pag. 5.
- 45) Ibidem: pag. 5
- 46) Porém, nem sempre o significado subjetivo que o ator atribuiu a seu ato coincide com o significado objetivo que este tem para o investigador.
- 47) M. Weber: op. cit., pag. 5
- 48) W. Mommsem: op. cit., pag. 257
- 49) Isto quer dizer que, a partir do significado que um ator atribui à sua ação dentro de uma certa formação social, o cientista pode compreender o significado da mesma. Ora, a generalização desta afirmação para todos os indivíduos pertencentes a tal formação social é no mínimo perigosa. Tomemos como exemplo o movimento revolucionário bolchevique: se aplicamos aquela afirmação, concordaremos que seu significado é atribuído pelos indivíduos que tomaram parte na mesma. Ora, é altamente provável que o significado que Lênin e muitos outros bolcheviques atribuíram à sua ação, mantenha uma relação com a 'causa' socialista que permita compreender o significado que teve a revolução de outubro para a realização da mesma. Mas também é igualmente provável que outros atores tenham participado pelos motivos mais diversos: por insatisfação econômica (como os sindicalistas), ou para progredir em sua carreira política, por uma insana avidez de poder, por inveja, ou outros motivos quaisquer. Se aplicarmos aquela proposição, chegaríamos à conclusão de que a revolução bolchevique tem tantos significados quantos forem os grupos de motivos pessoais que possam ser identificados entre os atores!

- 50) Weber interrompe sua análise do espectro cultural ao chegar no que ele supõe ser o elemento irreduzível, o átomo do fenômeno social. Segundo Alfred Schutz (49, pag.37), Weber se equivoca neste ponto, e atribui o equívoco ao que, para ele, são evidentes "limitações teóricas de Weber". Schutz afirma que de nenhuma maneira o ato significativo do indivíduo é um elemento primitivo, mas, pelo contrário, que é "uma simples etiqueta para designar uma zona muito complexa e ramificada que requer muito estudo". Acrescenta que dessa maneira não fica claramente estabelecida a diferença entre a ação considerada como algo em curso e o ato completado; entre o significado do produtor de um objeto cultural e o significado do objeto produzido. De nossa parte, cremos que Weber não estabelece esta diferença, não por falta de visão teórico, nem por fraqueza, mas simplesmente porque ela não lhe interessava. De todo modo, Schutz pode ter razão quando diz que Weber poderia ter ido mais longe em sua busca do elemento básico do fenômeno social. Mas em última instância, a determinação do limite para a análise social é também questão de ponto de vista (M. Weber: 54, pag. 12 e 13).
- 51) Cremos que este fundamento trará graves consequências para a teoria social de Weber, embora seja coerente com o "pressuposto transcendental"; ambos serão tratados criticamente mais adiante. Ver também nota 25.
- 52) Ver para maiores informações W. Mommsem: op. cit., pag. 74, e, do próprio Weber: 56, pag. 176.
- 53) M. Weber: 54, pag. 6
- 54) Ibidem: pag. 6
- 55) M. Weber: 56, pag. 176. O conceito de 'imputação causal' que aparece na citação e que não foi esclarecido, o será quando tratemos da "Possibilidade Objetiva".
- 56) M. Weber: 54, pags. 8 e 9.
- 57) William Outhwaite: 39, pag. 40.
- 58) A. Schutz: op. cit., pag.55
- 59) Pareceria que para Weber a observação dos fenômenos primários, como os chama Parsons, poderia ser neutra com respeito à ciência. Talvez seja injusto dizer que Weber não considerou a relação entre teoria e observação do ponto de vista da sua mútua determinação, pois admitiu, citando Goethe, que "os fatos já incluem teoria"(M. Weber: 56, pag. 160). Porém, Weber parece não ter considerado suficientemente o 'peso teórico' da observação, como diria N. Hanson, no sentido de que toda observação, inclusive a observação básica, a dos fenômenos primários, está carregada de teoria. Ou seja, o que se vê, se vê sempre dentro de um marco conceitual referencial. Um trabalho de fundamental importância para este tema é de Norwood Hanson: Patrones de descubrimiento: Observación y explicación, Alianza Universidad, Madrid, 1977. Ver também de T. Parsons: 42, pag 597.
- 60) N. Hanson: "Observação e interpretação", in S. Morgenbesser (org.) Filosofia da Ciência, ed. Cultrix e Usp, 1975, pag. 138.
- 61) A. Schutz: op. cit., pag.57
- 62) J. Freund: op. cit., pag.77

- 63) M. Weber: op. cit., pag. 10. Aqui Weber nos diz que o resultado da compreensão é tomado como hipótese para a tarefa científica de imputar causalmente e que, como toda hipótese, esta também deve ser testada, porém "frequentemente só nos resta, desgraçadamente, o meio inseguro do 'experimento ideal'".
- 64) Cabe pensar que se este tipo de compreensão não é um processo psicológico, mas lógico, como pretende Weber, sua estrutura deve ser do tipo analógico: a partir desse segmento atemporal construímos mentalmente seu passado e seu futuro de acordo com o passado e o futuro de um segmento de desenvolvimento já conhecido e análogo. Mas, se assim fosse, esse processo de compreensão 'atual' ou 'observacional' não seria tão atual o observacional, como pretendia Weber.
- 65) A. Schutz: op. cit., pags. 60 - 61
- 66) J. Freund: op. cit., pag. 79
- 67) M. Weber: 56, pag. 82
- 68) Ibidem: pag. 79
- 69) Em algumas oportunidades um certo "tipo-ideal" pode ter estado presente em uma determinada época nos próprios atores, mas não como instrumento conceitual para compreender a realidade, e sim como ideal prático a ser seguido pelos contemporâneos, encarnando-se nesta época como valor, como princípio normativo dessa determinada cultura
- 70) M. Weber: op. cit., pags. 80-82
- 71) Ibidem: pag. 79
- 72) Ibidem: pag. 79
- 73) Ibidem: pag. 80
- 74) P. Hirst: op. cit., pag. 62
- 75) R. Aron: 5, pag. 117
- 76) M. Weber: op. cit., pag. 79
- 77) T. Parsons: 42, pag. 601
- 78) M. Weber: 53. Na tradução brasileira A ética protestante e o espírito do capitalismo, ed. Pioneira, São Paulo, 1967, está na pag. 67. O sublinhado é nosso.
- 79) M. Weber: 54, pag 7
- 80) Ibidem: pag. 9
- 81) Recordemos que para Weber 'fim' é a representação de um resultado que passa a ser causa de uma ação. Ver M. Weber: 56, pag. 71
- 82) M. Weber: 56, pag. 54
- 83) Ibidem: pag. 58
- 84) E. Fleischmann: op. cit., especialmente pags. 140 e Ss.
- 85) M. Weber: op. cit., pag. 59. Em realidade, ele parece preocupado com a leviandade com que muitos marxistas aplicavam indiscriminadamente o método marxiano. Pelo contrário, pelo próprio Marx e sua obra parece sentir um profundo respeito.
- 86) W. Mommsem: op. cit., pag. 267
- 87) M. Weber: op. cit., pag. 81
- 88) Com a utilização das aspas em "aparências" estamos simplesmente adiantando uma opinião crítica que trataremos de desenvolver mais adiante.
- 89) K. Jaspers: 22, pag. 240
- 90) M. Weber: 54, pag. 10
- 91) Ibidem: pag. 10

- 92) Ibidem: pag. 17
- 93) M. Weber: 56, pag. 82
- 94) Aqui Weber propõe a utilização de uma construção com a estrutura lógica de uma proposição contrafactual, isto é, uma implicação na qual o antecedente é reconhecidamente falso. Desta maneira, talvez inconscientemente, Weber estava adiantando um problema que hoje em dia tira o sono de muitos epistemólogos.
- 95) M. Weber: 54, pag. 17
- 96) M. Weber: 56, pag. 85
- 97) R. Aron: 6, pags. 521 e Ss.
- 98) T. Parsons: 42, pags. 604 e Ss.
- 99) G. Cohn: 14, pag. 95
- 100) Ibidem: pag. 96
- 101) J. Freund: op. cit., pag. 16
- 102) E. Fleischmann: op. cit., pag. 156
- 103) Ibidem: pag. 182
- 104) W. Mommsem: op. cit., pag. 267
- 105) Ibidem: pag. 182
- 106) P. Hirst: op. cit., pag. 63
- 107) Ibidem: pag. 73
- 108) W. Mommsem: op. cit., pag. 268
- 109) Idem: M. Weber: 56
- 110) M. Weber: 56, pag. 158
- 111) Ibidem: pag. 160
- 112) Ibidem: pag. 161
- 113) Ibidem: pags. 162-163
- 114) T. Parsons: op. cit., pags. 610 e Ss.
- 115) J. Freund: op. cit., pag. 60
- 116) M. Weber: op. cit., pags. 151-152
- 117) R. Aron: op. cit., pag. 130
- 118) Ibidem: pag. 132

III.- SEGUNDA PARTE

- 1) Para M. Weber a 'política positiva' é o exercício administrativo do governo, em tanto que a 'política negativa' é o bloqueio administrativo da oposição. Ver de M. Weber: "Parlamento y gobierno en el nuevo ordenamiento alemán", in: 57, pag. 93 e Ss.
- 2) B. Rusell: O Poder, ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1979, pag. 11
- 3) Na realidade, na análise esta ordem é invertida. Com efeito, o 'último elemento', o efeito, é o primeiro dado; a partir dele a análise parte em procura da primeira causa, que aparecera como último elemento na ordem da análise, mas que será o primeiro na ordem da ação. Deixemos falar ao Filosofo: "Definida a finalidade, as pessoas procuram saber como e por que meios tal finalidade deve ser alcançada; se lhes parece que ela é resultante de vários meios, as pessoas procuram saber por que meio podem alcançá-la mais facilmente e realizá-la melhor; se é possível chegar a ela por um único meio, e por que meios este meio será alcançado, até chegarem à primeira causa, que é a última na ordem da descoberta. De fato, a pessoa que delibera parece investigar e analisar da maneira des-

- crita, como se estivesse analisando uma figura geométrica..., e o último passo na análise parece ser o primeiro na execução". Aristóteles: ética_a_Nicômaco, Livro III, 1112b.
- 4) Aristóteles: La_política, Livro Primeiro, 1252a. 30.
 - 6) A. Gramsci: Maquiavel, Civilização Brasileira, 4ª edição, pag. 14
 - 7) M. Weber: 56, pags. 189-190
 - 8) M. Weber: 55, pag. 222
 - 9) Ibidem: pag. 156
 - 10) A. Gramsci: op. cit., pag. 15
 - 11) O tema da burocracia que aqui é apenas mencionado, para não estender demais, será aprofundado mais adiante (Parte II, V).
 - 12) M. Weber: 54, pag. 8
 - 13) M. Weber: 56, pag. 72-73
 - 14) A representação do resultado da ação é o que gera a expectativa que influirá sob a ação como 'causa eficiente', como 'motivo' da ação. Talvez Weber não tenha visto este interessante jogo que tanto Platão quanto Aristóteles já tinham percebido: o fim da ação, como representação do resultado no agente, constitui o princípio e o fundamento da ação. Assim, Weber recupera a eficácia da causa final que permitira fundamentar sua teoria da ação.
 - 15) M. Weber: 54, pag. 10
 - 16) Ibidem: pag. 11. Ora, isto é dizer que toda ação que fuja dos padrões mentais médios- que a relação entre seus elementos não coincida com alguma relação previamente construída num quadro típico-ideal- será 'não adequada pelo sentido', a partir do momento em que não possa ser identificada por carecer de quadros típicos adequados, não se tratando, por tanto, de uma ação strictu sensu.
 - 17) M. Weber: pag. 11
 - 18) Ibidem: pag. 18
 - 19) Ibidem: pag. 17.
 - 20) Ibidem: pag. 18
 - 21) Ibidem: pag. 19
 - 22) M. Weber: 55, pag. 203
 - 23) M. Weber: 54, pag. 20
 - 24) Ibidem: pag. 21
 - 25) Ibidem: pag. 21
 - 26) Ibidem: pag. 21
 - 27) S. P. Turner: 50
 - 28) T. Parsons: 42, pags. 640-648
 - 29) Ibidem: pag. 645
 - 30) Um dos tipos de dominação é o 'Tradicional'. A legalidade deste tipo, como em todos os outros, provém do tipo de 'obediência' do dominado ao dominador. O que diferencia um tipo de dominação de outro é a justificação dessa obediência por parte do dominado. No caso do tipo de dominação tradicional, o dominado reconhece legitimidade ao regime "porque sempre foi assim", por acreditar no valor das tradições herdadas. O tipo de ação pelo qual os dominados legitimam ao regime, neste caso, adequa-se perfeitamente ao tipo de 'ação tradicional'. Ver ao respeito o detido artigo de L. A. Fallers: 16.

- 31) T. Parsons: op. cit., pag. 648
- 32) M. Weber: 54, pag. 21
- 33) T. Parsons: op. cit., 649
- 34) É curioso notar que todos os tipos de legitimidade, inclusive, como veremos, o de estrito caráter racional, descansam em alguma 'crença': crença na legalidade dum ordem, na dominação legal. Crença na santidade das tradições, no caso da tradicional. Crença na exemplaridade da pessoa, no caso carismático. É curioso, dizemos, pelo fato de que em última análise, o ato que fundamenta a legitimidade de qualquer dominação é a 'crença', um ato de fé, que para Weber era não racional. O que parece até contradictório, em última instância, é o fato de que a crença na racionalidade seja não racional.
- 35) M. Weber: 54, pag. 180
- 36) Ibidem: pag. 181
- 37) Ibidem: pag. 173
- 38) A respeito, é interessante o artigo de Standley H. Udy Jr.: 51. Neste, e como resultado de um trabalho empírico, Udy mostrou que algumas das características que Weber usa para descrever a estrutura burocrática, não são estritamente racionais. Ele mostrou que aumento no grau de burocratização não implica necessariamente no incremento do nível de racionalidade da organização, pois esses aumentos podem estar dados precisamente naquelas características que, muito embora sejam burocráticas, não são racionais. Conforme a afirmação de Udy, pode-se chegar a uma importantíssima conclusão: o processo de burocratização não coincide necessariamente com o processo de racionalização.
- 39) M. Weber: 54, pag. 173
- 40) P. G. Hirst: 20, pag. 102
- 41) M. Weber: 54, pag. 173
- 42) A espécie de racionalidade subjacente neste tipo de ação, se bem implica padrões de ação racional, enquanto processo mental de cálculo meios-fins, não produz máximas em sentido estrito. Estas são produtos do tipo de racionalidade 'substantiva', que implica o processo mental pelo qual se subordina a realidade aos valores. A respeito ver o minucioso artigo de S. Kalberg: 24, pags. 1145-1179.
- 43) Muito embora Weber declare que o historiador comporta-se de "maneira semelhante" ao ator político, no sentido de que ambos utilizam um método igual ou semelhante, do ponto de vista lógico não é exatamente isso o que acontece. Na realidade, a estrutura lógica da 'possibilidade objetiva' é um condicional contrafactual, como afirmamos no texto. Entretanto, a estrutura lógica da estratégia tem a forma de um condicional onde tanto o antecedente quanto o conseqüente são indeterminados, isto é, não têm qualquer atribuição normal de valores de verdade. Com efeito, tanto o antecedente e quanto mais o conseqüente são ações 'imaginadas' como futuras, são pensadas em 'potência', mas não têm atualidade, isto é, não são nem verdadeiras nem falsas. Inclina-mos a pensar que a estrutura lógica da estratégia se aproxima mais dos 'futuros contingentes' aristotélicos.
- 44) M. Weber: 56, pag. 151-152
- 45) A. Schutz: 47, pag. 83

- 46) M. Weber: op. cit., pag. 189-190
- 47) Note-se que, em todos os casos, a decisão técnica refere-se exclusivamente à correta adequação dos meios para atingir os fins politicamente determinados. Com efeito, muito embora aparentemente M. Weber não o tenha percebido, a decisão sobre quais serão os meios implementados não é apenas técnica, mas também política. Por exemplo, no caso de um conflito internacional no qual intervenham as grandes potências nucleares, quem poderia pensar seriamente que a decisão sobre a utilização ou não de armas atômicas como meio possa ser meramente técnica? Outro tanto poder-se-ia dizer dos partidos revolucionários com respeito à decisão de utilizar ou não a 'luta armada'. Contudo, cremos que Weber esteve muito perto de ver esta particularidade na discussão política travada em torno da utilização da guerra submarina na Primeira Guerra Mundial. Ver de M. Weber: "Alemanha entre las grandes potencias europeas" in: 57.
- 48) M. Weber: op. cit., pags. 258-267
- 49) Ibidem: pag. 266
- 50) M. Weber: 54, pag. 172
- 51) Ibidem: pag. 170
- 52) Ibidem: pag. 170
- 53) Ibidem: pag. 172
- 54) Com isto, Weber parece ignorar olímpicamente a sentença rousseauniana: "O povo inglês pensa ser livre e muito se engana; pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez estes eleitos, ele é escravo, não é nada". Rousseau, "Do Contrato Social" in Os pensadores, V. 24, ed. Abril, São Paulo, 1973.
- 55) Este termo é usado no mesmo contexto por E. Fleischmann: 17. Com essa expressão o comentador faz analogia com Nietzsche, tentando mostrar a influência que este filósofo exerceu em Weber, em particular, em sua visão 'aristocratizante' da história e da política. Outro autor que também sugeriu a relação entre ambos pensadores foi W. Mommsem: 37. Este autor se aproxima de nossa interpretação quando diz que "A doutrina de Nietzsche segundo a qual o destino da cultura européia depende dos grandes indivíduos, de sua vontade de quererem se transformar a si próprios e precisamente, através deles, ao mundo, deixou claras marcas na obra de Max Weber". in: 37, pag.126.
- 56) M. Weber: 56, pag 221. O sublinhado é nosso.
- 57) M. Weber: 54, pags. 171-172
- 58) Ibidem: pag. 172
- 59) Ibidem: pag. 179
- 60) Ibidem: pag. 181
- 61) Ibidem: pag. 194
- 62) Muito embora Weber insista em que "os três tipos fundamentais da estrutura de dominação não ficam simplesmente inseridos de um modo sucessivo dentro de uma linha evolutiva, mas podem surgir simultaneamente em múltiplas combinações". In: 55, pag. 867.
- 63) M. Weber: 54, pag. 173
- 64) M. Weber: "Os fundamentos da Organização Burocrática: Uma construção do Tipo-Ideal" in: 12.

- 65) Para M. Weber o caráter imprescindível da burocracia era indifferente à forma de produção e, no caso da forma de produção socialista, "...se quer alcançar iguais resultados técnicos (que a forma de produção capitalista), devera lograr um extraordinário incremento da burocracia profissional", 54, pag. 178.
- 66) Diz Weber: "Aqui, como em todo aparelho submetido a uma chefia, uma das condições de êxito é o empobrecimento espiritual, a coisificação, a proletarização espiritual em prol da 'disciplina'"; in: 55, pag. 173.
- 67) M. Weber: 54, pag. 175-176
- 68) Ibidem: pag. 174
- 69) M. Weber faz referência ao aspecto técnico da decisão do funcionariado como resolução objetiva, e, para ele, esta significa, em primeiro lugar, "resolução 'sem acepção de pessoas', segundo regras previsíveis". 54, pag. 732.
- 70) H. Marcuse, "Industrialización y capitalismo en la obra de Max Weber" in: 41
- 71) M. Weber: 54, pag. 718 .
- 72) Ibidem: pag. 742
- 73) Ibidem: pag. 178
- 74) Ibidem: pag. 178. A luta constante de Lênin contra a burocracia czarista mostra a falsidade desta afirmação. Ainda em 1922 ele denunciava a autonomia burocrática, compreendendo que era na hierarquia e no segredo estamental que se baseava seu poder: "Na prática, acontece frequentemente que, na cúpula, onde temos o poder político, a máquina funcione de algum modo; porém, em baixo, os funcionários têm o completo controle e o exercem de tal maneira que anulam nossas decisões", In: "Cinco Anos de Revolução Russa e as Perspectivas da Revolução Mundial. Relatório ao IV Congresso da I. C.", 13-11-1922. O problema da burocracia constituiu uma constante preocupação para Lênin referida em quase todos seus trabalhos. Ainda na U.R.S.S. o problema não foi resolvido. Compare-se a parte do discurso de Lênin de 1922 acima transcrito com o recente trabalho de M. Gorbachev: "Também levamos em consideração nossa experiência passada, na qual repetidas tentativas de reforma dos níveis superiores de controle sem o apoio de baixo foram mal-sucedidos devido à teimosa resistência do sistema de administração, que não desejava se desfazer de seus inúmeros direitos e prerrogativas. Recentemente encontramos a mesma resistência, e ainda a encontramos agora" (M.G.: Perestroika, ed. Best Seller, São Paulo, 1987, pag. 95). Um trabalho que aborda essa preocupação no pensamento de Lênin, contendo abundantes referências bibliográficas é o de Leôncio Martins Rodrigues e Ottaviano de Fiore: Lênin e a Sociedade Soviética: O Capitalismo de Estado e a Burocracia (1918-1923); ed. Perspectiva, São Paulo, 1978.
- 75) T. Parsons: 42, pag. 643
- 76) Poder-se-ia duvidar da correção em chamar 'ética' à orientação profissional, porém, o tipo de ação próprio do profissionalismo manteria um ajuste perfeito com o tipo de ação 'racional orientada a fins', e, como bem observou o Dr. von Shelting, este tipo de ação é associável ao tipo formal ético da 'ética da responsabilidade'.

- 77) M. Weber: "Parlamento y gobierno en el nuevo ordenamiento alemán", in 57, pag. 108.
- 78) M. Weber: 54, pag. 177
- 79) E. Marcuse: 30, pag. 137
- 80) M. Weber: 55, pag. 175
- 81) Ibidem: pag. 175
- 82) M. Weber: 54, pag. 21
- 83) Em 55, pag. 176, M. Weber afirma que "Desde este ponto de vista, a ética da responsabilidade e a ética da convicção não são termos absolutamente opostos, e sim elementos complementares que concorreram na formação do homem autêntico, do homem que pode ter 'vocaçãõ política'". Ver também 55, pag. 153.
- 84) M. Weber: 54, pag. 858: "Como é compreensível, o chefe de um mecanismo burocrático podia ser, por sua parte, um funcionário supremo que ocupava seu posto em virtude de quaisquer normas gerais. Porém não é casual que isto não acontece assim ou, quando menos, que não seja estabelecido segundo as mesmas normas que dão seu posto aos funcionários subordinados a ele hierarquicamente. Precisamente o tipo puro da burocracia - uma hierarquia de funcionários nomeados - exige uma autoridade com uma situação que não se baseia, como a dos demais, em uma 'nomeação'". Desta maneira Weber admite a possibilidade de acesso do líder carismático ao cargo supremo da estrutura burocrática.
- 85) M. Weber: 54, pag. 852
- 86) A análise mais detalhada que Weber faz dos profissionais da política encontra-se em "A política como vocação" (In: 55), onde desenvolve uma dura crítica aos "picaretas e técnicos da política".
- 87) T. Parsons: 40, pag. 464, em nota.
- 88) M. Weber: 54, pag. 195
- 89) Ibidem: pag 850
- 90) Ibidem: pag. 851
- 91) M. Weber: 57, Vol. 1, pag. 133
- 92) Sem a intenção de aprofundar o tema, gostaríamos meramente de indicar que com a distinção de racionalidade em nível formal e nível substantivo, Weber supõe superada, desde o ponto de vista lógico, a contradição do capitalismo. Com efeito, para ele, o resultado irracional da aplicação do capitalismo gerando uma exploração desumanizante, por estar no nível 'substantivo', não contradiz a racionalidade do capitalismo que se fundamenta no nível 'formal'.
- 93) S. Kalberg: 24, pag. 1165
- 94) M. Weber: 55, pags. 156-157
- 95) M. Weber: 56, pag. 239
- 96) M. Weber: 55, pag. 161
- 97) Ibidem: pag. 162
- 98) M. Weber: 55, pag. 162
- 99) Ibidem: pag. 153
- 100) Ibidem: pag. 154.
- 101) Ibidem: pag. 156.
- 102) Aqui falamos de "aproximação formal" para distinguir nossa posição da assumida pelo Dr. von Schelting e Parsons. Consideramos que a "associação direta" entre a 'ética da convic-

ção' e o tipo de 'ação racional com relação a valores' tal como eles propõem, é apressada. Com efeito, não fica claro quais os elementos que legitimam tal associação, e eles omitem os motivos pelos quais ela é feita. Algo elas têm em comum, é óbvio: a orientação a valores. Porém dever-se-á reconhecer que, enquanto o tipo de ação 'racional com relação a valores' se aplica a determinadas ações, a 'ética da convicção' se aplica a certas fontes de normatividade das quais emanam máximas para a ação, mas de nenhuma maneira são ações. Quando propomos a 'aproximação formal', pensamos em considerar as ações 'racionais com relação a valores' como se estivessem orientadas pela 'ética da convicção'. Da mesma forma, as ações 'racionais com relação a fins' como se estivessem orientadas pela 'ética da responsabilidade'.

103) M. Weber: op. cit., pags. 91-98.

104) M. Weber: 56, pag.236

105) A estratégia, enquanto adequação meios-fins, conforma-se ao tipo de ação 'racional com relação a fins'. Este fato pode levar a pensar que a 'Realpolitik', na medida em que é, segundo M. Weber, especificamente estratégica, isto é, orientada pela 'ética da responsabilidade', seria uma política 'racional'. Entretanto, os teóricos contemporâneos da estratégia afirmam que ela consiste basicamente na otimização da adequação racional de meios a fins, mais deixam claro que tanto os fins quanto os meios são dados pela esfera estritamente política. Lembremos que para Weber, enquanto a política caracteriza-se pela 'parcialidade', a razão é 'imparcial'. Mas a estratégia, como vimos, é apenas um aspecto da ação política global, pelo que não vemos o que poderia legitimar a transferência da 'racionalidade' técnica da estratégia, para ser um atributo da ação política total. Talvez um exemplo ajude a ilustrar a nossa preocupação: o desenvolvimento capitalista se baseou na aplicação sistemática do cálculo de capital, estritamente 'racional' do ponto de vista formal. Ora, apenas por isso poderíamos afirmar que a política capitalista é uma 'política racional'? O próprio Weber adverte sobre a "irracionalidade substantiva" dessa política. Se a ação política é analisada através da categoria típico-ideal da 'ação racional com relação a fins nos meios, e racional com relação a valores nos fins', como propomos, não fica difícil identificar a estratégia com a parte da ação referida aos meios, e a orientação à 'causa', que toda ação política implica, com a parte da ação determinada pelos fins. Mas nem a racionalidade aplicada aos meios, nem a racionalidade na determinação dos fins, tomadas independentemente, podem conferir 'racionalidade' à ação como um todo. Com efeito, uma ação política racionalmente orientada a uma 'causa' pode perfeitamente se afastar da 'racionalidade' pela inadequação dos meios (independentemente de estes serem ou não racionais). Finalmente, pode-se pensar que, a partir da harmonia ou equilíbrio entre as duas partes que compõem a ação política total, é que se poderia caracterizá-la.

E .- BIBLIOGRAFIA

1. Theodore Abel: "La operación llamada Verstehen", in: 38
2. Bruno Acarino: "La razionalità in Weber" in Critica Marxista, anno 19, Vol. 1, 1981, gennaio-febbraio.
3. Robert J. Antonio: "The contradiction of Domination and Production in Burocracy: The Contribution of Organizational Efficiency to the decline of the Roman Empire", in American Sociological Review (ASR), 1979, ol. 44, nº 6 (December).
4. Raymond Aron: Introducción a la Filosofía de la Historia, ed. Siglo Veinte, Buenos Aires, 1980.
5.: La sociología Alemana Contemporánea, ed. Píóds, Buenos Aires, 1965.
6.: Les étapes de la Pensée Sociologique, Editions Gallimard, 1967.
7. Carl Baar: "Max Weber y el proceso de la comprensión de lo social", in 41.
8. Reinhard Bendix: "Inequality and Social Structure: A comparison of Marx and Weber", in ASR., 1974, Vol. 39, April.
9.: Max Weber, an Intellectual Portrait, Mathuen, London, 1969.
10. Fred. H. Blum: "Max Weber's Postulate of "Freedom" from Value Judgments", in The American Journal of Sociology (AJS), Vol. L, nº 1, July 1944.
11. Nelson Boeira: "Max Weber e o Ethos Político", in Manuscritos, Unicamp, Vol. 1, nº 1, outubro 1977.
12. Edimundo Campos (org.): Sociologia da Burocracia, ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1977.
13. Randall Collins: "Weber's Last Theory of Capitalism: Asystematization", in ASR, 1980, Vol. 45 (december).
14. Gabriel Cohn: Critica e resignação, ed. T. A. Queiros, São Paulo, 1979
15.: Sociologia: para ler os clássicos, ed. L. T. C., Rio de Janeiro, 1977.
16. L. A. Fallers: "El concepto de "autoridad tradicional" en Max Weber", in 41.
17. Eugene Fleischmann: "Weber e Nietzsche", in 15.
18. Julien Freund: Sociologia de Max Weber, ed. Forense, Rio de Janeiro, 1970.
19. Alvin Gouldner: "Conflictos na Teoria de Weber", in 12.
20. Paul Q. Hirst: Evolução Social e Categorias Sociológicas, ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1977.
21. Richard H. Howe: "Max Weber's Elective affinities: Sociology within the Bound of Pure Reason", in AJS, Vol. 84, nº 2, 1978 (set.).
22. Karl Jasper: Leonardo, Descartes, Max Weber, ed. Routledge & Kegan Paul, London, 1977.
23.: "Método e visão de mundo em Weber", in 12.
24. Stephen Kalberg: "Max Weber's Types of Rationality: Cornerstones for the Analysis of Rationalization Processes in History", in AJS, Vol. 85, nº 5, March 1980.
25. Rene Konlg: "El Problema de los Juicios de Valor en Max Weber", in 41.
26. Seymour M. Lipset: El hombre político, ed. Eudeba, Buenos Aires, 1963.

27. Karl Loewith: "Racionalização e liberdade: o sentido da ação social", in M. M. Foracchi e J. de Sousa Martins (org.): Sociologia e Sociedade, ed. L. T. C., Rio de Janeiro, 1977.
28. Georg Luckacs: "Marx y Weber: Reflexiones sobre la decadencia de la ideología", in 38.
29. Donald G. Mac Rae: Weber, Fontana/Collins, Glasgow, 1974.
30. Herbert Marcuse: "Industrialización y capitalismo en la obra de Max Weber", in 41.
31. Jacob P. Mayer: Max Weber e a Política Alemã, UnB, 1985.
32. George Mead: Mind, Self and Society, The University of Chicago Press, Chicago - Illinois, 1967.
33. Merleau-Ponty: Les aventures de la dialectique, ed. Gallimard, France, 1977.
34. Robert Merton (org.): Reader in Bureaucracy, The Free Press of Glencoe, Columbia University, 1952.
35. Robert Michels: "The Bureaucratic tendency of Political Party", in 34
- 36.....: Los partidos políticos, ed. Amorrortu, Buenos Aires, 1972.
37. Wolfgang Mommsen: Max Weber: Sociedad, política e historia, ed. Alfa, Barcelona, 1981.
38. Irving L. Morowits (org.): Historia y Elementos de la Sociología del conocimiento, ed. Eudeba, Buenos Aires, 1974.
39. William Outhwaite: Entendiendo a Vida Social, ed. UnB, 1985.
40. Talcot Parsons: El sistema social, Alianza Universidad, Madrid, 1982.
- 41.....: (et. al.) Presencia de Max Weber, ed. Nueva Visión, Buenos Aires, 1971.
- 42.....: The Structure of Social Action, The Free Press, New York, 1967.
43. John Rex: Key Problems of Sociological Theory, Routledge & Kegan Paul, London, 1961.
44. Pietro Rossi: "Objetividad científica y presupuestos axiológicos", in 41.
- 45.....: "Introducción", in 56.
46. Alan Ryan: Filosofia das Ciências Sociais, ed. Fransisco Alves, Rio de Janeiro, 1977.
47. Laurence A. Scaff: "Max Weber and Robert Michels", in ASR, Vol. 86, nº 6, May 1981.
48. Alfred Schutz: El problema de la realidad social, ed. Amorrortu, Buenos Aires, 1974.
- 49.....: Fenomenología del mundo social, ed. Paidós, Buenos Aires, 1972
50. Stwphwn P. Turner: "Weber on action", in ASR, Vol. 48, nº4, 1983 (August).
51. Standley H. Udy Jr.: "'Burocracia' e 'Racionalidade' na teoria Weberiana da Organização: um estudo empírico", in 12.
52. Ernesto Gastón Valdés: "Moral y Política", in Cuadernos de Ética, Vol. 1, nº1, Tandil, 1986.
53. Max Weber: La ética protestante y el espíritu del capitalismo, ed. Peninsula, Barcelona, 1970.
- 54.....: Economía y Sociedad, Fondo de Cultura Económica, México, 1979.

- 55.....: El político y el Científico, Alianza Editorial, Madrid, 1975.
- 56.....: Ensayos sobre Metodología Sociológica, Ed. Amorrortu, Buenos Aires, 1982.
- 57.....: Escritos Políticos, ed. Folios, México, 1982, em dois volumes.
58. Peter Winch: The Idea of a Social Science and its Relation to Philosophy, Routledge & Kegan Paul, London, 1958.